



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação


Maria de Fátima Lavrador de Castro

**Um olhar sobre a educação na Guanabara de Lacerda**

Rio de Janeiro  
2011

Maria de Fátima Lavrador de Castro

**Um olhar sobre a educação na Guanabara de Lacerda**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lia Ciomar Macedo de Faria

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C355 Castro, Maria de Fátima Lavrador de.  
Um olhar sobre a educação na Guanabara de Lacerda / Maria de Fátima Lavrador de Castro. – 2011.  
153 f.

Orientadora: Lia Faria.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação.

1. Educação – História – Rio de Janeiro (RJ) – 1960-1965 – Teses.  
2. Educação e Estado – História – Rio de Janeiro (RJ) – 1960-1965 – Teses.  
3. Educação – Pesquisa – Periódicos – Teses. 4. Lacerda, Carlos, 1917-1977 – Teses. I. Faria, Lia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

nt CDU 37(815.3)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Maria de Fátima Lavrador de Castro

**Um olhar sobre a educação na Guanabara de Lacerda**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: 26 de maio de 2011.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Ciomar Macedo de Faria (Orientadora)  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Celi Vasconcelos Chaves  
Faculdade de Educação da UERJ e da UCP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Nogueira Lopes  
Faculdade de Educação da UFRJ

Rio de Janeiro

2011

## DEDICATÓRIA

A meu pai, in memoriam, por sua firmeza e clareza na orientação de que o saber era a possibilidade e o caminho para ser feliz.

A minha mãe, sempre presente, nas alegrias e nas tristezas, que com sua coragem nos ensinou que a vida só vale a pena na luta política cotidiana por um mundo justo e solidário.

## AGRADECIMENTOS

Na vida, o que nos humaniza é perceber que sem o outro não somos nem seremos ninguém...

Então, nesse momento de realização e de muita emoção só posso agradecer.

Agradecer o carinho de meus amores, meu marido José Amaro e meu filho Gustavo, pois sem esse afeto e esse amor incondicional seria impossível caminhar...

Agradecer o incentivo constante de minhas irmãs Regina, Luiza, Cristina e Beth, pois o laço fraterno nos une e nos fortalece na crença de que somos mulheres fortes e sensíveis...

Agradecer o acolhimento, a confiança e a orientação generosa dessa mulher multifacetada, professora Lia Faria, que através do convívio só fez crescer minha profunda admiração...

Agradecer a uma pessoa especial que acreditou em mim desde o início de minha nova trajetória profissional, ao iniciar meus estudos no campo da Educação, professora Yolanda Lôbo...

Agradecer os encaminhamentos cuidadosos da professora Sonia Lopes, a disponibilidade atenciosa da professora Maria Celi Vasconcelos, o apoio essencial no início da caminhada da professora Ana Mignot e a atenção da professora Ana Magaldi...

Agradecer a contribuição inestimável das amigas professoras que compartilham a gestão da nossa escola, Adriana Regina, Luciana e Rosilene, lembrando que sem elas eu não teria chegado até aqui...

Agradecer a toda a equipe da E. M. Dom Manoel Cintra que realiza o milagre de juntos fazermos de nossos alunos crianças e adolescentes mais felizes...

Agradecer às minhas amigas professoras, Naara, Naíde, Renata e Rosângela que, acreditando mais em mim do que eu merecia, me impulsionaram nessa conquista...

Agradecer a outros muitos parentes e amigos que partilharam esses dois anos de muita ansiedade e, pacientemente, compreenderam a distância e as queixas...

Finalizando, agradeço a Deus a saúde para concretizar esta aventura epistemológica e a graça de ter ao meu lado tantas pessoas especiais que me encorajaram e me fortaleceram nesta árdua e prazerosa caminhada.

Qual será a nossa tribo? A dos anos 60 era a das reformas de base, da reforma universitária, da que sonhava em revolucionar o mundo, as flores vencendo os canhões...

Onde estão as grandes causas coletivas que unem, agregam, engrandecem, mobilizam enfim, que dão um real sentido à finitude de nossas vidas?

Quais os sonhos e as utopias do Brasil do século XXI que constituam um norte a ser perseguido / conquistado ao longo de anos, décadas, quiçá uma vida inteira? Enfim, qual a nossa tribo?

Vale aqui uma pausa, para que possa haver música...

*Lia Faria, "Palavra de Mulher", 2002*



## RESUMO

CASTRO, Maria de Fátima Lavrador de. *Um olhar sobre a escola na Guanabara de Lacerda*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A presente dissertação tem como objeto de estudo a educação no estado da Guanabara, no período de 1960 a 1965, durante o governo de Carlos Lacerda. Parte do pressuposto apontado por Jacques Le Goff de que a História é um conhecimento em construção, mediado pela interpretação crítica dos documentos, sempre precário e sujeito à redefinição. Foram utilizadas como fontes da pesquisa diversas obras sobre o tema relacionado à educação do período, referentes ao longo processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a Lei nº 4.024, promulgada em dezembro de 1961; alguns artigos do periódico “Tribuna da Imprensa”, jornal que pertenceu ao político e primeiro governador eleito do estado da Guanabara, Carlos Lacerda; e a entrevista com sua secretária de Educação Terezinha Saraiva. Estas fontes, segundo Pierre Nora, ao se constituírem “lugares de memória” propiciaram encontrar o “máximo de sentido” nesta versão possível sobre a escola na Guanabara e a educação brasileira na década de 1960. O “campo político” em Bourdieu possibilitou analisar as forças políticas, os representantes e seus projetos no período abordado. O estudo enfocou a participação do deputado federal Carlos Lacerda no processo de tramitação da LDB, pois um de seus substitutivos ao projeto embasou a Lei, como também analisou a política educacional implementada em seu governo, pois desde sua campanha eleitoral o tema Educação era um dos aspectos principais.

Palavras-chave: História da Educação. Política educacional da Guanabara. LDB de 1961. Década de 1960. Carlos Lacerda

## ABSTRACT

This thesis aims to study education in the state of Guanabara, in the period 1960 to 1965, during the government of Carlos Lacerda. Assumes appointed by Jacques Le Goff that history is a construction knowledge, mediated by critical interpretation of the documents, always precarious and subject to redefinition. Were used as sources of research publications on the topic of education of the period, relating to the long process of drafting the first Law of Directives and Bases of National Education - Law No. 4.024, promulgated in December 1961; some articles of the journal "Tribuna da Imprensa", a newspaper that belonged to the politician and the first elected governor of the state of Guanabara, Carlos Lacerda; and the interview with Education Secretary Terezinha Saraiva. These sources, according to Pierre Nora, as they constitute "places of memory" they led to find the "maximum sense" in this release possible about the school in Guanabara and the Brazilian education in the 1960s. The "political field" in Bourdieu enabled to analyze the political forces, their representatives and their projects during the period covered. The study focused on the involvement of Congressman Carlos Lacerda in the process of handling the LDB, because one of his substitutes of the project based the law, as well as analyzing the educational policy implemented by his government, for since his election campaign the topic Education was one of the main aspects.

Keywords: History of Education. The educational policy of Guanabara. LDB 1961.

1960's. Carlos Lacerda.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AID	Agency for International Development
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BEG	Banco do Estado da Guanabara
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FOM	Fundação Otávio Mangabeira
FUNABEN	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
I E	Instituto de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC-USAID	Ministério da Educação - United States Agency for International Development
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDF	Prefeitura do Distrito Federal
PL	Partido Liberal
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social-Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SED	Secretaria de Educação da Guanabara

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TI	Tribuna da Imprensa
UDN	União Democrática Nacional
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal do Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USAID	United States Agency for International Development

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Jornal Última Hora, 25-27 maio 1954 .....	64
Figura 2 –	Tribuna da Imprensa, p. 10, 1 abr. 1960 .....	77
Figura 3 –	Tribuna da Imprensa, p. 4, 8 jul. 1960 .....	81
Figura 4 –	Tribuna da Imprensa, p. 3, 18 jul. 1960 .....	82
Figura 5 –	Tribuna da Imprensa, p. 14, 27 jul. 1960 .....	83
Figura 6 –	Tribuna da Imprensa, p. 1, 8 ago. 1960 .....	86
Figura 7 –	Tribuna da Imprensa, p. 1, 22 ago. 1961 .....	87
Figura 8 –	Tribuna da imprensa, p.1, 1 set. 1961 .....	88
Figura 9 –	Tribuna da Imprensa, p. 4, 3 out. 1961 .....	89
Figura 10 –	Tribuna da Imprensa, p. 2, 1 mar. 1961 .....	93
Figura 11 –	Tribuna da Imprensa, p. 1, 7 mar. 1961 .....	94
Figura 12 –	Inauguração da Escola Mestre Valentim, localizada na rua Jornalista Mário Lisboa, 127, Anchieta, em 3 de outubro de 1962 .....	95
Figura 13 –	Tribuna da Imprensa, p. 4, 21 de fev. 1962 .....	100
Figura 14 –	Lacerda em visita a um Jardim de Infância, s.l., s.d .....	101

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>CONSTRUINDO O OBJETO</b> .....	22
1.1	<b>Memória, lugares de memória e projeto</b> .....	22
1.1.1	<u>O uso do periódico como fonte documental</u> .....	28
1.2	<b>Análise do discurso e campo político em Bourdieu</b> .....	31
2	<b>A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960</b> .....	36
2.1	<b>Projetos políticos em disputa</b> .....	36
2.2	<b>A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</b> .....	44
2.3	<b>Carlos Lacerda: o homem e o mito</b> .....	60
3	<b>A EDUCAÇÃO NA GUANABARA</b> .....	74
3.1	<b>A política educacional</b> .....	74
3.2	<b>Adesão e resistência ao projeto educacional da Guanabara de Lacerda</b> .....	104
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122
	<b>ANEXO A</b> .....	134
	<b>ANEXO B</b> .....	139
	<b>ANEXO C</b> .....	150

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a educação no estado da Guanabara, no período de 1960 a 1965, durante o governo de Carlos Lacerda.

Este estudo parte dos pressupostos apontados por Le Goff (1985), quando nos afirma que a História é um conhecimento em construção, mediado pela interpretação de documentos. E para tal a História não reivindica somente uma metodologia, com determinado uso de fontes históricas, mas uma postura crítica em relação à própria construção desse passado.

Deste modo, manter a perspectiva que Le Goff (1996, p. 547) nos aponta sobre a não neutralidade no processo de escolha do documento, dentre um universo de vestígios do passado que se quer desvelar, é uma preocupação que perpassou todas as etapas do presente trabalho. Ao afirmar que *“o documento não é inócuo”*, Le Goff apresenta seu olhar sobre as múltiplas possibilidades de constituição do documento, pois este é produto de uma construção consciente ou inconsciente da sociedade que o constituiu e das épocas que se sucederam, fazendo com que ele tenha sido manipulado ou esquecido. Portanto a ideia de monumento precisa ser desmitificada, sendo necessário que se analise as condições de produção do documento, para que esse conhecimento possibilite ultrapassar o campo da memória, no sentido de seu reconhecimento no campo da História.

Por conseguinte, podemos afirmar que a História é um conhecimento em construção, sempre precário e sujeito à redefinição, seja pela descoberta de novas fontes históricas ou mesmo através de questões, que a atualidade apresenta ao passado. Apesar da História não ser possível sem a existência de documentos, estes precisam ser garimpados, segundo Le Goff (1996, p. 536), na perspectiva de que expressem *“tudo o que eles contêm”* e com o rigor necessário do historiador *“em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm”*.

Assim, apresentadas essas premissas, cumpre ressaltar também que a busca por testemunhos e documentos diferenciados é essencial na pesquisa, para que se consiga conformar o corpus documental do trabalho.

Portanto, desvelar e compreender as principais ideias e representações relativas à educação, que circulavam durante os anos 60 do século XX, é ainda um tema instigante e necessário, seja pelas possibilidades de cotejamento de novas fontes, seja pelos problemas educacionais que a sociedade atual ainda enfrenta e

que, de certa maneira, podem ser identificados com algumas marcas desse passado recente.

Logo, entende-se a relevância dessa investigação por privilegiar a análise do sistema público de ensino e da legislação educacional no estado da Guanabara, que possuía uma importante rede pública de ensino, as escolas públicas da então capital da República. Além do que, a cidade do Rio de Janeiro, através das suas diversas instituições educacionais, culturais e científicas exercia influência no restante do país.

Portanto, o que os estudos revelam é que a década de 1960 abrangeu um amplo conjunto de acontecimentos políticos, bastante diversos, inquietantes e com perspectivas díspares, de acordo com a multifacetada conjuntura brasileira. Como por exemplo, a transferência da capital da República da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília, inaugurada em abril de 1960, que muitas divergências políticas trouxeram à sociedade brasileira. Também vivenciávamos uma conjuntura mundial cujo cenário era a Guerra Fria e as consequentes intervenções dos Estados Unidos da América no sentido de consolidar sua hegemonia na América Latina. Em 1961, o presidente John Fitzgerald Kennedy assinou o Tratado da Aliança para o Progresso e, a partir de então, a assistência técnica americana ao Brasil, que já acontecia desde a década de 1950, passou a ter o aspecto direto de aporte financeiro, através de empréstimos e doações, não só ao setor de educação, mas também à saúde, à agricultura etc.

Também nesse mesmo ano, foi criada a United States Agency for International Development (USAID), que existe até os dias atuais, como a principal agência norte-americana de assistência aos países no mundo, com o objetivo de executar o programa da Aliança.<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, o país já convivia há mais de uma década com outra questão polêmica que mobilizava corações e mentes na área educacional, a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para a compreensão deste amplo debate, tanto em seu aspecto cronológico -- 13 anos de tramitação após a Constituição de 1946, quanto na intensidade das discussões que envolvia vários atores, desde a apresentação do primeiro projeto de lei até sua promulgação no final de 1961, buscamos a importante contribuição da obra de

---

<sup>1</sup> O Arquivo Acordos MEC/USAID, sob a guarda do PROEDS/UFRJ, está aberto à consulta com 138 documentos, dentre acordos, atas, convênios, decretos, publicações etc.



Roque Spencer Maciel de Barros, *“Diretrizes e Bases da Educação”*, que teve como colaboradores A. Almeida Junior, Carlos C. Mascaro, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, João Villalobos, Laerte R. de Carvalho, Luiz F. Carranca, Maria José G. Werebe, Moysés Brejon, e Wilson Cantoni.

Há meio século Roque Spencer Maciel de Barros fez parte de um dos movimentos cívicos mais importantes de nossa recente História – a *“Campanha pela Defesa da Escola Pública”*, que antecedeu a aprovação da Lei nº 4.024, em 21 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Roque S. Maciel de Barros (1960) recupera a posição assumida pelos intelectuais de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e outros centros culturais do país contra o projeto da LDB, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Ainda cumpre destacar a conjuntura política durante a época da Constituinte de 1946, no pós-guerra, em que o Brasil vivia uma “onda” grevista que perpassava o debate na Constituinte, além das discussões sobre o recente período da ditadura do Estado Novo. OLIVEIRA (2005, p. 105) reflete o caráter desta Constituinte, ao afirmar que “Algumas das ideias-força que percorrem todos os partidos, grupos e instituições criam as condições para que a Constituinte seja de fato um *‘pacto social’* que sirva de *‘aval’* a uma vida democrática, ainda que restrita, e represente a garantia da *‘unidade nacional’*.”

Em relação à Educação, a Constituição de 1946 privilegiou o debate público-privado, e conseqüentemente, o da relação Estado – Igreja. Também definiu que competia à União legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 5º, inciso XV, alínea d; não excluindo a legislação estadual supletiva ou complementar, previsto no art. 6º.

Vale ressaltar

que as disputas ideológicas entre pioneiros e católicos estão como que “congeladas”, ou em um “intermezzo” entre as lutas do período 1932-34 e a Campanha pela Escola Pública do final dos anos de 1950, [...] esta polarização não pode ser desprezada nem subdimensionada, sob pena de se perder de vista uma de nossas mais significativas polarizações em termos de história educacional.

(OLIVEIRA, 2005, p. 187)

Enfim, a partir da Constituição de 1946, o país viria a ter uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que “permitiu a descentralização da educação da esfera federal para a estadual, com a institucionalização dos sistemas de educação e

recriação dos Conselhos de Educação com funções normativas.” (BOABENTURA, 2005, p. 196).

Os textos de Nicholas Davies *“Os conflitos durante a tramitação do projeto que resultou na primeira LDB (a Lei 4024): conflitos apenas educacionais ou de projeto de sociedade?”* e de Ester Buffa *“Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da LDB e a participação da RBEP”* contribuíram para que se pudesse encontrar o cenário social e político que constituiu o pano de fundo fundamental desta pesquisa.

Paralelo a este processo de elaboração da LDB, ocorria a criação do estado da Guanabara, que ao longo da História muito se identifica com seu primeiro governador eleito, Carlos Lacerda. A escolha deste espaço e tempo histórico e seu principal protagonista não se deu por acaso, mas pela especificidade deste carismático político ter uma estreita ligação com toda a discussão no período sobre os problemas centrais da educação nacional. A constituição desta LDB, assim como os possíveis desdobramentos, que afetarão todas as instâncias governamentais no que tange à educação pública, são alvo do presente trabalho.

Deste modo, ao longo da pesquisa lanço um olhar sobre a conjuntura educacional e suas relações com as questões sociais e políticas, tendo como referências teóricas para tal reflexão as relações entre Memória e História; a importância do uso do periódico como fonte histórica; o conceito de campo político pensado por Bourdieu e a contribuição da história oral para subsidiar a melhor compreensão dos relatos dos sujeitos, que participaram direta ou indiretamente da construção deste capítulo da educação brasileira. Tais questões serão abordadas com a devida profundidade no capítulo referente à Construção do Objeto.

O período focado apresenta um cenário político marcado pela constituição de vários partidos políticos, fundados ao longo de 1945, com o fim do Estado Novo. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a partir do sindicalismo corporativista ligado ao Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que eram independentes do Partido Comunista (PC), que também consegue seu registro ao declarar abandonar algumas teses mais radicais; o Partido Social-Democrata (PSD) que congregava elementos ligados à administração pública do Estado Novo; e a União Democrática Nacional (UDN), que aglutinava a oposição ao Estado Novo. Este último profundamente identificado com o político, jornalista e empresário (dono do jornal Tribuna da Imprensa) Carlos Lacerda, um dos seus mais

importantes expoentes. Era considerado um orador brilhante, inteligente, mas também atacado por outros, como reacionário, oportunista e sem escrúpulos políticos. Através do seu jornal, fazia denúncias graves sem apresentar provas e insuflava a classe média contra os trabalhistas e os comunistas do Partido Comunista do Brasil.

Portanto, estudar o político Carlos Lacerda não significa focar o papel do indivíduo na História, mas compreender que era um homem de seu tempo, que conseguiu ter notoriedade em algumas áreas e em outras foi determinado socialmente. Marc Bloch, importante historiador dos *Annales*, faz uma importante consideração quanto à emissão de juízo de valor sobre o ato individual, conforme retrata o trecho abaixo:

Mas não se pode sem risco, elevar ao absoluto uma classificação hierárquica que verdadeiramente não passa de uma comodidade de espírito. A realidade apresenta-nos uma quantidade quase infinita de linhas de força que convergem todas num mesmo fenómeno (...).

Cuidado com isto, aliás; a superstição da causa única, em história, é muitas vezes a forma insidiosa da procura do responsável: portanto, do juízo de valor. “A quem pertence a culpa, ou mérito?”, diz o juiz. O sábio contenta-se com perguntar “porquê?” e aceita que não seja simples a resposta. Preconceito do senso comum, postulado do lógico ou deformado profissional de magistrado instrutor, o monismo da causa será sempre um estorvo para a explicação histórica.

(BLOCH, s.d., p.166-7)

Para Bloch, o historiador não deve ter uma explicação “*neutra*” ou “*isenta de interesses*”, mas defende a ideia de que se deva perceber que só é possível a emissão de um juízo sobre algum assunto, quando esta é uma opção individual clara e evidente. Assim, o historiador deve saber diferenciar o interesse que ele tem pela vida no presente, que lhe serve de parâmetro para o estudo do passado, e o impulso de julgar, garantindo este equilíbrio, como um pressuposto bastante caro a sua reflexão sobre a História.

Sob essa perspectiva, podemos pensar também a questão da biografia. A partir das reflexões de Giovanni Levi (1996) sobre a plausibilidade de se escrever a vida de um indivíduo, o autor revela sua preocupação com essa narrativa, na medida em que os historiadores se contentarem “com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.”

Nessa linha de raciocínio, reconhece como correta a ideia de *ilusão biográfica* de Bourdieu (1996), que considera ser indispensável à reconstrução do contexto, “a

‘superfície social’ em que age o indivíduo, uma pluralidade de campos, a cada instante.”

Levy relativiza tal preocupação, pois acredita que atualmente há uma nova abordagem das estruturas sociais que permite a apresentação de mecanismos mais flexíveis na constituição das redes de relações e grupos sociais.

Convém ressaltar também que na opinião de Bourdieu,

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 1996, p. 184)

Em virtude dessas considerações, não pudemos deixar de apreciar algumas obras biográficas e/ou autobiográficas sobre o homem e o político Carlos Lacerda. Mas principalmente pelas características destas obras, a apropriação das mesmas exigiu uma grande preocupação em lidar com as ambiguidades, com a descrição tradicional, linear e com a ilusão de uma identidade sem contradições.

Por outro lado, é preciso apresentar, em traços largos, as obras pesquisadas que pertencem ao campo das biografias. Inicialmente, temos os livros escritos por Carlos Lacerda, que podemos relacionar às autobiografias, apesar de serem coletâneas de discursos ou relato de entrevistas. Em “*O Poder das Ideias*”, publicado em 1962, apresenta seu pensamento político através de pronunciamentos realizados sobre as reformas de base, o movimento sindical, o desenvolvimento econômico, a “*revolução pela educação*”, as questões políticas e sociais da América Latina, dentre outros temas. O livro “*Palavras e Ação*”, publicado em 1965, também composto por discursos proferidos em diversas ocasiões, apresenta seus argumentos e razões sobre temas, ideias e problemas relacionados ao estado da Guanabara, nacionais e internacionais daquela época. O que os diferencia, substancialmente, são as diferentes datas de publicação, que são aspectos importantes a serem evidenciados, pois o primeiro refere-se à primeira metade de seu governo e o segundo já é lançado no último ano de seu governo e em tempos de exceção, após o golpe militar. O livro “*Depoimentos*”, publicado em 1977, é um depoimento jornalístico feito pelo próprio Lacerda, sobre sua vida política e sua interpretação pessoal sobre os acontecimentos narrados, através de longas entrevistas concedidas ao Jornal da Tarde e ao Estado de São Paulo, em março e

abril de 1977, poucos meses antes de sua morte. Claudio Lacerda, sobrinho, amigo e jornalista, resume esse trabalho, na introdução da 3ª edição publicada em 1987, com a afirmativa de que “depoimento é depoimento. Quem tiver versões diferentes que se apresente”.

Dando prosseguimento, Claudio Lacerda em “*Carlos Lacerda e os anos sessenta – oposição*”, publicado em 1998, retoma a trajetória política de Lacerda, alegando que muito ainda está por ser estudado sobre este período da história brasileira.

Ao mesmo tempo, foi pesquisado o livro de João Pinheiro Neto, “*Carlos Lacerda – um raio sobre o Brasil*”, publicado em 1998, sobre Lacerda a partir do Levante Comunista de 1935, percorrendo sua história de vida, até sua morte, apresentando imagens de Lacerda e seus familiares. O autor afirma em seu prefácio que “cabe ao leitor a palavra final. Carlos Lacerda continua amado e odiado. Não queremos amá-lo, nem odiá-lo. Nem mesmo julgá-lo”.

Algumas dissertações/teses foram pesquisadas, dentre elas, é importante citar a de Maria Angélica Coutinho, “*Carlos Lacerda e o tipo antropológico das professoras da Guanabara*”, sob orientação de Lílian do Valle, na UERJ, em 2004; a de Marcio de Paiva Delgado, “*O Golpismo Democrático – Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)*”, sob orientação de Ignácio Godinho Delgado, na UFJF, em 2006; e a de Heloísa Leiras Matos, “*Análise do ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro: caracterização sócio-político-pedagógica de três administrações públicas 1946-51, 1960-65 e 1975-79*”, na PUC-RJ, em 1985.

Trabalhos citados suscitaram muitas questões que enriqueceram os questionamentos, disponibilizaram novas informações e oportunizaram entrelaçamento de olhares para o aprofundamento do presente estudo.

Lacerda esteve associado à questão da educação desde sua atuação parlamentar, como deputado federal, quando apresentou, em 1958, o substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que desde sua exigência constitucional, em 1946, havia sofrido vários percalços, que é conhecido pelo seu nome – o substitutivo Lacerda. A relação com o tema educacional permaneceu em toda sua trajetória política. Quando se candidatou ao primeiro governo da Guanabara, estado criado em abril de 1960, Lacerda também se utilizou daquela temática para alavancar seu programa de governo.

Metodologicamente, analiso o periódico *Tribuna da Imprensa*, destacando, naquele período, seus mais importantes artigos referentes à educação. Dentro dessa perspectiva, a utilização do periódico pesquisado, conforme Nora (1993), se caracterizou por sua função de suporte de memória. A utilização dessa fonte documental específica sem a possível análise comparativa com outros periódicos do período não se efetivaram como proposta do presente estudo em virtude do não direcionamento da pesquisa por caminhos da ciência política. Pesquisar as matérias jornalísticas específicas do jornal “*Tribuna da Imprensa*” teve como objetivo a apreciação da opinião direta da linha editorial de Carlos Lacerda, através da análise de matérias de temática educacional, por acreditar que estas representavam a seleção realizada sobre as decisões e ações do Executivo da Guanabara que deveriam ser divulgadas para que pudessem apresentar à sociedade o cumprimento de suas promessas de campanha e de seu ideário no campo educacional. As informações encontradas nas matérias daquele jornal fazem parte de uma das possíveis abordagens teóricas para construir um quadro da educação na Guanabara, que aliadas a outras fontes contribuíram para uma melhor compreensão sobre as profundas transformações no campo da educação e suas relações políticas.

O uso do periódico como fonte histórica se reveste de uma problemática que precisa ser enfrentada com rigor, pois este tipo de fonte tem como objetivo informar numa perspectiva jornalística e não foi pensada unicamente como registro passível de se tornar vestígio para a construção de memórias.

O presente trabalho também utilizou imagens que ilustravam matérias e charges que tinham por objetivo chamar atenção para as questões emergentes sobre o tema educacional, buscando inferir as principais críticas da sociedade, como também a visão particular deste importante periódico.

Portanto, a fotografia de imprensa também se constitui em fonte primária para os estudos que utilizam os periódicos como fontes, “pois não só as palavras informam, as imagens também têm a propriedade reveladora de expressar muitos posicionamentos sobre o assunto que se queira historiar.” (ALVES; GUARNIERI, 2007, p. 13).

Por outro lado, também me aproprio das obras de Marly Motta – “*Saudades da Guanabara*” e “*Rio, Cidade-Capital*”, além de outros artigos seus sobre o assunto, no sentido de me debruçar sobre o rico conhecimento acumulado pela autora

sobre a temática da Guanabara e do político Carlos Lacerda. A autora apresenta o processo de estruturação e funcionamento do campo político (BOURDIEU, 2010, p, 164) carioca na criação e constituição do estado da Guanabara, assim como delinea os principais aspectos da nova cidade-capital, a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Na obra *“A Política Carioca em quatro tempos”*, Marly Motta, juntamente com Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmento, relata numa perspectiva cultural a trajetória política de Carlos Lacerda, abordando também aspectos de sua administração à frente do novo estado.

Também neste caminho, Maurício Dominguez Perez, com sua tese de doutoramento *“Lacerda na Guanabara – a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960”*, propõe uma análise sobre a gestão de Carlos Lacerda no governo da Guanabara, cujos aspectos relacionados à gestão educacional foram muito relevantes. Este trabalho como os demais, que se pautaram nesta perspectiva, possibilitaram um melhor conhecimento sobre as principais características do administrador Lacerda, principalmente no que tange ao aspecto educacional, que é o tema central de nosso trabalho.

O relato da professora Terezinha Saraiva, diretora de escola da rede pública desde os tempos do Distrito Federal, que assumiu a secretaria de Educação após a desincompatibilização do então secretário Flexa Ribeiro para concorrer à sucessão de Lacerda ao governo do estado da Guanabara, se constituiu em uma importante fonte para melhor entender as diferentes concepções e os silêncios sobre a temática estudada.

A utilização da metodologia da História Oral, através da entrevista realizada, oportunizou um novo olhar sobre a sociedade e suas questões políticas e educacionais no período, enriquecendo assim as possibilidades de compreensão e análise. No sentido de ampliar o conhecimento e o re-conhecimento da rede de sociabilidade de Carlos Lacerda, outras obras mais gerais sobre a década de 1960 também foram consultadas.

Logo, creio ser importante para o campo da História da Educação recuperar o percurso da educação no estado da Guanabara, durante o governo Carlos Lacerda, pois até os dias atuais os debates acerca de algumas concepções político-pedagógicas ainda causam polêmica e análises bastante divergentes.

## 1 CONSTRUINDO O OBJETO

Construir o objeto supõe também que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática (...) em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova como tal. (BOURDIEU, 2010, p. 32)

### 1.1 Memória, lugares de memória e projeto

No sentido de pensar a história da educação pública no Estado da Guanabara, na década de 1960, como um espaço privilegiado de vivência das mudanças educacionais, nos aspectos pedagógico e jurídico, empreendidas pelo Estado e cuja rede pública de ensino da então capital da República -- a cidade do Rio de Janeiro, exercia grande influência no restante do país, a abordagem entre memória e história não pode ser negligenciada.

Assim sendo, as fontes utilizadas no presente estudo, dentre elas, os periódicos, podem ser consideradas como parte constitutiva de arquivos que se transformam em *lugares de memória* diante da constatação, que nos apresenta Pierre Nora (1993), de que não há memória espontânea.

Outras fontes serão agregadas a estas para que possamos construir uma história a partir de memórias que, segundo Nora (1993), são a vida, em permanente evolução. Por outro lado, a entrevista com a gestora que atuou na instância da escola pública nesse período aprofundou o caráter qualitativo do estudo. Assim como obras que registraram e nos deixaram marcas do passado, ao se constituírem como lugares de memória nos possibilitam a análise e a reflexão sobre a trajetória da educação em nosso país. Uma destas importantes contribuições é a obra de Roque Spencer Maciel de Barros (1960, p. XXI), em que o próprio autor nos aponta que

O volume que ora editamos sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pretende ser um documento de uma fase da história das ideias pedagógicas no Brasil. Estamos certos de que os futuros historiadores da educação nacional não poderão ignorar o movimento em defesa da escola pública e o nosso escopo, além de contribuir para o esclarecimento da opinião democrática, é colaborar com eles, reunindo num livro o testemunho dos educadores paulistas, expressos por alguns de seus representantes, sobre o mais decisivo problema pedagógico do momento.



Primeiramente, se observa que Pierre Nora (1993) aborda o fim da História-Memória ao analisar a aceleração da história, a oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, que demonstra que a memória de que tanto se fala não existe mais.

A partir dessas considerações, o esfacelamento da memória acarreta a necessidade de locais de memória, pois não há mais meios de memória, apontando também o fim das sociedades-memória e o fim das ideologias diante de uma percepção histórica dilatada, em que a atualidade ocupa o lugar da memória.

Nora (1993) adverte que memória é a vida, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, longas latências e repentinas revitalizações – um fenômeno sempre atual. Ao contrário da História que é uma representação do passado, uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais.

Ainda para Nora (1993) a memória é um absoluto que se nutre de lembranças vagas, globais, sensível a todas as transferências, que instala a lembrança no sagrado. Ao passo que a História só conhece o relativo, tem vocação para o universal e é uma operação intelectual e laicizante.

Ao mesmo tempo, afirma que a memória é sempre suspeita para a história e que esta deslegitima o passado vivido, com um criticismo exagerado sobre seus possíveis *lugares de memória*. No seu entender, os *lugares de memória* nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, notariar atas etc. porque essas operações não são naturais. E para se tornarem *lugares de memória* ainda precisam ser transformados pela história.

Tudo que é chamado de memória hoje não é mais memória e sim história. Portanto, a necessidade de memória é uma necessidade da história. Os *lugares de memória* têm sentidos material, simbólico e funcional, que coexistem em graus diferentes. Dependem da vontade de memória, pois senão serão lugares de história, de acordo com as regras da crítica da história sobre fontes diretas e fontes indiretas.

Para Nora (1993, p. 22), “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num

mínimo de sinais, (...) os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose”.

Paralelamente, Michel Pollak (1989) lembra que Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória da coletividade a que se pertença, considerando os aspectos positivos dessa memória coletiva, essa memória comum, ao reforçar a coesão social pela adesão afetiva ao grupo – comunidade afetiva.

Para Halbwachs (1990) a memória nacional significava a forma mais completa de memória coletiva, porém, Pollak afirma que para se superar os problemas deste conceito há que se analisar como os fatos sociais se consolidam, é preciso se interessar pelos processos e atores que participam da constituição e da formalização das memórias. Logo, as memórias “*subterrâneas*”, dos excluídos e das minorias, que se opõem à memória nacional, passam a ser também parte integrante na constituição dessa memória, na medida em que as memórias entram em disputa.

Ainda para Pollak, as lembranças confinadas ao silêncio, muitas vezes passadas de uma geração a outra, mesmo sem registro escrito, esperam o momento propício para serem expressas, representando resistência de uma sociedade civil ao discurso oficial, porém nem sempre remetendo a uma oposição entre Estado dominador e sociedade civil.

O silêncio pode representar também a resistência a uma lembrança “*comprometedora*”, o sentimento de culpa, a dor ou até a submissão a uma memória oficial. O silêncio, muitas vezes, separa a memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada da memória coletiva organizada pela sociedade majoritária ou pelo Estado. Tais memórias inaudíveis precisam em algum momento “*invadir*” o discurso oficial, num processo difícil, mas essencial para que possa ser parte constituinte de uma memória nacional.

Em Pollak (1989), a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer guardar, em que se definem pertencimentos e fronteiras sociais. Essa referência do passado tem um sentido de manutenção da coesão dos grupos e das instituições dessa sociedade.

Deste modo, o “*enquadramento*” da memória precisa encontrar justificativas para evitar que ressentimentos dos dominados se expressem de forma violenta e para a continuidade das estruturas sociais e institucionais de uma sociedade.

O mesmo autor nos alerta sobre a impossibilidade da perenidade de uma memória coletiva imposta, mesmo que haja uma boa coexistência entre memórias subterrâneas e a memória nacional. Considera que somente os instrumentos da história oral podem desconstruir e reconstruir essa memória coletiva, através das memórias individuais, desvelando os limites do trabalho de seu enquadramento.

É esse certamente o desafio da história: apropriar-se da matéria-prima contida nos textos da memória construída e perceber, por trás deles, aquilo que não foi selecionado, o que não foi ou não pôde ser dito. É justamente pelo cruzamento das diversas fontes, por uma operação metódica e crítica, que o historiador procura interpretar os fatos, sem perder a clareza de que, assim como a memória pode ser deliberadamente construída, sua versão sobre os fatos também não escapa ao processo de construção. (LOPES, 2008, p. 95)

Portanto, realizar a análise dessa documentação encontrada nos jornais da década de 1960 do século XX, a partir dos referenciais teóricos sobre história e memória de Pierre Nora e Michael Pollak, permitirá diferenciar a *“história como tradição da memória”* e a *“história como saber da sociedade sobre si mesma”* (Nora, 1993, p.12). Essas fontes possibilitam reconstruir mitos e interpretações no sentido de superar e esclarecer abordagens tradicionais e hegemônicas. Nessa perspectiva, Pierre Nora (1993, p. 14) apresenta a importância dos lugares de memória para a construção de uma história crítica.

Nora (1993) nos remete à questão central na obra de Maurice Halbwachs que consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, dado que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Essa memória individual é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, mas refere-se somente a uma das possibilidades de construção da memória coletiva. Por outro lado, depende também do lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e de suas relações.

A memória individual não está isolada e se relaciona com pontos externos ao sujeito, o que nos auxilia na compreensão de que a memória individual encontra-se relacionada às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. Assim, estaria intimamente ligada à memória autobiográfica e pessoal.

Neste sentido, considerar a memória como uma representação, uma reinterpretação original que o indivíduo constrói sobre si mesmo e sobre o mundo em que está inserido, faz com que as memórias sejam tratadas como marcas e simbolizações de uma época. Estas simbolizações significam a substituição de

realidades concretas por algo que não pertence ao real concreto, as realidades simbólicas.

Os sujeitos expõem suas subjetividades através das memórias, ao relatarem suas experiências e suas trajetórias de vida. Não se pode perder de vista, diante dessa característica ampla das narrativas autobiográficas, a necessidade de outras fontes que dialoguem com o contexto abordado.

Nessa perspectiva, utilizar tais categorias de análise ao abordar as opiniões sobre a educação no jornal *Tribuna da Imprensa* possibilitou conhecer e reconhecer a proposta política educacional de Carlos Lacerda, pois a linha editorial do periódico representava ao mesmo tempo, as características do discurso de seu proprietário, como de quem governava e implantava as políticas públicas no estado da Guanabara.

Desta forma pode-se qualificar o periódico *“Tribuna da Imprensa”* como *“um lugar de memória”*, construído com a finalidade de perpetuar o pensamento e a obra de Carlos Lacerda.

A seguir, analiso o pensamento de Gilberto Velho de que “toda memória contém e expressa uma identidade, da mesma forma que toda identidade tem na memória um elemento constitutivo essencial, e toda identidade /memória encerra e revela um projeto – uma forma de negociação com a realidade.” (NEVES, 2011).

Gilberto Velho (2003) estabelece relações entre *memória* e *projeto*, afirmando sua importância para a constituição de *identidade*, afirmando que a noção de biografia é importante nas sociedades que privilegiam as ideologias individualistas, pois a trajetória do indivíduo é fundamental como elemento constituidor da sociedade. “Nesse sentido a memória desse indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais (...) são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada.” (VELHO, 2003, p.100).

Portanto, a transformação do indivíduo biológico em valor básico da sociedade vai depender significativamente da *memória* neste processo, que não é natural, apesar da existência de diferenças em cada sociedade. A *memória* é o elemento fundamental na construção de *projetos*.

se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetórias e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos.

(VELHO, 2003, p. 100)

Com base nos argumentos apresentados pelo autor, *projeto* e *memória*, ao se articularem, dão significado à vida e às ações dos indivíduos, na constituição de suas *identidades*. As visões retrospectivas e prospectivas são as bases que fundamentam as trajetórias individuais.

Para Velho (2003, p.103), “o projeto existe no mundo da intersubjetividade”, pressupondo sempre a existência do Outro, a relação com outros grupos ou indivíduos. O projeto possibilita a comunicação de interesses, objetivos, aspirações etc., a partir do *campo de possibilidades*, das circunstâncias em que o sujeito está envolvido.

Sob essa perspectiva, um sujeito, apesar da possibilidade de construção de vários projetos, terá sempre um que norteará sua trajetória, apresentando um caráter dinâmico a partir de novos sentidos e significados que o sujeito pode dar a sua memória, repercutindo em sua identidade. Por fim, pode-se concluir que todo esse processo pode passar por desconstruções e/ou reconstruções ao longo das trajetórias de vida, cujas biografias são suscetíveis de revisões ou novas interpretações.

Torna-se importante destacar a contribuição de Gilberto Velho para o campo da História da Educação, na medida em que corrobora a questão da construção histórica, de que não existe verdade nem fonte histórica que não seja passível de releituras. Nesses termos, podemos afirmar que fazer História significa construir interpretações possíveis de serem escritas, mas principalmente de serem reescritas. “É necessário expressar o ‘fazer-se’ do personagem ao longo de sua existência.” (THOMPSON, 1987).

Dando prosseguimento, ampliar esta análise através do depoimento de quem participou da administração pública e da implementação da política educacional do período do estudo também nos parece essencial. Neste sentido, apontamos a importante contribuição de Michel Pollak ao enfatizar que as memórias marginalizadas, através das práticas da História Oral, podem abrir possibilidades com o objetivo não de historicizar memórias que já deixaram de existir, mas sim de recuperar memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de

maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.” (POLLAK, 1989).

### 1.1.1 O uso do periódico como fonte documental

A imprensa periódica no Brasil surgiu há quase dois séculos e seu advento propiciou mudanças sociais, políticas e culturais, na medida em que ela fomentou novas identidades culturais e políticas.

Assim sendo, atualmente o periódico tem sido considerado importante fonte para a análise dos processos históricos, pois através da enunciação de discursos possibilita a intervenção e consequentes transformações nas várias esferas sociais. A imprensa passou a não ser mais considerada apenas veiculadora de ideias e fatos e sua rica diversidade de informação passou a contribuir no trabalho do historiador, abarcando os vários setores da sociedade.

No presente estudo, portanto, o periódico foi um importante instrumento na compreensão das transformações por que passava a educação brasileira e em especial a escola na Guanabara no início dos anos de 1960.

Em virtude dessas considerações, apontamos como importantes fontes históricas para este estudo os principais artigos que tratam do tema educacional, publicados no período de 1960 a 1965, no periódico “*Tribuna da Imprensa*”, fundado por Carlos Lacerda em 1949.

O uso do periódico foi escolhido como fonte da pesquisa, por entender que a imprensa é uma importante testemunha das ideias e das concepções da época estudada, se constituindo importante fonte documental para a História da Educação, na medida em que, seguindo sua origem iluminista, pode ser considerado um elemento fundamental nas análises no campo social, político e cultural.

Para tal, alguns exemplares do periódico “*Tribuna da Imprensa*” foram pesquisados levando em consideração o aspecto qualitativo na análise dos textos, das imagens e de todas as possibilidades de inferências suscitadas no contato com as informações disponíveis.

A imprensa tem a capacidade de formar uma cultura, padronizar o povo e funciona também como um veículo educativo. É através dela que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. O jornal centraliza as opiniões da elite intelectual e torna-se um elemento para captar as representações de uma época. A palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documentação na construção de interpretações históricas. Mesmo com o direcionamento ideológico dos jornais, cabe ao historiador utilizá-los como fonte para a recuperação de um determinado período histórico, aguçando o seu olhar crítico para os fatores que influenciaram a sua construção. (GONÇALVES NETO, 2002)

O jornal *“Tribuna da Imprensa”* foi foco de análise por representar os interesses de uma determinada classe, que através de suas publicações garantia a divulgação de suas idéias, legitimando-as. Os exemplares, referentes ao período, foram pesquisados, buscando garimpar as reportagens que faziam referência ao tema educação, articulando-os sempre às conjunturas estaduais, nacional e mundial.

Ao mesmo tempo, considera-se o periódico como uma importante fonte histórica para o estudo do período, apesar da preocupação em utilizar tal metodologia dentro de seus limites e de suas particularidades.

Como Carvalho afirma

o espaço jornalístico configura-se, primeiramente, por ser um meio de transmissão de informação, não sendo ele neutro e imparcial perante os acontecimentos, e não estando à margem da realidade social e política. E, também, por ser formador e regulador da opinião pública pelo fato de veicular análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outros. (CARVALHO, 2004, p. 48)

Apesar da pesquisa buscar analisar as principais questões educacionais da década de 1960, a utilização deste suporte como fonte de pesquisa, através dos artigos sobre a educação pública no estado da Guanabara, teve como perspectiva a compreensão ampla das questões sociais, políticas, econômicas e culturais, que possuem ligações intrínsecas com a educação, como um dos setores que compõem a organização do Estado.

O espaço jornalístico, além de ser um meio de transmissão de informação que não se pode considerar neutro nem imparcial, está diretamente ligado à realidade social e política. O jornal também se caracteriza por seu aspecto regulador e formador de opinião. Logo, pode-se considerá-lo um difusor de ideias sobre a vida política, cultural, educacional, econômica, moral etc.

É difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os atores estão presentes nos jornais e revistas: os professores, os alunos, os pais, os políticos, as comunidades... As suas

páginas revelam, quase sempre o “quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam. Por outro lado, é através deste meio que emergem ‘vozes’ que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tal como na academia ou no livro impresso.

(NÓVOA apud BASTOS, 2002, p. 169)

Era voz corrente à época que o jornal *Tribuna da Imprensa* servia de “*palanque*” para Lacerda e que era um veículo da UDN, o partido que liderava a oposição a Getúlio Vargas. Os antilacerdistas afirmavam que o jornal fora criado com o objetivo de servir “*ao golpismo udenista*”. Durante a década de 1950, o jornal enfrentou muitas brigas “*de opinião*” com o jornal Última Hora, de Samuel Wainer.

Tanto em seu jornal, como no rádio e na televisão, Lacerda atacava Wainer, acusando-o de receber recursos públicos para a manutenção de seu jornal, através de empréstimos do Banco do Brasil, como de haver órgãos públicos e empresas ligadas ao governo como seus principais anunciantes. Tal situação chegou a gerar uma CPI para averiguar tais acusações.

Portanto, compreende-se que a imprensa é importante fonte documental na pesquisa em história da educação, o jornal permite o acesso a uma visão geral sobre as principais discussões sobre educação que circulavam, assim como auxilia no desvelamento dos objetivos que embasaram a produção de tais discursos. Através dos artigos relacionados ao tema do estudo é possível conhecer a implantação das propostas de campanha de Carlos Lacerda, ao governo da Guanabara, e ter contato com as principais mudanças ocorridas no período no que tange à educação, de uma forma geral.

Desta maneira, utilizar artigos de jornais como fonte histórica enriquece a pesquisa, na medida em que possibilita também conhecer como as novas propostas relacionadas à educação foram divulgadas à população, não esquecendo que o jornal *Tribuna da Imprensa* era um dos muitos meios de comunicação existentes. Porém, é preciso reconhecer sua importância como importante formador de opinião, já que era dirigido a pessoas letradas e, preferencialmente, pertencentes à elite carioca.

A divulgação das principais medidas tomadas pelo governo, assim como das novas ideias no campo educacional, incluindo a discussão e implementação da LDB, significava uma maneira de consolidar na população a ideia de mudança e avanço



no campo educacional, de forma muitas vezes espetaculosa, que caracteriza a própria essência da veiculação de informação na mídia.

Tal como ressalta o jornalista e escritor espanhol Lorenzo Gomis (1991), a interpretação jornalística possibilita com que se decifre pela linguagem a realidade das coisas, os acontecimentos ao nosso redor e no mundo, assim como se complementa com o esforço de significação, também interpretativo, no sentido de ajudar os indivíduos a compreender o mundo que os cerca. O jornalismo precisa se apropriar de uma dimensão educativa, que efetivamente colabore nessa perspectiva de desvelar a informação.

Nesse sentido, a utilização da imprensa representa um testemunho importante para o campo da história da educação, pois além de oportunizar o acesso aos discursos do setor educacional, possibilita conhecer como esses discursos eram recebidos e debatidos na sociedade, dando a conhecer a repercussão no imaginário coletivo (MAFFESOLI, 2001, p. 74-82) daquela sociedade.

Maffesoli vê o imaginário como (a) uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável, (b) um estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade; (c) como promotor de vínculo, cimento social; (d) como detentor de um elemento racional (assim como a ideologia), mas de também outros parâmetros como o onírico, o lúdico, fantasia, o imaginativo, o afetivo, o não-racional, os sonhos; (e) o imaginário não seria de direita nem de esquerda, pois estaria aquém ou além desta perspectiva moderna; (f) o imaginário atravessaria todos os domínios da vida e concilia o que aparentemente é inconciliável, por isso mesmo os campos mais racionais, como as esferas política, ideológica e econômica, seriam recortados pelo imaginário, que tudo contamina. (SILVA, 2010, p. 247)

## 1.2 Análise do discurso e campo político em Bourdieu

Ao buscar analisar as forças políticas, seus representantes e seus projetos no estado da Guanabara deste período da década de 1960, reconhecem-se também os referenciais teóricos de Pierre Bourdieu como importantes condutores dessa abordagem.

Para tanto será também fundamental a abordagem de Bourdieu sobre a análise do discurso, focando sua força e a necessidade de buscar a relação entre a linguagem e as condições sociais de sua produção e de sua utilização, além de “procurar fora das palavras, nos mecanismos que produzem as palavras e as

peças que as emitem e recebem, o princípio de um poder que uma certa maneira de utilizar as palavras permite mobilizar.”

Para Bourdieu (2007, p. 199-200) a redação nada mais é do que uma das condições de eficácia do poder simbólico e uma condição que só se opera sob certas condições: “*prega-se somente aos convertidos*”. O poder dos eufemismos só é absoluto quando se exerce sobre “agentes assim selecionados de modo que suas condições sociais de produção o predisponham a reconhecê-lo absolutamente.”

É preciso apresentar, ainda que em traços largos, alguns conceitos da teoria de Bourdieu para encaminhar tal abordagem, apesar de utilizar várias denominações para apresentar sua noção de ideologia -- sistemas simbólicos, visões de mundo, discursos políticos etc. --, sempre há a perspectiva de considerá-la um sistema de conceitos e proposições que visa explicar o mundo social e que se encontra instituído na exterioridade das consciências particulares.

Nestes termos, para compreender a noção de ideologia no pensamento de Bourdieu é necessário observar o tratamento dado às idéias e representações, que constituem a subjetividade dos agentes sociais e também as ideologias ou os sistemas ideológicos. As ideias e representações, denominadas de *habitus* ou *predisposições* pelo autor, seriam

os sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de obediência a regras. (BOURDIEU, 1983, p. 61)

Portanto, a noção de *habitus* se refere às ideias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos e que são adquiridas por eles ao longo de suas trajetórias sociais nas diversas esferas do espaço social. Logo, ideias e representações são “*estruturas estruturadas*”, em virtude de ser o resultado da interiorização das estruturas objetivas; e também “*estruturas estruturantes*” na medida em que, são predisposições que tendem a nortear as práticas dos indivíduos e, conseqüentemente, a reestruturar as estruturas objetivas. Tal conceito pretende superar a visão dos sujeitos como meros suportes das estruturas objetivas encontrada nas teorias mecanicistas ou deterministas, “romper com o paradigma

estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu homo economicus”. (BOURDIEU, 2010, p. 61).

Assim sendo, para Bourdieu, os discursos políticos são decorrentes das “lutas simbólicas”, que determinados agentes sociais travam entre si no campo político – um subespaço específico do “*espaço social*”, definindo o espaço social como um espaço “*multidimensional*” constituído por diversos “*campos relativamente autônomos*” - campo religioso, campo do direito, campo literário, campo da ciência, campo político etc. Campo compreendido como um universo social particular constituído de agentes que ocupam posições específicas, dependendo da eficiência de seu capital dentro do próprio campo. Cada campo é um microcosmo que tem leis próprias: seu nomos (lei fundamental) e doxa (pressupostos cognitivos e avaliativos aceitos e reconhecidos pelos agentes no campo).

É no interior de cada um destes campos que se travam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é,

como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.  
(BOURDIEU, 1989, p.14)

O poder simbólico significa esse poder de fazer as coisas com palavras. É um poder de consagração ou de revelação de coisas que já existem, “*uma forma transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.*” (BOURDIEU, 2010, p. 61). Essas representações simbólicas na imprensa possuem uma grande importância na criação ou no silenciamento sobre determinados assuntos. Nessa perspectiva, a imprensa foi abordada como forma de poder que constrói um mito ou combate algum político ou força política contrária.

Tal como ressalta o autor, a luta simbólica representa a

luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a.  
(BOURDIEU, 2010, p.174-175)

Sob essa ótica, pode-se afirmar que é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, pelo “*monopólio da expressão legítima da verdade do mundo*”, que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias. No caso do campo político, as ideologias ou discursos políticos.

Nesta perspectiva buscamos apreender os mecanismos societários que formulam o imaginário político deste período, a partir do conceito de campo político, como

o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

(BOURDIEU, 2010, p. 164)

O embate entre grupos políticos opostos de uma mesma região, interessados essencialmente nos mesmos objetivos, ocorre no âmbito interno de um campo, entendido enquanto necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica, no qual seus componentes competem por acumular aquele capital simbólico irreduzível a cada campo, lutando internamente por ele, cuja finalidade última seria a conquista da credibilidade perante a totalidade do espaço social.

O campo político para Bourdieu é ao mesmo tempo o campo de forças e o campo das lutas no processo de transformação da relação de forças que lhe confere estrutura. Desse modo, o campo político limita o universo do discurso político.

Bourdieu assinala que para participar no campo político, o modo de pensamento e de ação exigidos passa pelo *habitus* do político, que necessita de um

corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais.

(BOURDIEU, 2010, p. 169)

A partir do escopo teórico de Bourdieu será possível compreender os discursos políticos daquele momento. O autor aponta a necessidade de conhecimento do universo das tomadas de posição no interior do campo, para a

compreensão de uma tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral etc., pois seu sentido no jogo político somente se dá no sentido relacional, na diferença e pela diferença. Todo campo político tende a se organizar em torno da oposição entre dois polos, definindo-se como um sistema de desvios de diferentes níveis, no qual as instituições, atos ou discursos produzidos só terão sentido relacionalmente.

O campo político significa o espaço de concorrência pelo poder, em que a força de mobilização das idéias é avaliada. Por conseguinte, pode-se dizer que o capital político, uma forma de capital simbólico, significa o crédito firmado no reconhecimento dos poderes conferidos a alguém ou a um objeto. Bourdieu (2010, p. 188) esclarece que este *“poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce. [...] É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.”*

Assim,

o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. (BOURDIEU, 2010, p. 188)

O que podemos assinalar é que esse homem político, no caso de Carlos Lacerda, deve sua autoridade à força de mobilização que detém pessoalmente ou como mandatário de um partido que possui um capital político acumulado.

## 2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

### 2.1 Projetos políticos em disputa

Norteados por ideias políticas de desenvolvimento, consequência dos anos 50, os anos 60 deixaram três grandes marcas: o processo de industrialização, a urbanização e as alterações do consumo popular. O desenvolvimento poderia suscitar essa possibilidade de consciência crítica, já que os povos dominados tendem a desenvolver uma cultura servil, inautêntica, e quase sempre a circunstância colonial torna-se um grande obstáculo à formação de uma autêntica cultura nacional. O que começa então a se delinear no início da década de 60 é um novo projeto de existência. (FARIA, 1997, p. 30)

O período da década de 1960 abrangeu um amplo conjunto de acontecimentos, bastante diversos, inquietantes e com perspectivas díspares, de acordo com a multifacetada conjuntura brasileira. Também a conjuntura internacional, com o fim da 2ª Guerra Mundial e o surgimento da Guerra Fria, em que se acirraram os conflitos entre capitalismo e comunismo, contribuiu para que qualquer proposta de reforma social com viés liberal democrático fosse considerada de cunho socialista. A intervenção estatal em qualquer instância ou setor era considerada um ato totalitário.

Historicamente, aquela conjuntura irá proporcionar muitas mudanças em todos os aspectos da sociedade, em particular na área educacional brasileira, a partir da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1961. Tal processo revela a participação direta do primeiro governador do estado da Guanabara – Carlos Lacerda, pois como deputado federal, na década de 1950, apresentou substitutivos ao projeto que embasou as diretrizes e bases nacionais da educação brasileira.

Em paralelo à construção de um panorama político geral sobre o período, no sentido de possibilitar uma análise crítica sobre os projetos políticos do país e no âmbito do novo estado, que tinha sua importância ampliada diante de ter sido até então a capital política e cultural da república, será enfocada a relação entre o público e o privado, no que se refere aos processos de construção ou reestruturação do Estado Nacional. Entendendo que a construção do público na educação brasileira, a partir da evidência da maioria dos estudos já realizados, está atrelada a

própria organização do Estado e, especialmente, as suas formas de intervenção no processo de estruturação e generalização das instituições educacionais.

Torna-se importante desvelar tal relação, aclarada através da análise dos debates relacionados ao processo de tramitação da Constituição de 1946 e a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. E ao mesmo tempo, identificar os atores sociais que fizeram parte desse processo. (MONTALVÃO, 2011).

A tensão entre o público e o privado na educação brasileira é um aspecto fundamental a ser focado no campo da História da Educação, na medida em que, sua recorrência em muitos estudos, demonstra como esta análise é de extrema importância para a compreensão dos vários embates e das diferentes políticas educacionais implementadas ao longo da história da educação brasileira.

Como contribuição, temos o artigo de Libânia Xavier "*O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos 1980*", pois apesar do contexto posterior a este trabalho e das características específicas dessas relações a partir da década de 1980, sua apresentação referente ao debate sociológico sobre o papel do Estado e do setor privado na educação brasileira é bastante eficaz, também para o entendimento da tensão entre o público e o privado ocorrida na década de 1960. Xavier (2003, p. 193) afirma também em seu estudo a importância da relação entre

abordagens características dos estudos históricos e dos estudos de caráter sociológico, entendendo que a interação entre essas duas áreas disciplinares permite a fertilização da reflexão em torno da relação presente e passado, assim como potencializa a interseção entre teoria e empiria, entre interpretação e descrição.

Em virtude dessas considerações iniciais, se observa a pertinência de estudos acerca da Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro, para um melhor entendimento das contradições presentes no contexto de redemocratização do país. No Brasil, segundo Saviani (2008, p. 7), a primeira referência do estabelecimento de diretrizes da educação nacional como competência privativa da União surge na Constituição Federal de 1934. Porém, somente na Constituição de 1946 surgiu a definição "como competência da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional." (SAVIANI, 2008, p. 10).

O enfoque dado à área educacional buscou explicitar os projetos educacionais que disputavam hegemonia no país, as mudanças educacionais no país repercutiram, evidentemente, nas várias redes públicas educacionais dos estados brasileiros, mas o estado da Guanabara permanecia um espaço importante de análise, mesmo após a transferência da capital para Brasília, considerando sua ampla rede de escolas públicas.

No cenário político deste período da história brasileira, se destacam três partidos -- PSD (Partido Social-Democrata), UDN (União Democrática Nacional) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Por outro lado, um desses atores políticos foi o primeiro governador eleito da Guanabara, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, jornalista e empresário, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, e um dos mais influentes políticos da UDN, que contava também com o apoio de outros políticos e empresários da grande imprensa, como Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, Júlio Mesquita (O Estado de São Paulo) e a família Marinho (O Globo).

O embate entre estes grupos políticos que se opõem e buscam concorrentemente a acumulação de capital político permanecem em luta no processo histórico pela disputa de credibilidade diante da totalidade social.

Lacerda, parente de políticos ligados ao Partido Comunista, em 1934 interrompeu o curso de Direito e passou a se dedicar à militância política na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. A violenta repressão ao movimento comunista de novembro de 1935 o levou à clandestinidade até 1938, quando foi trabalhar na revista *O Observador Econômico e Financeiro*. Mas em 1939, o PCB passou a desaprovar seus artigos jornalísticos e o afastou do partido, apesar dele nunca haver se filiado. Durante o período do Estado Novo, além de antigetulista iria se tornar também anticomunista.

A relação público-privado na educação após a redemocratização do país, em 1945, com o fim do Estado Novo e sua administração centralizadora da educação nacional, presenciou a mobilização de novos e a retomada de antigos grupos na disputa por diferentes projetos de organização da educação brasileira. Tais grupos estavam divididos entre os representantes da Igreja Católica, com o apoio do sindicato patronal das escolas particulares, e os intelectuais que lideraram o movimento da escola pública.



Deste modo, os últimos anos da década de 1950 vivenciaram um movimento importante em torno da constituição da primeira lei educacional nacional. Oportuno se torna dizer que naquele momento foi se fortalecendo o embate entre público e privado no âmbito educacional, tendo como pano de fundo o debate sobre as funções da família, da Igreja e do Estado.

No jornal O Correio da Manhã, Lacerda produzia uma coluna -- "*Na Tribuna da Imprensa*", que tinha por objetivo cobrir os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946. Assim, iniciava sua relação com a política partidária, filiando-se à UDN e sendo eleito vereador em 1947, para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Porém renunciou ao mandato após um ano por discordâncias políticas.

A fundação de seu jornal data de 1949 e, a partir da eleição de Getúlio Vargas em 1950, iniciou uma implacável campanha contra seu governo até sua morte em 1954, além da briga histórica com Samuel Wainer, dono do jornal Última Hora, considerado por Lacerda um jornal governista.

Paralelamente, foi eleito deputado federal em 1955, participou da frustrada tentativa de golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek, assim como teve participação efetiva no processo de tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A partir de 1958, Carlos Lacerda apresentou dois substitutivos ao projeto de lei da LDB, que se encontrava parado há dez anos nas comissões. Tais substitutivos virão esquentar a discussão da luta contra o monopólio estatal e a favor das instituições particulares de ensino, relegando as questões técnico-pedagógicas .

Assim, o panorama político despertou antigas reivindicações, evidentemente atualizadas diante da conjuntura do período, que geraram novas manifestações em Defesa da Escola Pública e o "*Manifesto Mais uma Vez Convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo*", em janeiro de 1959.

Esse Manifesto, que passado mais de meio século, continha críticas que hoje ainda fazem parte da pauta reivindicatória da maioria dos educadores brasileiros, foi redigido por Fernando de Azevedo (GHIRALDELLI, 2006, p. 251-272), assinado por vários intelectuais e publicado na imprensa em primeiro de julho de 1959.

O segundo Manifesto lembrava o Manifesto dos Pioneiros de 1932, demonstrando assim um caráter de continuidade no chamado "*movimento de reconstrução educacional*". Ao mesmo tempo, avalia que houve iniciativas exitosas desde então, mas fragmentadas, e conseqüentemente não foram forjadas as

mudanças estruturais necessárias. Os manifestantes percebem a mudança da conjuntura após decorridos vinte e cinco anos, mas reiteram a defesa *“da educação democrática, da escola democrática e progressista que tem como postulados a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidade para todos.”*

Quanto à tese de que os defensores da escola pública estariam propondo o monopólio estatal, tal afirmativa não se sustentava, na medida em que eles também afirmaram no Manifesto de 1959 que

Monopólio só existiria quando a educação funcionasse como instrumento de dominação. Que não existe ele entre nós, estão aí por prova a legislação do ensino que abre à iniciativa privada amplas possibilidades de exploração de quaisquer domínios da atividade educacional, e o número crescente de escolas particulares de todos os graus e tipos que por aí se fundaram e funcionam.

(GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p. 264)

Antes da aprovação de seu substitutivo, Lacerda, através de seu jornal, enviou uma carta a Anísio Teixeira, que respondeu às críticas contundentes lembrando a Lacerda declarações feitas por ele sobre um de seus substitutivos e de que a lei iria passar *“e saíssem da frente os que a ela se opusessem”*, pois esses *“seriam pisados”*.

Tenha-se presente que, ao mesmo tempo que a década de 1960 presenciava o crescimento dos interesses privados no espaço legislativo, se contrapunha uma marca muito forte da dimensão pública da educação. O direito à educação passou a ser um direito cívico, que possibilitaria a mobilidade social e, por conseguinte, pode-se dizer que traria progresso ao país, além dos benefícios individuais.

A Lei nº 4.024 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – apresentava como característica principal a descentralização administrativa e didático-pedagógica das várias instâncias que formavam o sistema nacional de ensino, permitindo então uma maior autonomia às instituições educacionais do país. É preciso observar, porém que no aspecto do financiamento da educação, em relação à distribuição de recursos, os interesses públicos foram suplantados por interesses privados, mesmo que em seu corpo houvesse a afirmação que os recursos públicos seriam aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino.

Em consonância com que foi dito, a LDB contemplou esse setor com a concessão de recursos financeiros às escolas na forma de bolsas de estudos, assim como estabeleceu a cooperação financeira da União com estados, municípios e

iniciativa particular na modalidade de subvenção e/ou assistência financeira. Tal conquista, decorrente principalmente da ideia de que a educação pública era um direito de todos, independentemente de quem a oferecesse, permitiu que o setor privado educacional se ampliasse como se fosse uma extensão da educação pública, numa perspectiva equivocada de liberdade de ensino.

Durante o auge desse debate sobre a definição das diretrizes educacionais a serem implementadas na educação brasileira, em 1960, com a transferência da capital do país para Brasília, surgiu a oportunidade do político Carlos Lacerda se candidatar ao primeiro governo do estado da Guanabara. Logo, assumir então o cargo no Executivo após sua atuação no Legislativo como deputado federal revelava a medida exata de suas aspirações, seria o ensaio e a mola propulsora para sua candidatura à presidência da República.

Por outro lado, sua forte ligação com a questão educacional na esfera legislativa fez com que, à frente do Executivo, esse setor também fosse evidenciado em sua gestão. Convém ressaltar que a centralidade do tema educacional foi constante, tanto nas propostas apresentadas durante sua campanha eleitoral como também nas realizações governamentais, amplamente difundidas em seu jornal.

Outros substitutivos, pareceres e emendas foram apresentados, até que o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fosse aprovado na Câmara Federal em janeiro de 1960 e pelo Senado Federal em agosto de 1961. Por fim, a Lei nº 4.024 foi promulgada em 20 de dezembro de 1961.

Paralelamente, Florestan Fernandes, professor da Universidade de São Paulo, também um dos líderes da campanha em defesa da escola pública, após a aprovação do projeto da LDB pela Câmara, criticava os escritores, através do artigo *“Os Escritores e a Escola”*, publicado no suplemento literário do jornal O Estado de São Paulo, por terem cedido diante das pressões indiretas.

Outra questão relevante consiste em perceber que nesse período também muitas contribuições na área da educação popular foram desconsideradas, dentre elas, as atividades da Ação Católica Brasileira; o Movimento de Cultura Popular em que Paulo Freire funda seu método para a alfabetização de adultos, em Recife, no governo de Miguel Arraes; a campanha *“De pé no chão também se aprende”*, em Natal; o Movimento de Educação de Base que propunha combater o subdesenvolvimento no país através da educação como um elemento fundamental na transformação da sociedade; e o Centro Popular de Cultura, órgão cultural da

UNE. Naquele momento, estes projetos nos âmbitos educacionais e da cultura popular, que pretendiam contribuir no desenvolvimento do país, não tiveram sua importância reconhecida.

Após a aprovação da nova LDB, entre 1961 e 1963, o Governo Federal aumentou em 5,93% seus gastos em Educação, apesar dos índices educacionais ainda serem alarmantes. Ao final de 1963, ainda 50% da população era analfabeta, somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à 4ª série, apenas 14% eram atendidos no ensino médio e só 1% alcançava o ensino superior.

Convém observar que havia um movimento em busca da transformação dessa realidade. Nesse período houve importantes Conferências Interamericanas, tais como a 1ª Conferência Interamericana, no Uruguai, em 1961, em que ficou definido o Plano Decenal de Educação para o Programa da Aliança para o Progresso. Em 1962, no Chile, ocorreu a 2ª Conferência Interamericana “*Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina*”, promovida pela UNESCO, CEPAL, OIT, FAO e OEA, com um caráter mais pragmático, no sentido de alcançar as metas do Plano Decenal. Ao final, propôs recomendações de uso de novos métodos didáticos, com a utilização de novas tecnologias educacionais e de metodologias para avaliação da educação, na perspectiva da teoria do *capital humano* (SCHULTZ, 1973). Nessa visão, ao Estado cabe investir na estrutura educacional, na medida em que assim o sistema de ensino se torna eficaz na formação de recursos humanos qualificados para contribuir com o crescimento econômico do sistema social. A Educação é vista então como uma das bases desse crescimento que, aliada ao investimento financeiro e à força de trabalho, possibilitaria beneficiar não somente o indivíduo, mas também o setor público e o setor privado. Essa concepção funcionalista garante à Educação um papel fundamental no funcionamento do sistema social capitalista, formando o “*capital humano*”, os recursos humanos necessários e adequados ao liberalismo econômico e político que orienta a sociedade capitalista.

Em 1963, na Colômbia, houve a 3ª Conferência Interamericana, com a participação dos ministros da Educação dos países latino-americanos para avaliar o desempenho do Plano Decenal de Educação. Nesta ocasião, foram apresentadas sugestões no sentido de redirecionar muitos objetivos educacionais, para possibilitar a concretização das recomendações anteriores.

Dentro desse mesmo contexto, no Brasil, em fevereiro de 1962, o Conselho Federal de Educação começou a exercer suas funções, dentre elas a elaboração do Plano Nacional de Educação, com definição de metas a serem alcançadas até o ano de 1970 e das normas para aplicação dos recursos dos Fundos de Ensino no país.

Porém, em seguida, o que se observa é que após o golpe militar de 1964, o financiamento de ajuda internacional foi concedido, buscando fazer com que a educação também participasse de um esforço integrado para a transformação da situação de subdesenvolvimento da América Latina, atendendo as exigências das duas primeiras conferências. No entanto, os pressupostos eram de um modelo de desenvolvimento industrial capitalista e da aceleração da formação e expansão do “*capital humano*”.

Dando continuidade a essa nova lógica começaram a ser assinados os Acordos MEC-USAID em nível federal e estadual. Tais acordos entre o Ministério da Educação e a AID (Agency for International Development) tinham por objetivo a assistência financeira e assessoria técnica norte-americana junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais brasileiras. A respeito, citamos Romanelli (1990, p. 210):

Naturalmente, essa estratégia, embora não explicitasse uma ação direta, planejadora e organizadora, incluía, e isso está evidentemente implícito nos programas, um tipo de ação que implicava doutrinação e treinamento de órgãos e pessoas intermediárias brasileiras, com vistas obviamente a uma intervenção na formulação de estratégias que a própria AID pretendia fosse adotada pelos dirigentes, órgãos e instituições educacionais. [...] sua estratégia de ação só é viável em situações de dependência em que o setor interno se predispõe não apenas a aceitar os programas de reformulação do sistema educacional, mas também a trabalhar e responsabilizar-se por sua execução.

Portanto, podemos considerar que a primeira metade dos anos de 1960 representou um período de muita discussão na área educacional do país. O precário atendimento educacional à população em idade escolar e o alto índice de analfabetismo ainda existente exigiam mudanças. A implementação de uma política educacional que buscasse romper com a educação elitista ainda vigente e alterasse o cenário desolador das baixas taxas de alunos em idade escolar matriculados nas escolas brasileiras se tornava urgente, somando o clamor dos dois Manifestos, de 1932 e 1959. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p. 226 – 272)

## 2.2 A Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1961

A tarefa de fixar diretrizes e bases da educação nacional, isto é, estabelecer metas e parâmetros de organização da educação a serem seguidos pela totalidade de uma nação determinada, implica compreender como a educação se constituiu e se desenvolveu historicamente de modo a se colocar como um problema de caráter nacional. (SAVIANI, 2008, p. 01)

O processo de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi um período expressivo na história política da educação de nosso país no século XX. No entanto, a elaboração da LDB transcorreu durante treze anos até sua promulgação em 20 de dezembro de 1961 -- a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961).

Conforme nos indica Saviani (2008, p. 9), já na Constituição de 1934 pode-se vislumbrar a pretensão da organização da educação em âmbito nacional, pois esta frisava como competência da União *“traçar as diretrizes da educação nacional”*. Mas somente na Constituição de 1937 tem-se como competência da União a definição das bases da educação nacional. Sob essa ótica foram elaboradas por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Getúlio Vargas, as *“leis orgânicas do ensino”* – as Reformas Capanema, implementadas entre os anos de 1942 e 1946 <sup>2</sup>.

Por outro lado, pode-se também considerar que este processo de constituição de nossa primeira LDB se impôs bem antes da apresentação do primeiro projeto de lei, durante os trabalhos iniciais da Constituinte de 1946. Já que o tema era objeto de discussão na redefinição política do país que entrara em uma nova fase após o fim do Estado Novo (1937-1945) e dos novos rumos que o término da 2ª Guerra Mundial descortinava. Esse período de redemocratização do país exigia novas diretrizes e novas legislações nos diversos setores da administração pública.

---

<sup>2</sup> IGNÁCIO, Paulo César de Souza. Navegando na história da educação brasileira. HISTEDBR. Glossário – Verbetes – USP. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_do\\_ensino.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_do_ensino.htm)>. Acesso em 10 maio 2011.

Na Constituição de 1946, que foi promulgada em 18 de setembro de 1946, a Educação foi alvo de acirrados debates, porém conforme nos aponta Bufo (1989, p.17),

Assim é que a Constituição de 1946, considerada democrática, uma vez que surgia no momento de redemocratização do país, após o fim do Estado Novo, não era propriamente inovadora ao atribuir à União competência para elaborar as diretrizes e bases da educação nacional, e aos estados, competência para organizarem seus respectivos sistemas de ensino, pois isso já figurava na letra das duas Constituições anteriores [1934 e 1937].

Os aspectos inovadores, no entanto, referiam-se aos novos focos de debates, como, por exemplo, a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas, que ao final é aprovado como disciplina que deveria ser ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno, apesar de ter facultada sua matrícula. Tal discussão foi ampliada no que se refere à relação entre Estado - Igreja e o consequente dilema da laicidade do ensino oficial, como princípio, diante da separação legal entre Estado e Igreja desde a República, tomando vulto.

Em consonância com esta discussão, também emergiu a polêmica entre Estado - Família referente à abordagem de quem seria o direito/dever de educar. Na Constituição de 1946, o artigo 166 apresentou a síntese alcançada: *“A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”*

Porém, a ideia de liberdade de ensino ainda se referia ao subsídio estatal à escola particular, situação esta que já era praticada em muitos estados e municípios, não havendo nenhuma proibição constitucional.

Nesse sentido, deve-se dizer que o debate na Constituinte de 1946 privilegiou a dicotomia Público - Privado, como também a relação Estado - Igreja, e suas implicações no campo educacional. Sob essa perspectiva podemos considerar que essas polarizações marcaram desde o início o longo processo percorrido pela história da educação brasileira na consolidação de sua primeira legislação educacional.

Outros pontos relevantes da Carta de 1946 foram a manutenção da obrigatoriedade e da gratuidade no ensino primário, assim como a *“tendência”* à gratuidade para os demais níveis, no caso dos mais pobres. Em relação ao financiamento da Educação houve grande controvérsia quanto à vinculação ou não

dos recursos, como também dos valores dos percentuais para cada instância de governo (municipal, estadual e federal).

Segundo Oliveira (2005, p. 183), o deputado Gustavo Capanema, que havia sido ministro da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, sugeria que deveria se estipular um limite baixo, pois assim não haveria o perigo de descumprimento da Constituição, por entender que seria difícil que as instâncias de governo passassem a dar a prioridade necessária na utilização dos recursos públicos. Aliada a esta questão também havia a preocupação da definição das competências das diferentes esferas do poder público em relação à função educativa e à legislação educacional, devendo-se ressaltar o posicionamento de Capanema. Como membro da Comissão Constitucional participou da redação do anteprojeto da nova Carta, revelando-se contrário à criação de sistemas educativos municipais, por entender que poderia gerar “uma multiplicidade de sistemas educativos, dificilmente ordenáveis e harmonizáveis.” (OLIVEIRA, 2005, p. 186).

Na opinião do jurista Pedro Calmon, segundo Montalvão (2009, p. 1), a política educacional delineada na Constituição de 1946 tinha semelhanças com a proposta da Constituição de 1934, no que se referia à ampliação das atribuições do governo federal, apesar de manter intacta a prerrogativa da iniciativa privada e o não rompimento com a competência sistematizadora das instâncias estaduais e do Distrito Federal. Tal como ressalta Saviani (2008, p. 10), a Carta de 1946 em seu artigo quinto, inciso XV, alínea d, definia como competência da União legislar sobre “*diretrizes e bases da educação nacional*”<sup>3</sup>, apresentando então pela primeira vez essa expressão.

Deste modo, Capanema enviou à Comissão de Educação e Cultura um substitutivo que propunha alteração em oito dos nove artigos do projeto da comissão constitucional, porém somente o artigo 168 -- “*a União, os Estados e o Distrito Federal adotarão, na administração do ensino, o princípio da unidade de direção*”, foi rejeitado. A derrota de Capanema foi o centro da polêmica nos debates ocorridos no período de elaboração da LDB e um fator preponderante na lentidão de sua regulamentação, pois enfrentou durante dez anos o veto do referido deputado.

Por conseguinte, pode-se afirmar também que este posicionamento foi elemento fundamental para que o processo de tramitação do projeto da LDB tivesse

---

<sup>3</sup> Ver texto integral da Constituição de 1946. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em 10 maio 2011.



por várias vezes sido paralisado e impedido de ser votado na Câmara dos Deputados, desde a apresentação ao Poder Legislativo do anteprojeto. Este primeiro projeto foi elaborado por uma comissão, organizada em três subcomissões – ensino primário, ensino médio e ensino superior, constituída em setembro de 1947 pelo ministro da Educação Clemente Mariani. Era composta por educadores de diversas tendências, presidida por Manuel Lourenço Filho, que era Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, sob a relatoria do professor Antônio de Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo, através da Mensagem Presidencial nº 605, de 29 de outubro de 1948.

Tal iniciativa visava dar cumprimento a um dispositivo da Constituição de 1946 -- artigo 5º, XV, d, que concedia à União competência para fixar “*as diretrizes e bases da educação nacional*”. O anteprojeto tinha um caráter descentralizador, federativo, delegando aos Estados e ao Distrito Federal a competência de organizar seus sistemas de ensino. O que se observa é que sua concepção descentralizadora de ensino coincidia com as ideias defendidas no Manifesto de 1932, conforme denotam alguns de seus artigos:

Art.8º A União, os estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei.

Art. 9º A União organizará e manterá os sistemas de ensino nos territórios, e bem assim o da ação federal supletiva, que se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 10º O sistema federal e os sistemas locais poderão abranger todos os graus, devendo, porém os últimos dar preferência ao desenvolvimento do ensino primário e médio. (MARIANI, 1987, p. 642)

Na exposição de motivos da mensagem presidencial nº 605 <sup>4</sup>, de 29 de outubro de 1948, redigida pelo ministro Mariani, este defendia o princípio da descentralização como exigência intrínseca ao processo de ensino, em consonância com a grande extensão do país e nossa organização político-administrativa e a forma federativa do Estado. Também propunha “*a unidade na variedade*”, afirmando que esta era a única maneira compatível com o princípio federativo.

O projeto que havia sido distribuído às Comissões de Educação e Cultura e Finanças, em 08 de dezembro de 1948, foi remetido ao Senado para ser apreciado

---

<sup>4</sup> MARIANI, Clemente. Exposição de motivos da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948. *Diário do Congresso Nacional* (13/11/1948), p. 11.616.  
In. [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948) [acesso em 16/03/2011].

pela Comissão Mista de Leis Complementares, cujo relator era o deputado do PSD, Gustavo Capanema, líder da maioria na Câmara Federal. (MONTALVÃO, 2009). Capanema apresentou um Parecer em 14 de julho de 1949, condenando o aspecto descentralizador do projeto, alegando inconstitucionalidade em seu texto, ao afirmar que sistema educativo seria um conceito de administração pública e que não se referia à legislação do ensino. Ainda alegou que a compreensão correta da expressão “*diretrizes e bases*” que a Carta Magna de 1946 apresentava não restringia a competência da União somente à definição dos princípios gerais de ensino – as *diretrizes*, mas “também dar-lhe estrutura e disciplina, organização e regime” --- as *bases*. Justificava assim que esse foi o propósito dos legisladores ao incluir o termo “*bases*” no texto constitucional.

As contradições e pressões políticas fizeram com que o projeto fosse arquivado e somente dois anos depois, em 17 de julho de 1951, a Câmara solicitasse seu desarquivamento. O Senado informou que o referido projeto havia sido extraviado, fazendo com que a Câmara então determinasse sua reconstituição. O projeto tramitou na Comissão de Educação e Cultura por aproximadamente cinco anos e meio. Durante esse período a Comissão contou com a presença de vários educadores em suas reuniões de estudo e análise do projeto. Dentre eles, Anísio Teixeira que sempre defendeu a descentralização do ensino brasileiro, destacando quatro pontos fundamentais: a unidade da educação brasileira, a divisão de competências, o poder supervisor e normativo da União e a flexibilidade, a liberdade e a descentralização.

O anteprojeto Mariani contemplava a proposta de diretrizes comuns para a educação, com a divisão das competências pelas várias instâncias administrativas, que superassem a dualidade existente nas duas redes de escolarização e a centralização autoritária que ainda era vigente.

Em 1950, Gustavo Capanema se reelegeu deputado federal pelo PSD e Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. O presidente preocupou-se em fortalecer sua base de apoio no Congresso, aproximando-se até da bancada udenista, e com este intuito indicou Capanema, que tinha reconhecida habilidade política e bom relacionamento com parlamentares importantes da UDN, como líder da maioria. Durante todo o governo Vargas, Capanema teve uma atuação direta em todos os momentos de crise política do período.

Após a recomposição do projeto original, em 1952, foi anexado a este um projeto elaborado pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Essa associação foi fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva, na cidade do Rio de Janeiro, como Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, apartidária, pluralista. Buscava congregar educadores, professores, pessoas físicas e jurídicas interessadas no estudo e no debate de assuntos ligados à Educação e à Cultura. Para atingir seus objetivos promovia palestras, debates, conferências, seminários, congressos, exposições, concursos e outros eventos para contribuir para o desenvolvimento da educação brasileira.

Os estudos continuaram, mas o andamento do processo era lento, apesar de algumas manifestações a favor da tese de descentralização do projeto, como a aula inaugural do professor Antonio de Sampaio Dória na Faculdade de Direito de São Paulo, nesse mesmo ano.

Em 1954, Capanema foi eleito para o seu terceiro mandato como deputado federal e enfrentou mais uma crise política -- a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República, respectivamente. No entanto, ocupou a liderança do governo na Câmara até 1956 e em 1958 venceu as eleições, mantendo-se no parlamento. Torna-se importante, portanto, ressaltar a importância de Capanema no sentido de imobilizar a tramitação da LDB.

Nesses termos, percebe-se que Gustavo Capanema, durante toda essa trajetória no Congresso, manteve sua grande influência em todas as instâncias, principalmente nas discussões referentes à legislação educacional, como no período da Constituinte de 1946. O partido político -- PSD, ao qual era filiado o deputado governista, presidiu a Comissão de Educação e Cultura de 1947 a 1952, 1954 e de 1956 a 1958, fazendo com que a defesa de suas ideias tenha obtido o apoio necessário e alcançado até então seu intento, impedindo a implementação de uma política educacional com viés descentralizador. Portanto, desde 1947, os deputados da UDN acusavam Capanema de boicotar o projeto e reivindicavam que o projeto continuasse a tramitar. Tanto o relator do anteprojeto da LDB, Antônio de Almeida Junior, quanto o ministro da Educação à época, Clemente Mariani, eram filiados à UDN, enquanto Capanema era líder do PSD, cuja bancada era majoritária. Capanema considerava o projeto apresentado em 1948 como uma expressão antigetulista, que não privilegiava o aspecto pedagógico, se referia mesmo à lei como uma traição.

Diante dessa conjuntura política, Carlos Lacerda, deputado federal da UDN, em 1955, apresentou um projeto Substitutivo, nº 419-55, que reproduzia o projeto original de 1948, apresentado à Câmara Federal por Clemente Mariani, das Diretrizes e Bases. Deste modo, parecia que a oposição encontrara um importante instrumento de luta – reacender a discussão sobre a LDB e acelerar sua tramitação no Congresso. Uma subcomissão, composta pelos deputados Nestor Jost, Coelho de Sousa e Lauro Cruz, elaborou o Parecer, que foi aprovado com as emendas apresentadas em 14 de novembro de 1956.

Portanto, em 12 de fevereiro de 1957, o “*projeto de 1948*”, com o Parecer, as emendas da comissão e quatorze documentos anexados foi publicado em Diário Oficial, totalizando quase nove anos de tramitação na Câmara dos Deputados. Laerte Ramos de Carvalho sintetiza este processo, relatando em seu documento “Diretrizes e Bases: breve história” (BARROS, 1960, p. 204) que

O exame mais detido dos documentos que acompanham o parecer da Comissão de Educação e Cultura revela que os debates que se travaram giraram principalmente em torno de interpretações contraditórias do texto constitucional. A questão da distribuição de competências entre a União e os Estados ou, em outros termos, a centralização ou descentralização do sistema escolar foi o pomo da discórdia que criou divergências inconciliáveis. Na sua exposição perante os membros da Comissão de Educação e Cultura lembrou o Prof. Almeida Júnior os dois tópicos constitucionais relativos à competência da União para legislar sobre diretrizes e bases e à competência dos Estados para organizar os respectivos sistemas de ensino.

Além da grande divergência quanto à proposta de descentralização do sistema de ensino, o projeto propunha também a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, além da gratuidade nos vários níveis de ensino e a defesa de princípios democráticos para a organização escolar.

No final de 1956, o padre deputado Fonseca e Silva se tornou uma voz expressiva do movimento da Igreja Católica para influenciar o texto da LDB, criticando Anísio Teixeira, que presidia o INEP. Principalmente, após sua conferência “*A Escola pública universal e gratuita*”, proferida no I Congresso Estadual de Educação Primária realizado em Ribeirão Preto, em setembro do mesmo ano.

Anísio Teixeira defendia a escola pública como a única verdadeiramente democrática, gerando a reação católica no que dizia respeito aos interesses das escolas confessionais e recebia a acusação de estar vinculado ao comunismo, deturpando assim sua identidade com o pragmatismo de Dewey. Anísio recebeu

apoio do ministro da Educação, Clóvis Salgado da Gama, declarou-se contra o ideário marxista, mas manteve sempre sua tese sobre a responsabilidade do Estado na garantia da educação pública.

Anísio, como membro da ABE participou desde a III Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, em 1928; integrou a delegação da Bahia na III Conferência, em 1929; presidiu a delegação do Distrito Federal na IV Conferência; assim como recebeu elogios do presidente da ABE durante a VII Conferência, em 1935, por sua atuação à frente do Departamento de Educação do Distrito Federal. Porém, Anísio Teixeira neste mesmo ano se afastou da vida pública por dez anos, até o fim do período do Estado Novo, voltando a participar dos eventos da ABE, somente em 1954, na XI Conferência, em Curitiba, proferindo a palestra “A crise brasileira da educação”.

Porém, sua última participação ocorreu em 1956, pois mesmo continuando a ser membro da ABE, Anísio Teixeira continuou a ser alvo de críticas ao longo de 1957, que se tornaram mais graves quando a portaria nº 1.509, da COFAP, órgão governamental que controlava os preços, definiu o corte de reajuste nas mensalidades escolares para o ano de 1958, mantendo os valores cobrados em 1957. Toda essa situação acirrou ainda mais os ânimos e ampliou o debate entre os representantes das instituições educacionais privadas e os representantes do governo.

Destarte, quase dez anos depois do encaminhamento do primeiro anteprojeto à Câmara Federal, em 29 de maio de 1957 iniciou-se o debate sobre o projeto nº 2.222/57<sup>5</sup>, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no plenário da Câmara. Porém, esse projeto não era mais o projeto original, pois havia sofrido modificações, através de várias emendas, já aprovadas na Comissão de Educação e Cultura.

Em novembro de 1957, o ministro da educação Clóvis Salgado apresentou um substitutivo a este projeto, elaborado pelos professores Pedro Calmon, Lourenço Filho, Almeida Junior, Faria Góes e Anísio Teixeira. A nova redação do documento,

---

<sup>5</sup> In.

[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=12/02/1957&txpagina=478&txsuplemento=1&altura=650&largura=800](http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=12/02/1957&txpagina=478&txsuplemento=1&altura=650&largura=800) [acesso em 16/03/2011].

as principais alterações se referiram aos objetivos humanistas da educação e sobre o direito primordial da família, em sua promoção e acompanhamento; e à inclusão da orientação política do financiamento da educação.

No primeiro semestre de 1958, os debates em torno do projeto da LDB se tornaram mais intensos, com a participação de bispos da Igreja Católica e os escritores católicos Gustavo Corção e Alceu de Amoroso Lima <sup>6</sup>, através de artigos na mídia impressa. Gustavo Corção defendia a concepção católica de “*liberdade de ensino*”, enquanto os bispos criticavam o apregoado “*monopólio estatal do ensino*”.

Ora, como o “monopólio” não era visível, já que pululam pelo País escolas particulares de todas as orientações e graus, especialmente secundárias e superiores, deu-se um significado novo ao conceito: o que o Estado monopoliza (?) não é propriamente a educação, mas os recursos públicos necessários para a sua manutenção e desenvolvimento. Não há dúvida de que se trata de uma forma insólita de monopólio! O Estado não proíbe as escolas particulares, laicas ou confessionais, infelizmente mal as fiscaliza, ignora os absurdos e as irregularidades gravíssimas que se verificam em muitas delas – e, ainda assim, para a nossa perplexidade monopoliza a educação ! [...] É um dos disparates mais grosseiros que já vimos, mas não há meio de tirar conclusão diferente de semelhante concepção de “liberdade de ensino”.  
(BARROS, 1960, p. 119)

Após ser aprovado por unanimidade na Comissão, o projeto ministerial foi votado em novembro de 1958, recebendo emendas de alguns deputados, dentre eles Ulisses Guimarães e a crítica veemente do deputado Carlos Lacerda, juntamente com a comunicação de que apresentaria novo substitutivo.

O Substitutivo foi então apresentado pelo deputado Perilo Teixeira, em 26 de novembro de 1958 e, em 03 de dezembro, o deputado Carlos Lacerda solicitou pedido de urgência para a votação da matéria, mas o projeto acabou tramitando em regime de tramitação prioritária. A seguir, Carlos Lacerda apresentou em 15 de janeiro de 1959, novo Substitutivo e o deputado Celso Brant também em 04 de junho, apresentou um Substitutivo elaborado pelos educadores Almeida Junior,

---

<sup>6</sup> Alceu Amoroso Lima foi crítico literário e polígrafo, adotando o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Convertido ao catolicismo por influência de Jackson de Figueiredo, Alceu tornou-se um dos mais respeitados defensores da Igreja Católica no Brasil. Assumiu a direção do Centro Dom Vital, que congregava os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro. Foi catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e ainda diretor de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (1951). Desenvolveu também grande atividade jornalística e ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras, inclusive na Sorbonne e nos Estados Unidos.

Bezerra de Medeiros, Carneiro Leão, Faria Góes, Lourenço Filho, Abgar Renault e Anísio Teixeira.

Os novos projetos voltaram à Comissão de Educação e Cultura e foram analisados em conjunto, com as emendas recebidas por uma subcomissão relatora composta pelos deputados do PSD, Aderbal Jurema, Manuel de Almeida e Dirceu; do PTB, Santiago Dantas; do PSP, Paulo Freire; e da UDN, Carlos Lacerda e Lauro Cruz; que elaborou um novo projeto aprovado na Câmara em janeiro de 1960.

O histórico Substitutivo Lacerda, que gerou mudanças mais profundas no projeto da LDB foi este apresentado em 15 de janeiro de 1959. Em seu texto foram incorporadas as conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em janeiro de 1948, e as propostas da Associação Brasileira de Educação (ABE), encaminhadas em 1952 a mesma comissão. Portanto, o Substitutivo redirecionou a discussão na luta contra o monopólio estatal e a favor das instituições particulares de ensino, representando uma vitória parcial no processo iniciado em 1948.

O cerne da discussão passou a ser a ideia de *“liberdade de ensino”*, que encontrou discordância entre os próprios educadores liberais como, por exemplo, Roque Spencer Maciel de Barros (1960, p. 22) que apresenta resumidamente os três pontos fundamentais desse Substitutivo:

1º) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2º) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3º) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professores aos vencimentos dos professores do ensino livre; livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos. Em vez de “pagar para ver”, o Estado “pagará sem ver”...

Para Barros (1960, p. 43), em seu artigo *“Unidade e Coerência”* de 31 de janeiro de 1959, a *liberdade de ensino* que se pode reconhecer no escopo desse Substitutivo é de que “a liberdade de ensino se transforma no direito de manter o comércio do ensino. E num país no qual o índice de analfabetismo atingia nível elevadíssimo o substitutivo reivindica verbas a um ensino particular que só se estabelece onde e quando melhor lhe convém.” Segundo Barros (1960), o conceito de liberdade de ensino proposto referia-se à doutrina educacional da Igreja Católica, que pretendia sua exclusiva liberdade na ação educativa.

Em síntese, o Substitutivo Lacerda propunha a privatização do ensino, cabendo ao Estado apenas o repasse dos recursos financeiros às escolas e o

ensino público teria apenas um caráter supletivo; que não haveria fiscalização do governo sobre o ensino privado, ficando também a cargo das instituições de ensino a apuração dos resultados escolares. De certa forma, o Substitutivo desencadeou uma grande reação de educadores e intelectuais.

Como resposta aos privatistas, em 1º de julho de 1959, vários órgãos de imprensa publicaram o documento redigido por Fernando de Azevedo – *“Mais uma Vez Convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo”*. Em um trecho desse Manifesto, os signatários indagam “E, quanto a nós, quem nos ouviu advogar a causa da educação como privilégio exclusivo do Estado e, portanto, a supressão às entidades privadas da liberdade de abrir escolas de quaisquer tipos e graus, respeitadas as leis que regulam e têm, no interesse comum, de regular a matéria?” (GHIRALDELLI, 2009, p. 263-264) no sentido de explicitar que a posição defendida não era contrária a co-existência da escola pública com a escola privada, mas sim de considerar a utilização de recursos financeiros públicos no âmbito da esfera privada.

Mesmo diante da defesa incansável de muitos intelectuais e educadores contra os equívocos de concepção na elaboração de nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desde os últimos anos da década de 1940, o país viu ser aprovado, em janeiro de 1960, pela Câmara dos Deputados, o projeto de Diretrizes e Bases que tinha como base o Substitutivo Lacerda, apesar de haver algumas mudanças incorporadas.

Nesse contexto, a campanha da escola pública, já iniciada com o Manifesto de 1959, é intensificada com a participação de estudantes e o efetivo pronunciamento de muitos intelectuais.

Segundo Roque Spencer Maciel de Barros (1960, p. XXIII), foi um momento importante na história da educação brasileira, pois não se restringiu ao campo dos especialistas em educação, mas repercutiu e teve a participação da sociedade civil. O sociólogo Florestan Fernandes participou ativamente, principalmente com a publicação de três artigos intitulados *“Em Defesa da Escola Pública”*, a partir de 30 de janeiro de 1960, cujo objetivo era demonstrar a grande insatisfação com a aprovação do projeto da LDB na Câmara dos Deputados, alegando ter havido um *“ataque”* dos grupos privados contra o Estado democrático.

Como expressão dessa mobilização nacional, foi realizada a *“1ª Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública”*, em 4 de maio de 1960, em São Paulo, que



elaborou uma “*Declaração de Princípios*” que tinha a intenção de nortear os rumos da defesa da educação nacional.

Por outro lado, em defesa do projeto, teremos outros intelectuais e educadores, dentre eles, a professora, jornalista e deputada Sandra Cavalcanti, que na Tribuna da Imprensa (T. I.) de 19 de maio de 1960, na matéria intitulada “*Diretrizes o que é*” (sic), apresentou as explicações sobre os pontos do projeto da LDB, que já tramitava no Congresso há mais de uma década, na tentativa de superar as críticas recebidas, afirmando que “*Diretrizes não quer (sic) acabar com escolas públicas (...), mas sim oferecer oportunidades iguais a todos os estudantes, estimulando o ensino e ajudando a todos os a atingir seu objetivo na vida*”.

Sandra Cavalcanti, uma das principais aliadas de Lacerda, concedeu uma entrevista à TV Tupi, em 27 de maio de 1960, relatada na T. I. de 28-29 de maio de 1960, para falar sobre a necessidade de aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Naquela ocasião, afirmou que havia passado a época em “*que só quem tinha dinheiro podia estudar*”, e enumerava os benefícios da educação para a ascensão social, citando a Alemanha que após sair destruída ao final da 2ª Guerra Mundial conseguiu se reerguer graças ao investimento em educação. Ao encerrar sua entrevista, declarou que “*o Brasil vai progredir à custa do seu povo, que vai às escolas e será capacitado para cooperar, em seu ramo, para a riqueza da terra brasileira*”.

Carlos Lacerda, em artigo da T. I., de 30 de maio de 1960, sob o título de “*A Escola pública e a Campanha contra nós*”, ataca verbalmente os principais opositores ao projeto da LDB, chamando-os de a “*camorra dos mandarins do Ministério da Educação*” e negando a acusação de que seria contra a escola pública. Para ele, contra a escola pública eram os que se elegiam a custa da concessão de bolsas escolares “com a cumplicidade e a submissão de notabilidades como o sr. Anísio Teixeira – burocrata da pedagogia.”

A seguir, afirma que “após dez anos de tergiversação e desconversa” havia apresentado um projeto de lei para auxiliar o trabalho da Comissão de Educação e Cultura, da qual fazia parte, e que este havia sido aprovado por muitos, citando os parlamentares Coelho de Souza (do PL) – presidente da Comissão, Aderbal Jurema (do PSD), Santiago Dantas (do PTB), Plínio Salgado (do PRP) e Manoel de Almeida (do PSD) como importantes representantes de seus partidos no trabalho que levou

à aprovação por unanimidade do projeto pela Câmara dos Deputados. Pergunta então:

E sou eu o inimigo da escola pública? Não, porque devo à escola pública a maior parte do que aprendi na vida. Devo à Escola José de Alencar, do Largo do Machado, às minhas professoras, dona Madalena Saldanha da Gama, dona Tamar, dona Maria Luisa, à minha inesquecível diretora dona Elia Rodrigues Pereira.

Lacerda afirmava que assumia o compromisso de ampliar o número de escolas na Guanabara, mas alfinetando seus desafetos dizia que não chamaria para estar à frente da Educação, aqueles que há trinta anos a dirigiam direta ou indiretamente e que só tinham apresentado fracassos. *“Não tenho culpa se o Sr. Anísio Teixeira nada fez do que se esperava dele como secretário da Educação do grande governo que foi o do Sr. Otávio Mangabeira.”* Continuou ainda tecendo suas críticas e considerando que o projeto que havia apresentado tinha sido aperfeiçoado na Comissão de Educação e Cultura, e que no Senado aguardava a aprovação por ser “o melhor projeto que, no estado atual do Brasil, se pode transformar em lei.”

Nesse mesmo mês de maio de 1960 foram publicados vários artigos em defesa da escola pública, como um texto de Roque Spencer Maciel de Barros *“Porque é preciso dizer Não ao projeto de Diretrizes e Bases”* para ser distribuído à população, em que aborda alguns dos artigos que causaram bastante controvérsia, conforme trechos descritos abaixo:

[...] a Câmara dos Deputados, sem maior discussão, votou, em quatro minutos, um substitutivo da Comissão de Educação e Cultura que, conservando muito pouco do velho projeto original [o anteprojeto Clemente Mariani de 1948] e consagrando as ideias básicas de um outro famigerado substitutivo - o do Deputado Carlos Lacerda -- é hoje a maior ameaça a pesar sobre a educação nacional. Antes não tivesse a Câmara aprovado projeto algum, antes continuasse na sua indiferença pelo problema fundamental do destino da educação brasileira, pois não há dúvida de que esta estaria melhor servida sem qualquer documento legal do que o está com este.

[...] Equivocadamente, o projeto insiste na proibição do “monopólio do ensino” (?) (“É assegurado a todos na forma da lei o direito de transmitir seus conhecimentos, não podendo o Estado favorecer o monopólio do ensino” – Art. 4º). Mas que monopólio? A idéia deste já não é repelida na Constituição? A que vem então o esdrúxulo artigo? Simplesmente a reforçar a “equiparação” entre particular e Estado, estabelecida no artigo anterior, o qual diz (inciso I) que o direito à educação é assegurado “pela obrigação do Poder Público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor”. Isto é, o projeto equiparando Estado e particular praticamente divide entre ambos o dever de executar a tarefa da educação.

[...] segundo o projeto, o Estado haverá de dividir os recursos da escola do povo com estas prósperas empresas. Em outros termos: o Estado descurará de seu dever de educar gratuitamente para fornecer mais recursos a uma escola que vende, por determinado preço, a educação.

[...] o legislador dispensou a obrigatoriedade diante da possível insuficiência de escolas. [...] É isso para não falar de outras exceções ao mesmo princípio, entre elas “o comprovado estado de pobreza do pai ou responsável” (letra a), o que significa que o filho do pobre está

dispensado da obrigação de melhoras as suas condições de vida por meio da instrução, perpetuando a pobreza paterna e colaborando para a manutenção da ordem econômica existente. [...] um artigo como esse seria vergonhoso e retrógrado por qualquer liberal do século passado. Em 1879, por exemplo, a reforma de ensino de Leôncio de Carvalho formulava ideias bem mais generosas e progressistas em relação à obrigatoriedade escolar.

[...] Ao povo o que é do povo: recursos públicos apenas para a escola do povo!.

(BARROS, 1960, p. 189)

No artigo *“Lacerda vai discutir Diretrizes na televisão”*, na T. I. de 09 de junho de 1960, na página 4, foi relatado o comparecimento de Carlos Lacerda à televisão para discutir o projeto da LDB com Darcy Ribeiro, em que o primeiro afirmava *“sem qualquer prazer, mas com esperanças de proveito para todos”*. Este artigo demonstrava o acirramento do embate nas discussões sobre a defesa da escola pública, principalmente após a aprovação do projeto da LDB em janeiro de 1960.

Nesse período as forças políticas se apresentavam mais diretamente, fazendo com que seus projetos passassem a ter mais visibilidade, tendo assim sua rede de sociabilidade evidenciada. As inúmeras manifestações contra ou a favor do projeto aprovado repercutiam no peso que as emendas propostas ao projeto teriam para a manutenção ou mudança em seus diversos artigos.

Para Halbwachs (1990) em uma análise sobre a memória coletiva, em que afirma que os pontos de referência estruturam nossa memória e nos oferecem a idéia de pertencimento a um grupo, além de possibilitar a construção dessa memória de maneira contínua e coerente, como também de possibilitar o re-conhecimento de outros durante o processo, possibilita perceber os marcos que não se podem *“esquecer”* na construção da História.

Desta maneira, ao estudar os principais aspectos da educação brasileira na década de 1960 não se pode deixar de mencionar e rememorar que a defesa de um sistema nacional de ensino unificado com administração descentralizada teve seu marco com os Pioneiros da Educação, em 1932. Estes já reivindicavam o papel da educação como uma função social e pública, dissociando-a da interferência doméstica e religiosa. Os Pioneiros defendiam o ensino público, gratuito e laico, e por conta disso foram acusados de comunistas pelos católicos que compreendiam a defesa da escola pública como a defesa do monopólio estatal da educação. Também foram acusados de *“desnacionalizadores e descristianizadores da infância brasileira”*. Diante dessa grande pressão, os Pioneiros, embora defendessem a laicidade, buscaram focar, prioritariamente, a definição das atribuições do Estado referentes à educação.

Ao mesmo tempo, a polarização entre escola pública e escola privada perpassou todo esse processo de elaboração e discussão do texto da primeira LDB. Segundo Xavier (2003, p. 193), é preciso observar que o conflito entre o público e o privado exige o reconhecimento de seus limites, da interação e dos conflitos que se apresentam. A autora aponta que analisar as formas de relação entre Estado, sociedade e setores privados no que se referem ao campo educacional é sempre fundamental para o estudo da educação brasileira contemporânea. Nessa perspectiva afirma a importância de se

abordar a relação público e privado na educação brasileira, inventariando as suas formas históricas de manifestação, observando as imbricações, as aproximações e os afastamentos operados entre essas duas dimensões e procurando identificar os termos da oposição que marcou o conflito entre publicistas e privatistas no âmbito do debate e da participação nos rumos da política educacional.

(XAVIER, 2003, p. 193-194)

Contribuindo para o debate, Davies (2010, p. 1) considera que os treze anos do processo de tramitação da LDB

refletiram os embates mais amplos na sociedade brasileira, como o papel do Estado como agente de desenvolvimento econômico, a natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro (independente X associado ao capital estrangeiro), o grau de participação política das classes populares (populismo em todas as suas variantes X elitismo), independência política X alinhamento automático em relação aos países imperialistas (EUA sobretudo).

Tanto os burgueses, os socialistas, os comunistas, os nacionalistas e outros, que lutavam a favor da escola pública e gratuita e de sua expansão acreditavam que esta seria propulsora do desenvolvimento e da democratização da sociedade. Na visão liberal, esta escola possibilitaria que todos tivessem chances iguais para competir no mundo do trabalho e que o sucesso decorreria do mérito demonstrado no processo educativo.

Assim, em nome da liberdade de ensino, a LDB assegurou à iniciativa privada os recursos públicos, sem que fossem necessários instrumentos que a disciplinasse e fiscalizasse.

Quanto à administração do ensino, foram ampliados os poderes do Conselho Federal de Educação, apesar da não referência ao caráter deliberativo ou consultivo de suas atribuições e de estabelecer que caberia ao Ministério da Educação a homologação dos atos mais importantes. Tais como: a decisão sobre o funcionamento de estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares, o

reconhecimento das universidades e das faculdades isoladas mantidas pelos poderes locais, a elaboração do plano de aplicação de recursos federais e a fixação de condições para a concessão de financiamentos a qualquer estabelecimento de ensino. (BRASIL, LDB, 1961)

No que se refere aos recursos reservados à educação ficou definido que estes seriam aplicados, "preferencialmente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino" (BRASIL, LDB, 1961). O termo "*preferencialmente*" abrandava a ideia dos textos anteriores que enfatizavam o auxílio que o poder federal deveria conceder às entidades particulares de ensino, sem, no entanto, perder seu sentido original. As verbas destinadas à educação deveriam ser aplicadas não menos de dez por cento da arrecadação da União e vinte por cento da renda sobre os impostos dos Estados e Municípios, assegurando dessa forma a educação.

Quanto à preocupação contida no Manifesto de 1959, em relação aos recursos públicos a serem investidos na escola privada, destacamos,

uma espécie de retorno à Idade Média, e os recursos do erário público para manterem instituições privadas, que, no entanto, custeadas, na hipótese, pelo Estado, mas não fiscalizadas, ainda se reservariam o direito de cobrar o ensino, até a mais desenvolva mercantilização das escolas.

(GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p. 270)

Ao mesmo tempo, a duração do ensino primário, seria "no mínimo, em quatro séries anuais" (BRASIL, LDB, 1961), podendo ser complementado com mais duas séries para iniciar o aluno "em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade" (BRASIL, LDB, 1961). Segundo Villalobos (1969), o projeto aprovado pela Câmara privilegiou a opinião dos que estavam ligados ao ensino particular, leigo e confessional, que através das ideias centrais de liberdade do ensino e de descentralização conseguiram avanços para as escolas particulares.

A votação da LDB foi bastante tumultuada até a aprovação pelo Senado em agosto de 1961, um período de muita polêmica sobre a questão do ensino, com opiniões contra e a favor do projeto aprovado. Os que defendiam o projeto eram ligados às escolas particulares, tanto confessionais como leigas, alegando ser de altíssimo custo o ensino oficial comparado ao ensino particular. Os que eram contra o projeto aprovado justificavam sua posição através da defesa da escola pública, conforme Villalobos (1961), aceitando somente "a iniciativa particular como

elemento supletivo", assim como "o emprego do dinheiro público apenas na manutenção e desenvolvimento da escola pública". O Senado aprovou algumas emendas na tentativa de alcançar um equilíbrio entre as muitas controvérsias do projeto.

Na opinião de Florestan Fernandes a aprovação do projeto foi uma derrota popular e o sancionamento da Lei, em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente da República João Goulart uma traição às forças políticas democráticas, não pactuando com as afirmações diversas de Carlos Lacerda que "*Foi a lei a que pudemos chegar*" e de Anísio Teixeira "*Meia vitória, mas vitória*".

Por fim, após treze anos de grande mobilização, a sociedade brasileira recebeu sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém uma legislação que não fazia jus à posição de vanguarda de muitos, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes etc. E, principalmente, às palavras do ministro Mariani, em 1949, de que o projeto de diretrizes e bases da educação nacional deveria traduzir o espírito dos tempos vividos -- a redemocratização no país e no mundo.

Ao fim e ao cabo, este capítulo da história da educação brasileira nos faz perceber que os muitos Substitutivos apresentados "*substituíram*" e aniquilaram definitivamente a possibilidade, neste período, da "*democratização intensa e extensa da educação nacional.*" (BARROS, 1960, p. 208-209).

### 2.3 Carlos Lacerda: o homem e o mito

Pierre Bourdieu chama a atenção para a "ilusão biográfica", ou seja, para a falácia de se considerar uma vida como [...] um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva, de um projeto. (BOURDIEU, 1996, p. 184)

A centralidade da figura de Carlos Frederico Werneck de Lacerda deve ser deslocada, considerando também no estudo aqueles que o reconheceram e em que condições históricas e políticas tal opção foi realizada. A literatura que enfoca a figura de Lacerda pode ser assinalada como uma vertente ideológica de seu partido e/ou de representantes dos grupos sociais que partilhavam do mesmo projeto político.

Lacerda nasceu em 30 de abril de 1914, na cidade do Rio de Janeiro, em uma família de advogados, políticos e proprietários de terra. Coursou o antigo “primário” na escola pública José de Alencar e o antigo “ginásio” no Liceu Francês, de onde se transferiu para o Internato Pio-Americano, mais tarde concluiu o secundário em outro colégio no Rio de Janeiro.

Viveu na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua família ter ao longo dos anos uma crescente queda financeira. Conviveu desde sua infância num ambiente político, tendo sido influenciado por seu pai e seus tios que tiveram uma militância partidária filiada aos setores da esquerda.

Aos dezesseis anos começou a escrever, iniciando sua carreira de jornalista em 1929, no jornal “Diário de Notícias” numa seção dirigida por Cecília Meireles, cujo tema era educação. Essa amizade com Cecília o aproximou da poesia, da literatura e fez com que buscasse ampliar seus horizontes na produção literária.

Paralelamente, chegou a iniciar o curso de Direito aos dezoito anos, em 1932, mas apesar de não ter concluído, foi nessa época que teve início sua atividade política.

Seu pai, Maurício de Lacerda, havia participado efetivamente da Revolução de 1930, que em decorrência da ruptura da alternância do poder entre mineiros e paulistas levou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder. Sob tal influência, Carlos Lacerda também apoiava o governo Vargas durante seus anos iniciais. Mas seu pai ao avaliar que Vargas não estava cumprindo os compromissos firmados, passou a se tornar um contundente crítico, sendo seguido também por seu filho nesse caminho oposicionista.

Nessa perspectiva, Carlos Lacerda produziu contos (PAIVA, 2010) que demonstravam sua revolta e insatisfação diante da prática política de Vargas, focando a questão da desigualdade social, da pobreza e da exclusão que gerava a angústia social. Nesse contexto social, agravado pelo momento pessoal por que passava ao ser cobrado pela mãe no prosseguimento de seus estudos na busca de consolidar uma profissão, há o relato, bastante encoberto à época, de que, em 1935, Lacerda tentou o suicídio por não suportar tal pressão. Uma de suas produções literárias da época, o conto “*Cada um tem sua aventura*” abordou essa temática, talvez como uma forma de catarse da situação vivida.

Carlos Lacerda participou do Partido Comunista (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se caracterizava como uma frente ampla na luta contra o

integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Participou de protestos contra o governo Vargas ao lado de nomes como Rubem Braga, Di Cavalcanti e Caio Prado Junior, que era líder da ANL em São Paulo. Da ANL participavam vários movimentos de esquerda, de sindicatos ao PCB, tendo como convidado de honra, Luís Carlos Prestes, participante do movimento tenentista e líder da Coluna.

A oposição cada vez mais radical fez com que, no intuito de conter a subversão, o Congresso Nacional instaurasse a Lei de Segurança Nacional (LSN) em 30 de março de 1935, que previa a repressão às atividades políticas contra a Revolução de 1930.

Em 5 de julho de 1935, Prestes discursou contra o governo Vargas, acusando-o de não cumprir com o ideal tenentista e de ser um governo fascista que deveria se substituído por um governo popular e anti-imperialista. Em resposta, o governo decretou o fim da ANL em 13 de julho e começou a prender seus membros. O PCB então decidiu por uma ação armada – o Levante Comunista, que contou com a participação de militantes e militares comunistas que pretendiam a queda do governo Vargas. Houve vários levantes em diferentes locais do país, mas provavelmente a falta de planejamento e maior articulação fizeram com que o movimento não lograsse êxito, tendo muitos de seus protagonistas aprisionados.

Assim, a conjuntura nacional de 1935 a 1937 foi pautada pela instauração de períodos de estado de sítio, assim como um estado de alerta constante do governo à “*ameaça comunista*”, construindo desta maneira as bases do Estado Novo. Lacerda havia participado do Levante Comunista e, sendo procurado pela polícia, passou uma temporada escondido no interior do estado.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas decretou o fechamento do Congresso nacional e anunciou uma nova Constituição em substituição a de 1934. Tal Constituição já vinha sendo elaborada por Francisco Campos e tinha como inspiração a Constituição autoritária da Polônia. Ao ser outorgada em 1937, ficou então conhecida como “*A Polaca*”, previa a extinção dos partidos políticos, a nomeação de Interventores para os estados e a censura aos meios de comunicação, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que funcionava como um órgão de propaganda do governo e de censura sobre a opinião pública.

Logo depois, no final da década de 1930, Lacerda rompeu com o Partido Comunista, diante da situação ocorrida quando



Um artigo seu sobre o Partido Comunista Brasileiro, publicado na edição de janeiro de 1939 da revista O Observador Econômico e Financeiro, foi considerado prejudicial ao partido, e ele foi obrigado a abandonar o círculo de escritores e jornalistas de esquerda. A partir de então, um forte sentimento anticomunista, associado ao antigetulismo trazido dos anos de militância esquerdista, marcaria sua identidade política. (MOTTA, 1999, p. 5-6)

No período da II Guerra Mundial, Lacerda escrevia em diversos jornais. Em 1945, com o fim da guerra e o início do processo de redemocratização brasileiro ao findar o Estado Novo, Lacerda filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e passou a escrever no jornal Correio da Manhã, numa coluna intitulada “*Na Tribuna da Imprensa*”. A coluna tinha como tema a nova Constituinte, mas Lacerda não deixava de lado suas críticas antigetulistas e anticomunistas.

Em 1947 se elegeu vereador pelo Distrito Federal, nesta primeira experiência parlamentar já demonstrou sua radicalidade ao renunciar ao mandato por discordar da decisão do Senado, quando retiraram a prerrogativa da Câmara Municipal de examinar os vetos do Prefeito.

A partir de 1948 deu-se sua conversão ao catolicismo, tendo como líder espiritual dom Lourenço de Almeida Prado, monge do mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Também deve-se sua conversão aos intelectuais católicos Gustavo Corção e Alceu de Amoroso Lima.

Em 1949, Lacerda foi demitido do jornal “*Correio da Manhã*” e fundou seu jornal -- “*Tribuna da Imprensa*”, periódico que se notabilizou pela oposição ao governo Vargas, além de liderar uma campanha contra o jornal “*A Última Hora*”, acusando seu proprietário – Samuel Weiner, de corrupção na obtenção de empréstimos junto ao Banco do Brasil para a compra de equipamentos para seu jornal.

A Tribuna da Imprensa era um jornal pequeno, com uma tiragem média diária de quarenta mil exemplares, enquanto a do Globo era de cento e cinquenta e três mil e do Correio da Manhã de setenta e dois mil. Entretanto, a verve de seu proprietário fazia com que a repercussão de suas matérias fosse estrondosa.

Outra questão relevante consiste em salientar como a atuação de Lacerda como jornalista e a disponibilização de um meio de comunicação de massa para a difusão de suas ideias contribuíram para sua ascensão no campo político carioca e na divulgação do ideário udenista. Aliada a essa questão, também de acordo com Motta (1999, p.6)

O alto grau de alfabetização e de urbanização da população carioca favoreceu, mais do que em qualquer outra região do país, o debate político através da imprensa, que se tornou um dos principais elementos na conquista de capital político necessário para ocupação de espaço no concorrido campo carioca.

Um episódio ocorrido em maio de 1954, quando da morte de um jornalista decorrente de violência policial e a postura de Lacerda discursando e acusando o governo de não ter evitado tal tragédia, além de postar-se ao lado do corpo durante o velório, de forma a chamar a atenção, lhe rendeu o apelido de “Corvo”, a partir de uma charge do cartunista Lan.



Figura 1 - Jornal Última Hora, 25 e 27 maio 1954.

Logo depois, em 05 de agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado, saiu ileso, mas seu segurança o major Rubens Vaz foi morto. A partir de então, Lacerda não mediu esforços para acusar diariamente o governo federal de estar por trás do

atentado e exigir a renúncia do presidente Getúlio Vargas através de reportagens em seu jornal. Nesse mesmo mês, Vargas sentindo-se ameaçado e isolado politicamente cometeu suicídio e levou o Brasil a um momento de crise bastante grave. Lacerda precisou se afastar durante alguns dias, pois sofria ameaças por ser considerado responsável pela morte do presidente.

Neste mesmo ano, haveria eleições em outubro. Sendo assim, Lacerda, preocupado com a repercussão da morte de Vargas e a comoção nacional, solicitou o adiamento das eleições para evitar essa influência no resultado das urnas, que significaria o aumento da participação política do PTB. Não houve a prorrogação, mas mesmo assim Lacerda foi o deputado federal da UDN mais votado.

A conjuntura política após suicídio de Vargas polarizou o embate entre os dois principais grupos políticos do país -- o PTB e a UDN. Essa disputa no campo político marcava o fortalecimento do capital político de Lacerda, que tinha agora também a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar suas ideias, suas críticas e seus projetos.

Em 1955, já era o líder da oposição na Câmara e participou da tentativa da UDN de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek e do vice-presidente João Goulart, com a justificativa de que as eleições não foram idôneas e que a vitória com 36% dos votos válidos não representava a maioria. O general Lott que tinha sido ministro da Guerra de Vargas foi demitido pelo presidente interino, presidente da Câmara, deputado Carlos Luz, do PSD, porém impediu o golpe com o Movimento 11 de Novembro, que declarava o impeachment do presidente interino. Tropas do Exército ocuparam o Distrito Federal, sob o comando do general Lott, sitiando o jornal Tribuna da Imprensa. O 1º vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a presidência até a posse de Kubitschek em 31 de janeiro de 1956.

Carlos Lacerda fugiu com Carlos Luz e após obter o salvo conduto do embaixador cubano, ainda em novembro foi para Cuba, de onde partiu com a família para Connecticut, nos Estados Unidos. Trabalhou como correspondente de seu jornal, Tribuna da Imprensa, e colaborou com os jornais O Globo e O Estado de São Paulo. Depois seguiu para Lisboa e, em novembro de 1956, retornou ao Brasil e a seu mandato de deputado federal. Ao voltar, Lacerda reassumiu também a direção de seu jornal e recomeçou os ataques ao governo federal. Diante da situação, o presidente Juscelino tratou de vetar sua participação nas emissoras de

rádio e de televisão, baixando uma portaria que penalizava os meios de comunicação que a descumprissem.

Não resta dúvida de que a força da voz e da imagem de Lacerda ameaçava o governo, tanto que este já tomara providências para impedi-lo de falar pela televisão ou pelo rádio, baixando uma portaria pela qual os concessionários eram proibidos de transmitir programas obscenos ou insultuosos às autoridades públicas. Essa medida preventiva destinada a afastar Lacerda dos meios de comunicação visava, sem dúvida, a exorcizar o fantasma do tombeur de présidents. (MOTTA, 1999, p.11)

Nestes anos finais da década de 1950, se iniciou na cidade do Rio de Janeiro o debate sobre o futuro da cidade diante da transferência do Distrito Federal para o Planalto Central. Na Constituição de 1946 houve a indicação da mudança da capital da República para a região central do país. Vários eram os motivos alegados, ampliar as fronteiras, garantir maior segurança etc. No mandato de Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1956 a 1961, concretizou-se a transferência com a construção de Brasília.

No início de 1959, Lacerda já articulava, no interior da UDN, a candidatura de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, à sucessão de Kubitschek em outubro de 1960. Contudo, Lacerda pertencia a um grupo da UDN mais radical e foi o grupo “*Movimento Renovador*” que buscava táticas políticas mais moderadas e de conciliação com o PSD, que impulsionou a candidatura de Jânio.

Outra indicação constitucional previa que após a transferência da capital, a cidade do Rio de Janeiro deveria se transformar em estado da Guanabara. Após amplo debate sobre como se daria este processo, o estado da Guanabara foi criado pela Lei San Tiago Dantas, de 14 de março de 1960, e a transferência da capital para Brasília ocorreu em 20 de abril do mesmo ano.

Neste contexto político, Lacerda acirrava suas críticas a Juscelino, culpando-o da inflação e da corrupção decorrentes dos altos gastos com a construção da nova capital Brasília, e assim iniciava o processo de consolidação de sua candidatura ao cargo de governador deste novo estado.

Lacerda, candidato da UDN, teve somente 35,7% do total de votos na eleição para governador do novo estado da Guanabara, com uma diferença de apenas 2,3% do segundo colocado – Sérgio Magalhães, candidato do PTB. Tal percentual não representava a maioria e, portanto, sua eleição ocorreu em virtude da divisão do total de votos entre Sergio Magalhães, fragilizado pela falta de apoio do PSD, e Tenório Cavalcanti, político de Duque de Caxias, que conquistou 22% dos votos

dos eleitores cariocas. A UDN agiu estrategicamente durante a campanha eleitoral sobre essa fragmentação do eleitorado antilacerdista.

O que se observa é que a adesão da sociedade ao lacerdismo não ocorreu pela imposição das medidas tomadas pelo Estado no sentido de organizar o novo estado que fora criado, nas bases de suas ideias políticas, mas contou com uma adesão livre e espontânea da sociedade, evidentemente definida a partir de demandas e influências do campo político.

Mesmo sem obter a maioria dos votos e ter sido eleito em decorrência da divisão dos votos entre os dois candidatos derrotados, o *capital social* de Lacerda, a extensa rede de relações sociais construída ao longo de sua vida política, o credenciaram e o levaram à liderança maior do novo estado da Guanabara.

Para Bourdieu, em Nogueira (2007, p. 67),

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irredutível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado (como bem se vê no caso do novo rico), o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade.

Nessa mesma linha de posicionamento, Motta (2004, p. 145) afirma que Lacerda venceu as eleições ao governo da Guanabara em 1960, pois seu capital pessoal era o de maior grau de força política entre os candidatos. *“Venceu porque encarnou o equilíbrio entre a promessa de mudança – fazer da Guanabara um estado --, e a certeza da continuidade – manter o Rio de Janeiro como ‘cabeça do país’. Venceu, enfim, porque conseguiu construir uma relação positiva entre duas identidades em construção: a sua própria e a do novo estado.”*

Outra contribuição importante para o presente estudo refere-se à tese de Ian Kershaw <sup>7</sup> sobre lideranças carismáticas, no sentido de ampliar a compreensão sobre os processos históricos que têm como protagonistas lideranças fortes. O culto ao mito é um fator predominante na análise do político Carlos Lacerda nas décadas de 1950 e 1960. Portanto, a teoria da “*liderança carismática*” do sociólogo Max Weber é importante para a compreensão deste fenômeno.

A maioria dos exemplos de Weber se refere a líderes religiosos que, em períodos de crise, propõem a salvação para as pessoas. Para Weber, carisma era subjetivamente percebido em torno de determinado indivíduo. Alguém que, mesmo não tendo características consideradas de um herói, apresentava qualidades de liderança heróica, que lhe eram imputadas pela visão dos outros e chamada por ele de “*comunidade carismática*”, como um grupo de apoio. (KERSHAW, 2009, parte 3)

Nesta linha de raciocínio, pode-se examinar a presença crescente de Carlos Lacerda na sociedade carioca e brasileira, na medida em que o fim do Distrito Federal e a incógnita do que viria com a criação do novo estado da Guanabara gerava uma grande apreensão de todo o povo da cidade do Rio de Janeiro diante do imprevisível e do novo. Esta situação ímpar, a orfandade carioca, fortaleceu a liderança de Carlos Lacerda que, além de ser um talentoso orador, tinha a seu favor um meio de comunicação próprio – Tribuna da Imprensa, que colaborava na difusão de suas ideias, de suas alianças políticas e, principalmente, de suas duras críticas à conjuntura local e nacional, dirigidas a seus pares.

Corroborando com essa reflexão, Kershaw (2009, parte 3, p. 1), em suas obras sobre poder e liderança, afirma também que

As circunstâncias fazem com que muitas pessoas comuns, sem uma motivação ideológica, sejam levadas a apoiar um movimento político que ofereça, por exemplo, uma panacéia para todos os problemas, um futuro brilhante, uma salvação política. E mesmo que as razões não tenham sido ideológicas, a organização para a qual foram aspiradas tem objetivos ideológicos.

Nesse sentido, essa afirmação pode ser aplicada não só para as “*boas*”, mas também para as “*más*” realizações políticas. Enfim, na construção da “*personalidade individual*” de Carlos Lacerda, é possível levar em consideração as ideias de

---

<sup>7</sup> IAN KERSHAW é um historiador britânico e biógrafo de Hitler. Suas pesquisas históricas tinham como tema o período da Idade Média, em estudos sobre a economia monástica na Inglaterra dos séculos 13 e 14. Porém, nos 1970, dedicou-se ao estudo difícil, delicado e trágico da Alemanha moderna. Suas teses sobre as especificidades da liderança carismática e da popularidade de Hitler ampliaram as perspectivas da compreensão das engrenagens e dos mecanismos do nazismo.

Kershaw (2009, parte 3), que ressalta que a questão do culto à personalidade pode se tornar pernicioso à sociedade e que esse problema pode ser evitado na medida em que as “*personalidades*” sejam limitadas por instituições, através de um sistema de controles. O autor em seus estudos biográficos utiliza o conceito de “*trabalhar para ...*”, que afirma poder ser utilizado para qualquer tipo de administração, que significa a antecipação dos subordinados no gerenciamento, na tomada de decisão e na realização de ações que coloquem em prática as ideias-chave da liderança. Tal definição demonstra que a participação ativa na elaboração e execução de políticas por parte de auxiliares pode caracterizar o governo de lideranças, que agem sem controle direto do líder, mas acompanhando a direção de suas ideias.

Pode-se observar apresentados esses argumentos, que Carlos Lacerda tinha esse grupo forte de apoio, mesmo que houvesse divergências internas, cujo objetivo maior era a realização das ações de seu projeto político.

Conforme nos aponta ainda Kershaw (2009, parte 3, p. 2), há duas dimensões para a análise do líder – o mito e o homem. O poder político cria uma aura no homem que o transforma em mito. Deste modo, o líder passa a ser alguém que pode realizar tudo e oferecer a todos um modo de vida mais promissor. Assim, todas as dificuldades parecem desaparecer e tudo parece possível. Os que já partilhavam do poder vislumbram múltiplas possibilidades de benefícios e para a grande massa se perpetua a imagem profética e salvadora da figura do herói.

Para o líder carismático, o apoio das pessoas vai configurando a compreensão que este tem de seu poder, capaz de alcançar até o entendimento de ser infalível. Ao acreditar em sua própria capacidade, o líder se fortalece e busca sempre atacar as fragilidades de seus inimigos. Essa característica peculiar a Carlos Lacerda fora construindo o fenômeno político do lacerdismo.

Um grave obstáculo da liderança carismática refere-se à dificuldade da ação coletiva, pois em casos de crise não possibilita que seus subordinados e aliados construam uma alternativa viável que dê sustentação a seu projeto político, não permitindo assim sua reestruturação e retomada.

Por outro lado, o capital político conquistado por Lacerda o desafiava duplamente, pois ele sabia que seu governo representava vivenciar a primeira experiência administrativa, mas principalmente executá-la com sucesso. Disso dependia a realização de seu projeto político maior – a presidência da República em 1965.

Lacerda alimentava o projeto de governar a Guanabara sobre um palanque, fazendo de sua gestão um trampolim para as eleições presidenciais de 1965. Para isso, necessitava alimentar a polarização com as forças petebistas e pessedistas, verdadeiro combustível que impulsionava sua carreira política, e manter na cidade-estado a antiga aura de capital e principal centro político brasileiro. Tradicionalmente pouco afeito à negociação e ao respeito pela ordem constituída, o “tribuno da Guanabara” pretendia administrar passando por cima da classe política, colocando-se como único referencial político e administrativo do estado e repudiando assim as vias de intermediação tradicionais. (SARMENTO, 1999, p. 78)

Dominguez Perez (2007, p. 48-53) ao focar a questão da liderança em Carlos Lacerda nos aponta que este era um líder, que manteve durante muitos anos a credibilidade e a fidelidade de seu eleitorado, e ao mesmo tempo enfrentava forte rejeição de outros grupos. Pautava-se pela racionalidade da administração pública, acreditando que governar exigia tanto a eficiência quanto impedir sistematicamente a corrupção.

O que se observa é que o pensamento político de Lacerda era permeado pela desconfiança nos políticos e nos partidos políticos. Diante do quadro político brasileiro em que a oligarquia política, através do clientelismo, era hegemônica, Lacerda justificava até a utilização de medidas antidemocráticas para impedir tais práticas. Tal como ressalta o autor,

Golpista, conspirou diversas vezes contra o poder federal constituído, como ocorreu em 1954, 1955 e em 1961. Seu modo de fazer oposição a partir do jornal ou da tribuna da Câmara passava longe da conciliação: era sempre um combate impiedoso ao governo.

Albergava um verdadeiro horror à prática do clientelismo, sobretudo porque aplicava-a ao modo como a aliança PTB-PSD conduzia a política, identificando-a como um dos males que contaminavam a administração pública e impediam o desenvolvimento do país. (DOMINGUEZ PEREZ, 2007, p. 67)

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao mandato de presidente e uma nova crise institucional se instalou no país. Sua política externa direcionada ao reatamento de relações diplomáticas e comerciais com países do bloco socialista, além de uma forma de governar personalista e autoritária começaram a preocupar seus pares da UDN, a Igreja Católica, militares anticomunistas e os *lacerdistas*. A insatisfação de Lacerda era grande, pois Jânio não estava atendendo às expectativas do partido na condução de um governo udenista. Antes da renúncia de Jânio, Lacerda chegou a ameaçar renunciar ao governo como um pedido de desculpas ao povo por ter apoiado e incentivado a candidatura de Jânio, que na sua visão não correspondia ao que se esperava de seu governo. Muitos políticos e estudiosos do período alegam ter sido um blefe que, na realidade pode ter funcionado como uma poderosa força sugestiva ao ato de renúncia do presidente.



Quando a crise estava encerrada e começava um novo capítulo com a posse de João Goulart na presidência, em outubro de 1961, Lacerda vendeu seu jornal *“Tribuna da Imprensa”*, alegando estar com dificuldades financeiras, para Manuel Francisco do Nascimento Brito, editor-chefe do Jornal do Brasil, representante da condessa Maurina Pereira Carneiro. No entanto, o jornal manteve-se sob a direção de Sergio de Lacerda, seu filho mais velho, que a assumiu desde a eleição do pai para o governo da Guanabara. Embora Lacerda não fosse mais o diretor do jornal, ele ainda escrevia sob o pseudônimo de Julio Tavares.

Embora o jornal Tribuna da Imprensa não fosse mais um meio de comunicação quase exclusivo para a divulgação das ideias e de promoção pessoal do político Carlos Lacerda, continuava dando apoio ao governador, a seus interesses políticos e a suas denúncias contra o governo federal.

Segundo Delgado (2006, p. 122), *“De fato, o jornal não era mais o jornal “do Lacerda”, mas continuava sendo “para Lacerda”. Nas suas reportagens, denúncias e opiniões, o jornal continuaria claramente lacerdista, mesmo depois do golpe de 1964, o que demonstra a vitalidade e liderança de Carlos Lacerda”*.

Outro viés importante da personalidade de Lacerda refere-se ao caráter heróico dos políticos, encarnado por ele mesmo, conforme pode-se constatar em muitas passagens de seus depoimentos, Como percebe-se em seu artigo *“Trabalhador sem Tutor”*, em que reproduz uma declaração feita no II Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, em 1962,

Creio não exagerar dizendo que, sem a minha ajuda, como deputado, como autor de um substitutivo e líder da oposição, dificilmente teriam os meus bons companheiros da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados conseguido fazer aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sabotada antes e depois de sua promulgação, verdadeira Carta de Alforria da educação no Brasil. A Câmara levou cerca de 14 anos para votar essa lei... (LACERDA, 1962, p. 45)

Pertinente mais uma vez é a colocação de Dominguez Perez (2007, p. 156) sobre o homem público Carlos Lacerda, que soube conciliar o *“carisma político”* com o *“administrador racional”* para assim conseguir *“impulsionar a máquina do estado”*. Tal análise é interessante no sentido de se refletir como Lacerda, com seu temperamento arredo à conciliação e a acordos no campo político, conseguiu no

campo administrativo realizar sua gestão com o consenso necessário para a obtenção de um bom nível de *governança*.<sup>8</sup>

Em 01 de setembro de 1964, em um discurso por ocasião da inauguração da Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, Lacerda já explicitara seu projeto de concorrer à presidência, já demonstrando ter objetivos mais amplos do que o governo do estado da Guanabara:

O meu governo, diga-se de passagem, termina impreterivelmente no dia 05 de dezembro de 1965; até mesmo para me permitir o preparo da campanha presidencial de 66, e para me permitir – se não me quiserem como candidato e preferirem, por exemplo, a continuação do marechal Castelo Branco, -- construir, afinal, livremente no que me resta de vida, uma existência livre da honrosíssima, mas dura e extenuante obrigação de servir a todos. Se o povo quiser outro igual ou melhor na Guanabara é fácil, bastará escolher o candidato que melhores afinidades tenha com o nosso programa de trabalho e nossa concepção de governo.

(LACERDA, 1965, p.55)

Carlos Lacerda -- o homem e o mito; o jornalista e o político; o comunista e o reacionário. Figura marcada por dualidades que se transformaram em possibilidades de compreensão dessa personalidade multifacetada. Ao mesmo tempo que afirmava, numa carta resposta ao jornalista David Nasser (LACERDA, 1965, p. 97), em 24 de setembro de 1960, “*que detesto a política e que a faço com certo desprezo por ela, embora consciente da sua grandeza*”, também reiterava, numa entrevista a Ledo Ivo, em 07 de novembro de 1964, passados pouco mais de sete meses do Golpe Militar de 1964, sua intenção em disputar o cargo de presidente do país, assim como já esboçava uma tênue crítica ao regime militar que ajudou a implantar.

Sou candidato porque quero eleições. Quero eleições porque quero que o povo tenha ocasião de fazer valer a sua vontade para fazer valer a revolução. Revolução com medo do povo tem outro nome – chama-se reação. Povo com medo da revolução tem outro destino: a escravidão. Para evitar isto, e para realizar aquilo é que sou candidato até o dia da eleição, quando espero deixar de ser candidato para ser presidente do Brasil.

(LACERDA, 1965, p.72)

---

<sup>8</sup> “*Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas*”. ROSENAU, James N. *Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 15-16.

No entanto, os sonhos de Lacerda se perderam em meio ao período ditatorial, iniciado em março de 1964, que contraditoriamente também havia sido fomentado por seus repetidos ataques ao PTB e ao ex-presidente João Goulart.

### 3. A EDUCAÇÃO NA GUANABARA

#### 3.1 A política educacional

Pude, no meu governo, resolver o problema da escola pública na Guanabara. Fiz mais escolas no Rio do que todos os meus antecessores somados.  
(LACERDA, 1965, p. 146)

O estado da Guanabara foi criado em 22 de abril de 1960, pela Lei nº 3.752, conhecida como Lei San Tiago Dantas, e contou com a cerimônia de hasteamento da bandeira do estado pelo presidente da Assembleia, o deputado Celso Lisboa, ao som da conhecida música "*Cidade maravilhosa*". Conforme a legislação previa, foi indicado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, o embaixador José Sette Câmara para ocupar o cargo de governador do estado da Guanabara provisoriamente até as eleições de outubro de 1960. Celso Ferreira da Cunha foi seu secretário de Educação. Porém esses poucos meses de administração estadual não concluíram a nova organização da administração pública, além do que a legislação havia deixado algumas lacunas em questões importantes para a constituição do novo estado.

Tal como ressalta Motta (2000, p.34)

Já as ambiguidades ficaram por conta da tradicional, e mais uma vez reiterada, indefinição das relações entre a União e a ex-capital. Bem mais detalhada que o primeiro substitutivo, a Lei San Tiago Dantas deixou, contudo, em aberto não só a questão do repasse de verbas federais para a Guanabara, mas principalmente a complexa transferência do poderoso aparato militar do antigo Distrito Federal para as mãos do governador a ser eleito em outubro. [...] durante os quatro meses de funcionamento da Constituinte, a Guanabara teria duas assembleias: a câmara eleita em 1958 seguiria votando as leis, inclusive os vetos do prefeito, e a assembleia recém-eleita ficaria encarregada de fazer a Constituição. [...] Enquanto o mandato do governador se estenderia por cinco anos, o dos deputados se extinguiria em 31 de janeiro de 1963.

Neste quadro de instabilidade e ambiguidade, Carlos Lacerda tomou posse em 05 de dezembro de 1960 como o primeiro governador eleito do estado da Guanabara. Logo realizou uma reforma administrativa no sentido de constituir uma máquina administrativa eficiente e capaz de realizar seus projetos de campanha para o novo estado, a antiga cidade do Rio de Janeiro, até então capital da

República, que contava com uma população de 3,3 milhões de habitantes e tinha o melhor índice de alfabetização do país – 88%.

Para Lacerda, a cidade do Rio de Janeiro deveria encarnar a síntese da nação, a “*caixa de ressonância*” dos problemas nacionais (MOTTA, 1997). Como ex-capital, em sua visão, deveria ocupar um lugar especial na federação, assim como seu governador, sendo referência na política nacional.

Tendo como grande objetivo transformar a Guanabara num estado-capital, recuperando sua tradição política de ex-capital da república. Pretendia fazer com que a Guanabara se tornasse a referência de gestão nacional, a partir da exposição de suas realizações administrativas no novo estado. Enfim, apostava no governo da Guanabara para catapultar sua candidatura à presidência da República. Preocupou-se durante os dois primeiros anos de seu mandato com a construção de uma estrutura de estado à Guanabara.

Se por um lado havia esse firme propósito, por outro seu temperamento avesso às alianças e acordos no campo político fez com que os conflitos políticos fossem a tônica de seu governo, impedindo a constituição de uma nova estrutura político-partidária na Guanabara. No sentido de intimidar seus adversários, por várias vezes, Lacerda se apropriou da estratégia da ameaça de uma possível intervenção do governo federal na cidade do Rio de Janeiro, pois mesmo a autonomia já garantida na Constituição não conseguia encobrir na memória coletiva dos brasileiros tal preocupação, principalmente da população carioca que conviveu de perto com as arbitrariedades do Estado Novo.

Desde o período de campanha, Lacerda já apresentava suas propostas para o setor da Educação, conforme algumas matérias na Tribuna da Imprensa podem comprovar. Vale, aqui, lembrar que neste momento também estava em foco o grande debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que havia sido votada e aprovada inicialmente na Câmara dos Deputados, mas ainda não tinha sido promulgada. Esta situação incentivava os opositores ao texto aprovado que a discussão continuasse para que pudesse gerar as mudanças pretendidas.

O secretário de Educação do estado da Guanabara escolhido por Lacerda foi o professor Carlos Flexa Ribeiro, proprietário do Colégio Andrews, chamado pelos críticos de “*Tubarão do Ensino*”, conforme artigo da Tribuna da Imprensa, de 10 de abril de 1961.

Como importante fonte histórica, o jornal Tribuna da Imprensa foi utilizado para melhor compreender a conjuntura da época, enquanto um importante instrumento de reconhecimento da política educacional daquele governo. As medidas expressas em leis, resoluções, decretos, planos e programas do setor, assim como os projetos implementados pelo governo, como os embates que a sociedade travava em função das mudanças no setor educacional, puderam ser garimpados em muitos artigos do periódico, conforme análise ao longo deste subcapítulo. Tenha-se presente que, conforme Motta (2000, p. 31), “Era nos jornais, no entanto, que a polarização da política carioca se mostrava em cores mais nítidas”.

Sendo assim, pode-se observar que no artigo “400 sem escola: *PDF não deu prédio novo*” (ilustrado pela Figura 2) já transparecia a intenção de focar os graves problemas da educação no novo estado. Relatava que quatrocentos alunos da escola pública Afrânio Peixoto, no Andaraí, iriam perder o ano letivo porque o Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal não havia entregado o novo prédio prometido.

Esse tipo de matéria denunciando a situação precária da rede pública de ensino do Distrito Federal nos anos de 1960 serviu de pano de fundo para a campanha de Carlos Lacerda, pois um dos setores que ele mais abordou em seu programa de governo foi a educação. Tema este que se relacionava diretamente ao processo de tramitação da LDB e os substitutivos apresentados ao projeto.



Figura 2 - Tribuna da Imprensa, p. 10, 01 abr. 1960.

É importante também assinalar que Lacerda foi ao longo desse período expondo sua visão política sobre os vários setores da administração pública. Desta forma, é possível perceber que a matéria *"A escola como centro de preparação do cidadão e do chefe de família"*, apresentava a discussão sobre a proposta educacional de Carlos Lacerda e da UDN na campanha para o governo do estado da Guanabara.

Ainda neste exemplar, outra matéria, sob o tema da educação, intitulada *"Lacerda aceita ser candidato ao governo da Guanabara"*, cita alguns pontos sobre educação de uma carta escrita por Lacerda em Lisboa, em 1956, assinalando *"os pontos de partida para uma reforma no Rio de Janeiro"*. Um dos aspectos abordados refere-se à educação. Lacerda afirma que

a difusão do ensino não se fará, no Rio e em nenhuma parte, enquanto não for a escola uma obra de amor, a pedra de toque dos administradores”, considerando “a escola como centro de preparação do cidadão e do chefe de família e a universidade como centro de preparação das elites dirigentes (isto é, dos mais capazes, qualquer que seja a sua origem e condição social. (Tribuna da Imprensa, p. 4, 18 maio 1960)

O que se observa é que seu pensamento coincide com a vertente liberal, a qual seu partido político, a UDN, se filiava.

No artigo intitulado “*Escola*”, acompanhado de foto com o primeiro dia de campanha, em final de maio de 1960, em Campo Grande, Vila do Vintém e Guaratiba, com a manchete: “*Lacerda fala aos favelados: não haverá ninguém sem escola quando eu deixar o governo*” as promessas para o setor educacional já começaram a ser amplamente exploradas. Em outra matéria “*A Escola Pública e a Campanha contra nós*”, Lacerda contraataca afirmando que

Ainda bem que é pela escola que começa a campanha contra nós. Os comunistas e seus fiéis servidores, a camorra dos mandarins do Ministério da Educação, espalham no meio do povo, especialmente no meio dos professores Públicos, que somos contra a escola pública. Contra a escola pública são os que subvencionam com o dinheiro público escolas que são, por vezes, balcões de tráfico de ensino, lixo pedagógico no qual se fazem fortunas mas não se ensina coisa que preste. – onde se elegem deputado à custa de bolsas escolares, com a cumplicidade e a submissão de “notabilidades” como o sr. Anísio Teixeira – burocrata da pedagogia. (...) Após dez anos de tergiversação e desconversa, apresentei projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação, que veio reforçar o trabalho até então despendido por uns poucos. (...) Afinal, após meses de trabalho em que dividimos responsabilidades e esforços com a Comissão de Educação e Cultura de que fiz parte na Câmara (...), saiu um projeto que a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade. E sou eu o inimigo da escola pública? (...) Não, porque assumo o compromisso de espalhar a escola pelo território da Guanabara. (...) Não tenho culpa se o sr. Anísio Teixeira nada fez do que se esperava dele como secretário da Educação do grande governo que foi o do sr. Otávio Mangabeira. (...) Eleito governador, não permitirei que a pretexto de preservar um tipo de escola se faça o que se fez com o ensino no Rio de Janeiro, no qual a escola ficou subordinada aos mais baixos interesses eleitoralistas. (Tribuna da Imprensa, p. 3, 30 maio 1960)

Nos ataques a Anísio Teixeira, o considerava ultrapassado, pois a escola deveria ser desenvolvida e apoiada, não importando se era pública ou particular, criticando também outras lideranças a quem chamava de seus “*cúmplices*”, dentre eles, Darcy Ribeiro.

Vários foram os embates entre Lacerda e vários educadores e intelectuais no campo da educação. No dia seguinte, no artigo “*Monólogo do governo no rádio e TV acabou*”, na página inicial, o jornal reproduzia o discurso de meia hora de Carlos Lacerda após quatro anos de “*silêncio*”, imposto pela legislação federal, em que afirmava que os três problemas mais urgentes a serem tratados no governo seriam o



transporte, o abastecimento e a educação. Fez a defesa da reforma do ensino, alegando estar respondendo aos que o consideravam contra a escola pública, apesar de defender também a iniciativa particular. Explicou que era contra a ditadura da educação, dizendo que “isto aqui não é a Rússia, onde a educação progrediu sim, mas para criar autômatos, escravos a serviço do regime”.

Ainda na perspectiva de campanha eleitoral, tem-se o artigo *“Isto eu prometo”*, na T. I. de 02 de junho de 1960, em primeira página, no qual Lacerda afirmou que seu governo teria como prioridade nº 1 a educação primária, secundária, técnica e científica; a extinção do analfabetismo e a construção de escolas. Afirmava também que iria apoiar a iniciativa particular no ensino, juntamente com o aperfeiçoamento e prestígio do ensino oficial. Encerrou o artigo: “Quero um estado coordenador, harmonizador e suscitador de esforços, de criações da inteligência e da técnica, do gênio e do esforço do homem”.

Dando prosseguimento, sua abordagem sobre o tema Educação, a T. I. de 03 de junho de 1960, na página 4, traz o artigo *“Lacerda fala sobre o funcionalismo”*, no qual o candidato sinalizava acerca da ausência de escolas na zona oeste, exemplificando que em Guaratiba não havia escolas com o curso de admissão, fazendo com que os pais tivessem um gasto diário de transporte de 40 cruzeiros para os alunos estudarem em Campo Grande. Também afirmava que iria transformar a Guanabara numa *“Suíça tropical”* com trabalhadores especializados na indústria e que para isso era preciso estabelecer uma ampla rede de ensino técnico profissional. Lembrou que no projeto da LDB havia conseguido acabar com a expressão *“ensino profissional”*, dizendo que isto dava *“ideia de criança abandonada”* e substituindo-a por *“ensino técnico”*. Prometeu criar uma Universidade Técnica no início de seu governo.

No artigo *“Ibrahim surpreende Lacerda na TV: que é uma rosa?”*, Carlos Lacerda faz referência à questão educacional e afirma que não havia fugido à discussão com Darcy Ribeiro,

conforme este andava anunciando. Considerava apenas que o senhor em questão entende somente de índios e não de educação, e não podia perder tempo num bate-boca que só poderia prejudicar a educação, já tão abandonada. – O sr. Darcy Ribeiro – disse – não percebeu a minha ironia ao pedir à professoras Sandra Cavalcanti para ir, em meu lugar, discutir com ele o problema. Não se tratava de uma fuga, mas sendo Sandra uma de minhas assistentes, no setor educacional, considero-a muito mais entendida do que ele, e acho que ela está tão capacitada quanto eu para discutir com ele o assunto. (Tribuna Imprensa, p. 3, 09 jun. 1960)

Neste mesmo exemplar, na página 4, outra *matéria* “*Lacerda vai discutir Diretrizes na televisão*” relata que Lacerda esteve na TV para discutir o projeto da LDB com Darcy Ribeiro, alegando que Darcy havia proferido “*inverdades*” contra Lacerda numa época em que ele não tinha acesso aos meios de comunicação nem para direito de resposta.

No artigo “*Carlos Lacerda no PTN: minha candidatura é de todas as classes*”, o candidato apresentou seu discurso na convenção pública do Partido Trabalhista Nacional, que havia se unido a sua campanha, dizendo que para o trabalhador a escola é a

única verdadeira e duradoura ponte para o seu progresso na vida. [...] A escola, hoje, não é propriedade de ninguém, nem do privatismo nem do estatismo, porque é o ‘banco da inteligência’, a render os juros que o indivíduo e a nação esperam dele. Toda escola é pública, seja ou não oficial. (Tribuna da Imprensa, p. 4, 30 jun. 1960)

No mês seguinte, no discurso de despedida da Câmara dos Deputados, ao solicitar licença para concorrer ao governo da Guanabara nas eleições de outubro de 1960, conforme publicado na T. I. de 05 de julho de 1960, na página 4, sob o título de “*Último discurso: defesa da Guanabara*”, Lacerda fez críticas ao governo federal, afirmando “que a metade do que se gastou para fazer esta cidade [Brasília] daria para encher o Brasil de escolas”. Lembrou também “que o Brasil, numa lista de 80 países, figura em 67º lugar”.

A charge abaixo, de Hilde Weber Abramo, chargista alemã que trabalhou no jornal até 1962, demonstrava como Lacerda se utilizou da questão educacional, principalmente da escola pública, como um dos pontos de sua plataforma eleitoral. Estas situações, que poderiam ser consideradas paradoxais em virtude de sua participação de viés privatista no processo de elaboração da LDB, são marcas registradas de sua trajetória política.



Figura 3 – Tribuna da Imprensa, p. 4, 8 jul. 1960.

O programa de governo da UDN, conforme descrito na T. I. de 09-10 de julho de 1960, na página 4, asseverava como primeiro ponto “Prioridade absoluta para a educação, para a luta pela extinção do analfabetismo. Amparo à educação primária, secundária, científica e técnica, não relegando esta ao esquecimento em que tem sido situada até agora”.

O artigo “*Lacerda apresenta programa para o Estado da Guanabara*”, no mesmo periódico de 16-17 de julho de 1960, em primeira página, demonstrava que sua plataforma tinha como orientação geral, a máxima: “*Mudar para Salvar*” e um dos slogans utilizados era: “*Escolas para Todos*”.

Vale ressaltar que Carlos Lacerda começou a realizar algumas de suas propostas para a área educacional três meses antes de sua vitória eleitoral, conforme demonstra a matéria “*Lacerda no morro - programa começa a ser cumprido: 1ª escola*” (Figura 4). Nesta oportunidade, foi apresentada a inauguração

por Lacerda, que ainda não estava eleito, da primeira escola-barraco que a UDN local, com a contribuição popular, havia construído na Fazenda do Solar (Gávea). Ainda constava no texto que *“ali irão estudar mais de 50 crianças que não tiveram matrícula nas escolas do governo”*, como um importante contraponto à situação precária de atendimento educacional á população carioca.

Esta ação demonstrava também a presença marcante da UDN e de seu candidato no campo político carioca neste processo de disputa pelo governo.

TRIBUNA DA IMPRENSA

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1960

PÁGINA 3

**LACERDA NO MORRO:**

# Programa começa a ser cumprido: 1ª escola

**O COMEÇO**



Lacerda inaugurou, ontem, a primeira escola-barraco da UDN local, com a contribuição popular, construída na Fazenda do Solar, Gávea, e inaugurada com o lançamento a cargo do Sr. Lacerda, o primeiro dos filhos dos moradores que não tiveram vaga nas escolas do governo.

que tem de ser — que se constitui em um dos pontos fundamentais de seu programa de alvenaria popular, a construção de escolas para qualquer material, para as crianças.

que tem de ser — que se constitui em um dos pontos fundamentais de seu programa de alvenaria popular, a construção de escolas para qualquer material, para as crianças.

Sábado e domingo, é passado 17 horas nas ruas, em contato direto com o povo.

**Sábado**

Sábado, Lacerda inaugurou o Comitê da rua Siqueira Campos nº 57, em Copacabana, onde

mado por índios da sociedade boliana, em visita ao Rio.

Dali, visitou o Morro dos Cabritos, na Ladeira dos Tabajaras — também em Copacabana — onde falou aos moradores e de onde se deu o debate de aplausos.

A seguir, fez dois grandes comícios, na Praça Edmundo Bitencourt, no Bairro Peixoto, e a Urca.

Por último, foi à TV-Tupi, e, no seu programa, se apresentaram os operários que, por conta própria, organizaram a “Comitê do Rua”, instalado, no momento, na entrada do edifício D. Pedro II (Central do Brasil), para a divulgação da sua candidatura. Os Srs. Francisco Gomes de Carvalho (carpinteiro e pintor decorador), Antônio Felipe (ascensorista) e Daniel Veríssimo Alves (servente) explicaram aos telespectadores, em nome dos seus companheiros, os motivos que os levaram a entrar na campanha de Lacerda, entre outros de ser en-

do Lacerda — “cada barão tem o seu pedregão”. Tem muro, mesmo, dividido as áreas de influência de vereadores do governo.

O que não tem, entretanto, é a presença do governo. Vales fétidas e água empoeirada aliam barracos, de onde os moradores saem pulando sobre pedras colocadas à guisa de ponte. Há mosquitos e moscas. Não há escolas para a maioria das crianças, mas há cortinas, placas e até alto-falantes, de políticos do governo.

Assim, Lacerda falou aos moradores locais, a convite dos próprios, pelos alto-falantes, que vereadores procedistas ali colocaram. Esteve, também, no Bandeirante Futebol Clube, onde funciona um “Comitê Nacionalista Lacerda-Jango”, sendo recebido pelo presidente da agremiação, que o saudou, na presença de diversos associados.

Ali, dona Geralda Marques

Figura 4 – Tribuna da Imprensa, p. 3, 18 jul. 1960.

A reportagem que se segue, com foto (Figura 5), apresentava a Escola - Barraco do Solar que tinha sido "construída pelo esforço dos favelados com o auxílio dos moradores do edifício Marquês de São Vicente, na Gávea. A escolinha se abre em agosto. As aulas serão ministradas por professoras voluntárias".

**ESCOLA-BARRACO**



Em lugar de temperatura agradável, cercada de árvores, a "Escola-barraco do Solar" foi construída pelo esforço dos favelados com o auxílio dos moradores do edifício Marquês de São Vicente, na Gávea. A escolinha se abre em agosto. As aulas serão ministradas por professoras voluntárias

**Falta de água para beber não dá**

Não estão sujeitos despejo os inquilinos de edifícios sem tubulação telefônica construídos depois de 1950, que, mesmo com essa irregularidade foram aprovados pelo Departamento de Edificações, contrariando o decreto n.º 10.070, de 16 de dezembro de 1949.

Isso foi o que informaram à TRIBUNA DA IMPRENSA o procurador geral do Estado da Guanabara, sr. Josino de Araújo Medeiros, e os diretores dos Departamentos de Fiscalização e de Edificações, srs. Félix Schmidt e Tullio de Santana, a propósito do caso do edifício n.º 36 da rua Carolina Machado, em Casadinho. O proprietário deste edifício, sr. Sandoval Correa Aguiar, foi intimado, pelo "Diário Oficial" do Estado do dia 8, a instalar tubulação telefônica no edifício, e passou a anunciar aos inquilinos que não obedeceria à intimação, advertindo-os também que estavam sujeitos despejo.

**Parêcer**

A suposta ameaça de despejo, é consequência de um parecer da Procuradoria Geral da Guanabara, publicado no dia 13, pela TRIBUNA DA IMPRENSA, que, no 5

**Moradores da favela do Solar fizeram primeira escola-barraco**

Freguesa, escondida no meio do mato, em lugar de temperatura aprazível, uma escola acaba de ser construída numa favela da Gávea, no final da rua Marquês de São Vicente.

A favela é a do Solar, lugar de gente ordeira e trabalhadora, sem malandres que tragam má fama ao seu nome nas crônicas policiais. Os construtores da escola foram os próprios favelados, que tiveram ajuda dos moradores do Edifício Marquês de São Vicente.

**TRABALHO**



Seus problemas — o eterno problema das favelas — continuam sendo a falta de urbanização e dos serviços indispensáveis, a qualquer cotidianidade: não tem esgoto, luz e água, apesar das promessas das autoridades.

**Tuinho**

Tuinho é o garoto mais conhecido da favela. Tem quase seis anos, já ajuda exatista e tem tiradas prontas para qualquer pessoa.

Foi ele quem emocionou o deputado Carlos Lacerda, em uma de suas visitas ao Solar. O candidato entrava na escola-barraco. Tuinho se aproximou e perguntou:

— Moco, é o sr. que é o Lacerda?

Ante a resposta afirmativa, Tuinho disse:

— Muito obrigado, seu Lacerda, pela Escola que o sr. me deu.

O candidato explicou aos presentes que aquela escola era mais devida aos favelados e aos seus colaboradores, do que a ele, mas que a palavra de Tuinho tinha sido um estímulo. Prometia, entretanto, que outros como Tuinho ganhariam uma escola como aquela, em cada favela da cidade.

Tuinho quebrou o braço há pouco tempo. A redução não foi perfeita e ainda hoje não pode mover o antebraço.

Ele não ligava muito para isso. Brincava assim mesmo. Será operado na semana que vem. Seu Ruy, um acadêmico de Direito, morador no Edifício Marquês de São Vicente, e craque do Solar F.C., conseguiu seu tratamento, que vem sendo feito, apesar do "trabalho" que Tuinho dá com suas tiradas incômodas, no hospital.

**Gente**

O Solar é lugar de gente boa. Tem seus cambistas como o Romil e o Natani, que também são diretores do

quadro de futebol; tem gente trabalhadora, como o ex-pracinha José Domingos Pereira, pai de quatro filhos, que traz em seu corpo a marca de uma rajada de instrutora militar. Domingos diz que apesar de ter sido soldado, nada quer com a espada. Prefere a vassoura, pois "o PTB só nos tem tapado".

Romil Gomes é um dos líderes da favela. É ele quem escreve os comunicados aos socios do Solar e quem discursa nas ocasiões solenes.

Os sambas da turma são autênticos. São cantados no Carnaval por todos os moradores, mas nunca foram gravados porque eles sabem "como é esta história de gravação hoje em dia".

No Solar mora a D. Antônia Rodrigues de Sousa, mãe de cinco filhos, que quer melhorar seu barraco, pois não cabe mais ninguém. D. Antônia trabalha o dia inteiro, cuidando dos filhos e carregando lenha, pois a burocracia e as promessas não deram água nem eletricidade.

Hoje, porém, todos estão confiantes em que tudo vai mudar no próximo ano. "A escola nos já ganhou" — dizem eles.

**ESCOLA GARANTIDA**



As duas crianças da foto não deixarão de aprender a ler. A escolinha da favela do Solar foi feita para elas e para todas as outras por seus próprios pais, sem ajuda oficial

**GAROTO LEVADO**

Figura 5 – Tribuna da Imprensa, p. 14, 27 jul. 1960.

Em 30 de julho de 1960, Carlos Lacerda apresentou o programa de governo da UDN e um diagnóstico da situação da cidade do Rio de Janeiro na Convenção da UDN, data em que aceitou ser candidato a governador do novo estado da Guanabara, registrado em seu artigo “*A Cidade Devastada e sua Reconstrução*” (LACERDA, 1962). Lacerda, ao abordar a questão da educação, inicia mencionando sua própria contribuição à elaboração da LDB, fazendo uma crítica direta ao presidente Juscelino Kubitschek sobre sua postura incoerente durante a campanha à sucessão, argumentando que a maioria parlamentar de seu governo havia aprovado a lei que agora criticava.

Lacerda apresentou ainda alguns dados sobre a Guanabara, afirmando que, aproximadamente, a população era de 3 milhões e 200 mil pessoas, sendo que 2 milhões em idade de 11 a 60 anos, 415 mil de 7 a 11 anos, 505 mil de 12 a 18 anos e 300 mil de 19 a 24 anos. Relatava que o Estado tinha 1.438 unidades escolares, com 352 mil alunos matriculados, mas que havia ainda 102 mil crianças, de 7 a 14 anos, “*sem escola primária*”.

Naquele momento, fazia uma avaliação de que a escola, além do número deficitário de matrículas, não apresentava qualidade. Assim, os dados apresentados mostravam que somente 51% dos alunos passavam do 1º para o 2º ano primário e, ao final apenas 9% conseguiam terminar o curso primário. Lembrou que as escolas funcionavam em três turnos e criticava o MEC por não resolver o problema. Durante essa explanação, criticou a criação do INEP, denunciando que dali surgiam críticas à LDB, lembrando que a mesma havia sido aprovada tanto pelo governo como pela oposição.

Em vez de pedir demissão dos cargos de confiança, que exercem, os mandarins, zangados, investem contra nós, porque não querem investir contra o Governo, do qual dependem para as suas sinecuras. Do alto da sua inoperância, que se arrasta há mais de trinta anos, regem a deseducação dos brasileiros e fazem da crise do ensino um tema de conferências eternas e de nenhuma ação prática e sincera.

(LACERDA, 1962, p. 118)

Sobre o ensino médio na Guanabara, Lacerda (LACERDA, 1962, p. 118-119) afirmava que a situação era grave, que havia 482 unidades escolares e 124 mil alunos matriculados de um total de 505 mil pessoas com idade entre 12 e 18 anos. A rede pública tinha até então 341 escolas de ensino secundário, 79 escolas de ensino comercial, 45 escolas de industrial, 3 escolas de ensino agrícola e 14 escolas de ensino normal. Diante desse quadro, 60% das pessoas em idade de frequentar o

ensino médio -- 381.168 jovens, estavam fora da escola. Na rede pública havia somente 13 mil alunos matriculados no ensino médio.

Ainda nessa apresentação do programa de governo, criticou a gratuidade do ensino superior, alegando o paradoxo de não se ter ensino primário para todos. A cidade do Rio de Janeiro contava com 160 escolas e 18.301 alunos matriculados. Havia a necessidade de 351.699 vagas para atender a população na faixa etária referente ao curso superior. Aproveitava a oportunidade para tecer comentários contra a participação de alunos universitários nos protestos contra a LDB, chamando estes alunos de “os ‘pelegos’ estudantis, casta de privilegiados que frequentam escola sem estudar e a frequentam ‘de graça’, isto é, por conta dos pobres, cujos filhos não têm escola primária para aprender a ler”. (LACERDA, 1962, p. 119)

Paralelamente, continuava acusando o governo de agir demagogicamente, através de “*alguns materialistas*” que se colocavam contra a formação espiritual dos alunos e buscavam garantir o “*monopólio da consciência*” ao Estado.

Ao mesmo tempo, apontava também nesse programa a “*desatualização da escola*” ao fazer referência de que 22% da população carioca economicamente ativa estavam no setor industrial e de que somente 10% das escolas de ensino médio atuavam no ensino industrial; e de que 15% estavam no setor comercial e somente 20% das escolas preparavam para o comércio. Demonstrava que a escola estava desvinculada das necessidades das famílias, da realidade social e da preparação dos jovens para o mercado de trabalho e para a “*demanda de vocações*”, acusando os “*super-burocratas da Educação*” de terem construído esse cenário, chamando-os de os “*verdadeiros reacionários, os partidários de um insuportável status quo, os adeptos da estagnação*”. (LACERDA, 1962, p. 120)

A seguir, mais uma charge relacionada à Educação sinalizava o desenrolar da campanha de Carlos Lacerda, como se pode notar abaixo (Figura 6).



Figura 6 – Tribuna da Imprensa, p. 1, 08 ago. 1960.

No dia seguinte, em 09 de agosto de 1960, na primeira página, um artigo relatava a ida de Lacerda à TV para anunciar seu plano de educação, “*que tem como principal objetivo dar escolas para todos. (...) reduzindo em 50%, só no 1º ano de governo, o déficit de escolas no estado. Atualmente existem 110 mil crianças em idade escolar, sem poder estudar*”. Este foi um dos problemas principais a ser enfrentado pelo governador nos primeiros dias de seu governo, pois sua posse antecedia em poucos meses o início do ano letivo.

Outra matéria que seguia essa linha direta de ataque à questão da educação foi “*Morro do Salgueiro aclama Lacerda como seu candidato*”, ilustrada com a Figura 7, relatava a visita do candidato a Escola Heitor Lira, cuja diretora era a professora Maria Teresinha Tourinho Saraiva, que há quinze anos dirigia a escola. Esta escola já realizava um de seus objetivos de governo: a iniciação profissional durante o curso primário. A diretora argumentava a favor dessa proposta, haja vista que de



cada grupo de cem crianças que terminavam o curso primário na escola, apenas dez ou quinze iam para o ginásio. “O resto sai sem destino, sem profissão e sem recursos para uma vida melhor que a dos seus pais.”

Teresinha Saraiva defendia desde 1950 a escola de regime de semi-internato, principalmente nas regiões mais pobres, pois entendia que as crianças precisavam de melhor alimentação como de mais tempo de aula. A merenda era recebida pelo Instituto de Nutrição, mas não era suficiente para crianças que dela dependiam integralmente.



Figura 7 – Tribuna da Imprensa, p. 1, 22 ago. 1960.

Em primeira página, a foto (Figura 8) da escola-barraco recém construída na Gávea serviu para evidenciar mais uma vez a situação de indigência de escolas, mencionando que esta escola já não comportava os alunos que buscavam vagas.

Informava que a comunidade já estava procurando um novo terreno para a construção de mais uma escola-barraco.



Figura 8 – Tribuna da Imprensa, p.1, 1 set. 1960.

A menos de quinze dias das eleições, o artigo *“Intelectuais cariocas dão apoio a Lacerda”*, na T. I. de 24-25 de setembro de 1960, na primeira página, apresentou o documento de apoio de vários intelectuais à candidatura de Lacerda: “Consideramos decisiva a eleição de seu 1º governador, e por isso vamos declarar que apoiamos a candidatura de Carlos Lacerda e a recomendamos ao apreço e à simpatia do eleitorado carioca, certos de que, eleito e fiel aos princípios da sua pregação democrática, ele promoverá o progresso econômico e o bem-estar da Guanabara”. Dentre as assinaturas, constam: Adonias Filho, Antonio Calado, Arnon de Melo, Aurélio Buarque de Holanda, Austregésilo de Athaide, Cecília Meireles, David

Nasser, Dinah Silveira de Queiroz, Fernando Sabino, Gustavo Corção, Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Rubem Braga, Sérgio Buarque de Holanda e Viriato Correia.

Como se pode notar, as páginas da Tribuna da Imprensa foram importantes cabos eleitorais da campanha de Carlos Lacerda ao governo do estado da Guanabara. No caso do presente estudo, através delas foi possível vislumbrar a nuance dada a cada questão referente ao tema Educação que era tão caro ao político Lacerda.

Da mesma maneira, também serão importantes aliadas no desvendamento das ações relacionadas à área da educação e as novas implementações no setor durante a gestão de Carlos Lacerda à frente do novo estado da Guanabara. Principalmente, no primeiro ano de governo, enquanto o jornal ainda lhe pertencia, apesar da linha editorial e ideológica ter se mantido bastante semelhante após a venda no final do ano de 1961.

Na edição do dia da eleição -- 03 de outubro de 1960, o jornal publicou um artigo do próprio Lacerda "*No dia da vitória*" e mais uma charge da Hilde que fazia menção à questão da Educação.

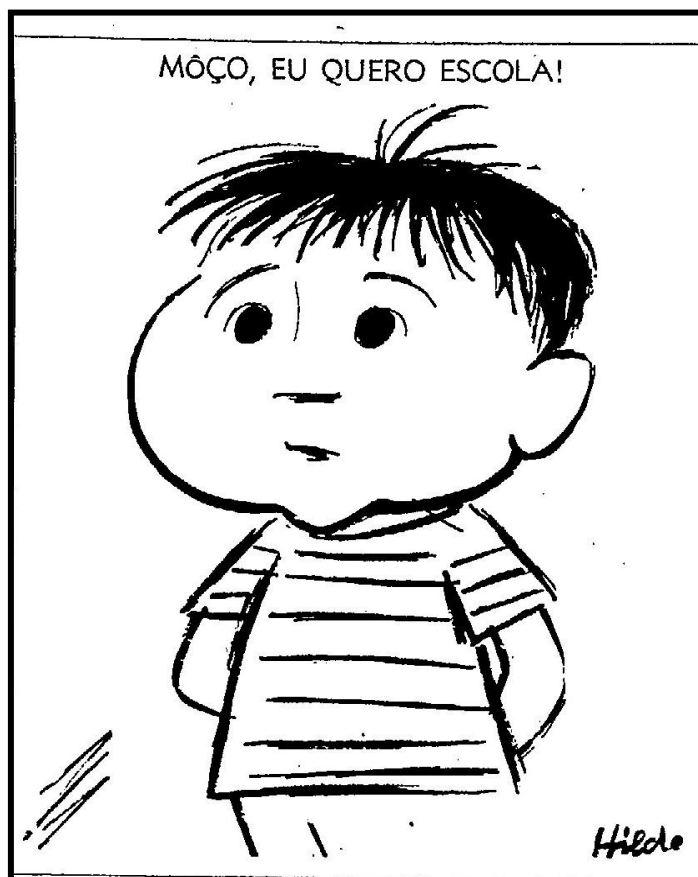


Figura 9 – Tribuna da Imprensa, p. 4, 3 out. 1960.

O artigo “*Escola para Todos*” apresentou a política educacional a ser implementada ao longo do governo, publicado no jornal após a vitória de Lacerda. Neste mesmo exemplar, na página 9, Lacerda dizia: “A escola suficiente eficiente, isto é, a escola que tem lugar para todos e que habilita a integração no papel útil esperado pela sociedade de cada qual – essa a verdadeira escola pública, democrática”.

Continuando seu discurso, Lacerda discorreu sobre suas ideias e sua concepção de educação,

Ressalto a relação cada dia mais íntima entre a escola e o trabalho, o papel cada instante mais decisivo da educação na vida do trabalhador e a influência crescente das massas de trabalhadores qualificados, na prosperidade do povo em geral. Essa ideia consagrada a de que o nível da vida de um povo dependia da difusão dos estudos. Mas, a ideia mais nova, de que a elevação do nível de vida material, das riquezas e das vantagens do conforto, depende do aumento da quantidade e da qualidade do saber – essa ideia, aceita hoje em toda parte, provoca uma corrida inédita para a escola, transformando a educação no maior fator de produção de riqueza, de ascensão social. Hoje não há mais ‘despesas com a educação’, há, isto sim, um ‘investimento na educação’. E não há mais fronteiras rígidas entre a iniciativa privada e a escola pública. Ninguém espera mais a riqueza para começar a estudar. Pelo contrário, são os estudos acessíveis e generalizados que vão dar ao povo meios de prosperidade. [...] a escola assume uma posição também nova, também inédita: ela será a plataforma para a consagração na prática, do princípio democrático de iguais oportunidades para todos. [...] Essa escola de hoje, atirada ao pobre como uma esmola, ou oferecida como num balcão, o estudo sensorial ou o estudo mercador, escola dos empistolados e dos apadrinhados, tão pouca que não chega para ninguém – essa escola que mal retém o filho do trabalhador em suas atropeladas aulas por mais de 2 horas e 45 minutos – essa escola pública, onde o filho do trabalhador não aprende um ofício para ganhar a vida, onde o menino de classe média não aprende a usar as mãos e onde o filho de papai não aprende a dignidade do trabalho – essa não é uma formadora de elites trabalhistas, de gerações afeitas à técnica e às pesquisas, de forças do trabalho qualificado. É uma escola que apenas forma legiões de trabalhadores condenados ao salário-mínimo. [...] Das 7 milhões de crianças matriculadas em cursos elementares no Brasil, menos de 10% alcançam o 5º ano. E de cada 100 filhos de trabalhadores que atingem o 5º ano, menos de 14 ingressam no grau médio. E os que o fizeram, vão para o acadêmico e livresco curso ginásial, espécie de aristocracia no grau médio, irmão rico dos outros tipos de ensino, menos favorecidos.

(Tribuna da Imprensa, Suplemento da Vitória, p. 12, 31 out. 1960)

Dando prosseguimento a sua proposta de governo para a Educação, Lacerda continuava sua exposição na perspectiva de uma educação nos moldes do liberalismo (LOMBARDI; SANFELICE, 2007),

daremos ao ensino do grau médio, uma feição completamente diferente. Todas as nossas escolas serão técnicas, isto é, todas formarão do carioca ali matriculado um cidadão útil, qualificado numa profissão qualquer em grau médio. Daremos ao ensino técnico a ligação natural com os mercados de trabalho que o Estado oferece e do qual carece para a indústria, que tem de ser aqui, principalmente baseada na qualidade.

(Tribuna da Imprensa, Suplemento da Vitória, p. 12, 31 out. 1960)

Lacerda explicou também como funcionaria a construção de escolas de forma rápida.

O plano é o seguinte: -- Um cidadão idôneo fará um empréstimo de CR\$8 milhões no BEG. Desses CR\$8 milhões ele dará CR\$4 milhões para a construção de escolas. O imposto de renda será descontado dos CR\$4 milhões e em vez de ir para o Tesouro Nacional fica logo empregado no Estado. Os CR\$8 milhões serão pagos em 5 anos pela Tabela Price. Pelo plano, seis escolas serão construídas por semana a partir do sexto mês porque até o 6º mês serão construídas doze escolas. No primeiro ano de governo, 50 escolas já estarão construídas e o governador já conta com 50 doações. (Tribuna da Imprensa, Suplemento da Vitória, p. 12, 31 out. 1960)

Oportuno se torna dizer que no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos da América mostravam-se solícitos na ampliação da ajuda financeira, em particular no aumento da oferta escolar à população da América Latina. Na T. I. de 23 de novembro de 1960, em primeira página, o artigo *“Kennedy promete usinas e escolas à A.L.”* as questões políticas, econômicas e sócio-culturais mundiais que se relacionavam ao Brasil e ao estado da Guanabara foram abordadas.

A Aliança para o Progresso, acordo idealizado pelos Estados Unidos da América, no contexto da Guerra Fria e da vitoriosa Revolução Cubana, previa investimentos na América Latina para promover o desenvolvimento regional, no sentido de conter o avanço do comunismo e a influência de Fidel Castro no continente.

Após alguns dias de sua posse, o governador Carlos Lacerda aparecia numa foto junto a seu secretário de Educação, professor Flexa Ribeiro, e alguns alunos, conforme registro na Tribuna da Imprensa de 09 de dezembro de 1960, em primeira página. Neste exemplar também havia uma matéria que anunciava mais doações em dinheiro para construção de escolas na Guanabara. Ainda neste mesmo exemplar, na página 4, era apresentada mais uma charge da Hilde sobre a Escola.

O artigo *“Doze dias de governo na Guanabara”* relatava que na Educação,

apesar de ter sido a designação mais combatida do Secretariado do Governo Carlos Lacerda, o professor Carlos Flexa Ribeiro está se revelando um dos primeiros nomes entre os auxiliares de Lacerda. Anunciando a redistribuição das folgas semanais da professora e ganhando mais 50 mil novas vagas, a Secretaria de Educação prepara-se para receber a primeira escola pública doada por contribuições particulares e iniciada ainda na campanha eleitoral: é a Escola do Morro do Pavão, em Copacabana, que o governador foi visitar no seu terceiro dia de administração. A Fundação Otávio Mangabeira vai ser agente do governo para receber as escolas públicas doadas ao Estado por particulares de acordo com os planos do Governo.

(Tribuna da Imprensa, p. 6, 17-18 dez. 1960)

Em menos de um mês de governo, a manchete da T. I. de 21 de dezembro de 1960, em primeira página, *“Quase ninguém sem escola primária em 61”*, já anunciava que o número de excedentes nas escolas primárias seria reduzido ao máximo. Também mencionava sobre os despachos do governador que seriam realizados em reuniões semanais nos bairros, em escolas da Secretaria de Educação.

Também fez alusão à Escola Gabriela Mistral, na Praia Vermelha, que seria ampliada pelos moradores do bairro (militares), pois as sessenta vagas oferecidas foram preenchidas por sorteio e sobraram algumas crianças, filhas de militares que moravam num conjunto residencial próximo.

No ano seguinte, a ampliação do número de vagas e, conseqüentemente de turmas, exigia um maior contingente de professoras. Assim, na T. I. de 17 de janeiro de 1961, na página 5, a matéria *“Professoras de 1960 vão ser logo nomeadas”* referia-se à declaração do secretário de Educação sobre o aproveitamento imediato de 1.188 professoras formadas em 1960.

A proposta que viabilizaria esse aumento de vagas de forma imediata para iniciar o ano letivo com atendimento a todos os alunos era referente ao sistema de rodízio. O rodízio significava alterar a folga fixa semanal que era às quintas-feiras, conforme a tradição francesa, e que já existia na organização das escolas públicas, fazendo com que cada turma folgasse em dias alternados, de segunda a sábado. Assim cada escola poderia ter mais uma turma em cada um dos três turnos. Outro aspecto a salientar é a manutenção do regime de três turnos, pois para resolver tal problema era necessária a construção de mais prédios escolares. Esta situação foi sendo solucionada, paulatinamente, ao longo do governo, porém sua extinção ocorreu somente em 1966.

Apesar de alguma demora na tramitação e na autorização da proposta, a T. I. de 21 de fevereiro de 1961, na página 2, publicou o artigo *“Já em vigor o rodízio de folgas nas escolas: mais 48 mil vagas”*, fazendo alusão à votação favorável da Câmara de Vereadores sobre a mudança pretendida pelo governo para atender um maior número de vagas para o ano de 1961, ou seja, a implementação do rodízio semanal que possibilitava ter mais uma turma por turno em cada escola. Isso permitiu diminuir a demanda por vagas na rede pública estadual. Esta foi a forma provisória para a oferta de vagas imediata para iniciar o primeiro ano letivo do governo Lacerda.

A rede pública estadual iniciava o ano letivo oferecendo mais 64 mil vagas à população carioca e minimizando os transtornos da grande carência de vagas existentes até então.

Aqui se observa, a foto (Figura 10) de um aluno que ilustrava o tema sobre a mudança da folga no rodízio das turmas, visando a ampliação de vagas e a matéria "Ainda há 30 mil vagas nas escolas primárias" já anunciava a relação de vagas excedentes nas escolas públicas da Guanabara.

**Muda a folga**



As férias das crianças primárias começaram dia 6. Estavam marcadas para hoje, mas a garotada usou seus cinco dias de férias. Mesmo assim, muito aluno não soube a tempo e apareceu na Escola, de uniforme engomadinho, nesta enfeitada cadernos novos

## Ainda há 30 mil vagas nas escolas primárias

Pela primeira vez, em muitos anos, no dia marcado para começarem as aulas, ainda há vagas nas escolas primárias.

De um déficit de 110 mil excedentes, ano passado, as escolas públicas, em 1961, possuem ainda 30.693 vagas.

Estas vagas, estão distribuídas pelas escolas primárias dos 31 distritos educacionais.

Os lugares restantes resultam do novo critério estabelecido pela administração estadual para fazer variar o dia de folga semanal das professoras primárias e do aproveitamento, pelo DEP, de salas de aulas oferecidas por várias instituições e entidades.

Já foram matriculadas, nas escolas públicas e nas "classes de cooperação" da Guanabara, 31.366 crianças, para um total de 61.906 lugares.

### Vagas

As vagas restantes estão distribuídas pelas seguintes escolas:

1.º Distrito: 1-1 "Virente Lúcio Cardoso" (Praça Mauá); 3-1 "José Bonifácio" (Saúde); 4-1 "Benjamin Constant" (Ombos); 5-1 "General Mitter" (Morro do Pinto); 6-1 "República da Colômbia" (Centro); 7-1 "Cesário Silva" (Centro).

2.º Distrito: 1-2 "Rodríguez Alvea" (Cateio); 3-2 "Bodero" (Góssia); 4-2 "Machado de Assis" (Santa Teresa); 5-2 "Santa Catarina" (Santa Teresa); 6-2 "Estados Unidos" (Catumbi); 10-2 "Pereira Passos" (Rio Comprido); CEPC "Fundação Romão Duarte" (Botafogo); CEPC "Escola Grátis Santa Madalena Sofia" (Catumbi) para meninas.

3.º Distrito: 1-3 "Estácio de Sá" (Icaraí); 2-3 "Alma Garcia" (Praia Vermelha); 3-3 "Pedro Ernesto" (Cavena); C. Coop. Júlio Kubl'schek" (Jardim Botânico); Casa da Criança do Palácio Guanabara (Lapa Vermelha).

4.º Distrito: 1-4 "Narcélio Travençolo" (Copacabana); 2-4 "Gonçalves Dias" (Gávea); 3-4 "União de Castilho" (Gávea); 4-4 "Luiz Delfino" (Gávea); 15-4 "Luís Miguel Pereira" (São Conrado); CEPC "Escola Lions Club" (Ipanema); CEPC "São Pedro do Pavãozinho" (Ipanema).

5.º Distrito: 2-5 "Canadá" (Estácio); 3-5 "João Pedro Varela" (Estácio); 4-5 "Enrique Pessoa" (Cidade Nova); C. Coop. Tia Frei Caecilia, 42 (Centro); 6.º Distrito: 1-6 "Gonçalves Dias" (Campo de São Cristóvão); 2-6 "Nilo Pecanha" (São Cristóvão); 3-6 "Portugal" (São Cristóvão); 4-6 "Virgínio Pessoa" (São Cristóvão); 5-6 "Uruguai" (São Cristóvão); 6-6 "Humberto de Campos" (Manguera); 10-6 "Marechal Rosa" (São Cristóvão); 11-6 "Pedro do Couto" (Caju).

7.º Distrito: 1-7 "Francisco Cabrita" (Ilhica); 3-7 "Bárcido de Itacurua" (Ilhica); 4-7 "Prudente de Moraes" (Ilhica); 7-7 "Menezes Viana" (Ilhica).

8.º Distrito: 3-8 "Afonso Pena" (Andaraí); 4-8 "Panamá" (Andaraí); 5-8 "Francisco Manoel" (Grajaú); 10-8 "Dumet de Castilho" (Grajaú); "Madrid" (Vila Isabel); 9.º Distrito: 1-9 "República Argentina" (Vila Isabel); 2-9 "Equador" (Vila Isabel); 3-9 "Olimpia do Couto" (Manguera); 4-9 "José Veríssimo" (Ilhica); 5-9 "Pereira de Rocha" (Sarmiento) (Engenheiro Novo); 6-9 "Isabel Mendes" (Méier); 10-9 "D. M. A. Teixeira de Freitas" (Engenheiro Novo).

10.º Distrito: 3-10 "Rio de Janeiro" (Sampão); 4-10 "Medeiros de Albuquerque" (Engenheiro Novo); 7-10 "Pereira Viçoso" (Catumbi); 8-10 "Manoel Bonfim" (Del Castilho).

11.º Distrito: 6-11 "Cidade Beltrônica" (Olariz); 7-11 "Cuba" (Olariz); 8-11 "Monsenhor Rocha" (Penha); 9-11 "Oswaldo Cruz" (Bilacopólis); CEPC na Invenção de Polícia (Olariz) para meninas.

12.º Distrito: 1-12 "Cardinal Leão" (São Cristóvão); 7-12 "Nerval de Gouveia" (Banco); 8-12 "Brasil" (Olariz); 9-12 "Presidente Dutra" (Penha).

13.º Distrito: 1-13 "Anta Carolina" (Bela Vista); 5-13 "Batata" (Freguesia); Governador; 6-13 "Alberto de Oliveira" (Freguesia); 7-13 "Pedro José de Anchieta" (Guanabara - Governador).

14.º Distrito: 3-14 "Gelas" (Engenheiro); 4-14 "João Kopke" (Piedade); 5-14 "Heremundo de Barros" (Engenheiro de Barros).

15.º Distrito: 2-15 "Rio Grande do Sul" (Ipanema); 3-15 "Paraná" (Ipanema); 4-15 "Rio de Janeiro" (Ipanema); 5-15 "Príncipe" (Ipanema); 6-15 "Rio de Janeiro" (Ipanema).

Figura 10 – Tribuna da Imprensa, p. 2, 1 mar. 1961.

Uma outra medida de impacto realizada foi a transformação da casa da guarda pessoal de Getúlio Vargas, no Palácio Guanabara, na Escola Anne Frank, inaugurada em 05 de março de 1961. Também a foto (Figura 11) com a inauguração da Escola Anne Frank, fazia referência ao ensino obrigatório na Guanabara a partir de 1962, conforme definia a Constituição do novo estado.



Figura 11 – Tribuna da Imprensa, p. 1, 7 mar.1961.

O artigo “*Virtudes e defeitos da Constituição da Guanabara*”, publicado na T.I. de 25-26 de março de 1961, na página 7, tecia alguns comentários sobre a Constituição da Guanabara que tinha acabado de ser promulgada, após quatro meses de trabalho. O texto final deixava transparecer que os deputados udenistas tinham conseguido contribuir para o fortalecimento do Executivo, garantindo poder de veto parcial ou “*por item*” dos projetos aprovados, evitando assim maiores conflitos na rejeição de projetos na íntegra. Também ficou garantida a competência exclusiva do governador em projetos de criação de cargos e funções e aumento de vencimentos. (DOMINGUEZ PEREZ, 2007, p. 159-160)

A Constituição vinculou 22% da receita tributária para a educação e 2,5% para a Universidade Estadual, apesar de muitas dificuldades durante o governo para o cumprimento das metas orçamentárias e da aprovação das contas do governo



No artigo *“Guanabara terá escolas pré-fabricadas”*, o governo anunciava que “mais 30 escolas, desta vez construídas pelo sistema de pré-fabricadas deverão estar concluídas”, no exemplar de 04 de abril de 1961, na página 2. Estas escolas tiveram um projeto arquitetônico bastante simples, que foi bastante criticado por sua fragilidade e falta de qualidade. A construção de escolas seguia critérios técnicos para a definição dos locais, tais como, a densidade populacional, a demanda e a disponibilidade de terreno.

De acordo com Dominguez Perez (2007, p. 121-122), a Secretaria de Educação do Estado recebeu, no início do governo, doações da AID, de recursos originados da comercialização dos excedentes agrícolas norte-americanos (Lei nº 480 - Fundo do Trigo), no valor de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros até final de 1964, para a construção de escolas.



Figura 12 - Inauguração da Escola Mestre Valentim, localizada na rua Jornalista Mário Lisboa, 127, no bairro de Anchieta, em 03 de outubro de 1962.

Em primeira página, na T. I. de 1-2 de julho de 1961, o artigo *“Jânio deu a mão à GB: aprovação em massa”* demonstrava o apoio do presidente da República

às reivindicações do governo Lacerda sobre recursos financeiros para a educação. “O estado da Guanabara viu aprovadas na sessão de ontem da IV Reunião de Governadores, praticamente cem por cento de suas reivindicações. (...) Convênio para construção de prédios escolares, à conta do Fundo Nacional do Ensino Primário, no total de Cr\$3.330 mil”, além de outras verbas. É preciso ressaltar a afinidade partidária do presidente da República com o governador da Guanabara, ambos pertenciam à UDN, e como tal situação deve ter tido bastante peso favorável na liberação de verbas federais numa época em que os recursos federais ainda estavam bastante comprometidos com a grande obra de Brasília.

No artigo *“Escolas terão terceiro turno por enquanto”*, na T. I. de 11 de julho de 1961, na página inicial, o governo esclarecia sua posição frente à questão, afirmando que “o secretário de Educação disse que o governo pretende acabar com o 3º turno nas escolas públicas, mas que isso só será possível com a construção de novas escolas e nunca como foi noticiado por um jornal – matriculando os alunos em colégios subvencionados pelo Estado”. Esta matéria denota bem o clima que ainda vigorava no país, reflexo do intenso e extenso debate sobre a LDB, em que a discussão entre a escola pública versus escola privada, ou melhor, entre a utilização de recursos públicos na escola pública versus a utilização de recursos públicos na escola privada, era ainda tema de primeira hora.

Mudanças na organização do ensino começavam a surgir, conforme se notaria no artigo *“Curso primário terá no próximo ano seis séries”*, na T. I. de 21 de setembro de 1961, na página 5. O Departamento de Educação Primária da Secretaria de Educação iria instituir a 6ª série primária como desdobramento da 5ª série, subdividindo-a em dois cursos: reforço e iniciação profissional. Este 6º ano daria direito à matrícula no 2º ano ginasial e conforme afirmou o diretor do Departamento, professor Gama Lima, esta medida estava prevista na LDB. O governo carioca adiantava-se à legislação nacional, haja vista que a LDB, neste momento, ainda não havia sido promulgada.

Em outubro de 1961, Lacerda organizou, em regime de fundação, a então Universidade do Estado da Guanabara – UEG. A mesma lei de criação também incorporou administrativa e financeiramente as faculdades de Ciências Econômicas e de Serviço Social do Estado da Guanabara, a Escola de Enfermagem Raquel Haddock Lobo e o Hospital de Clínicas Pedro Ernesto. E em 1963 foram também incorporados o Instituto Vila-Lobos e o Instituto de Belas Artes. A verba vinculada de

apenas 2,5% não era suficiente para cobrir todas as despesas necessárias, e garantir a expansão e a pesquisa da universidade.

Uma nova abordagem pedagógica surgiu no I Encontro de Diretores, realizado em outubro de 1961, que foi expressa no artigo *“Diretores: escola de hoje exige orientador”*, na T. I. de 03 de novembro de 1961, na página 3. Apontava que “Todas as escolas secundárias do Estado devem ter um serviço de orientação educacional para orientar não só os alunos como os professores e os pais”.

Ao completar um ano de governo, o artigo *“Governo revolucionou a Educação na Guanabara”*, apresentou as principais realizações no setor educacional “inauguração de escolas; aumento das matrículas no ensino médio, normal e em cursos noturnos; criação de faculdades, escolas radiofônicas e carteira de trabalho; concertos e recitais no Teatro Municipal; planos de novas escolas para 1962”.

Nessa mesma matéria foi relatado também que

Em 1961 foram matriculados 296 mil alunos, contra 232 mil em 1960, só com o rodízio da folga semanal. [...] Também pela primeira vez no Rio foi feita a rematrícula por meio de memorandos (renovação feita através do aluno, poupando tempo de cerca de 240 mil pessoas que antes faziam filas à porta das escolas para rematricular seus filhos). Com o rodízio de folga semanal e a criação das classes cresceu em 24 % a capacidade de atendimento da rede escolar oficial, diminuindo o déficit de escolarização que passou de 12%, em 1960, para 1,7%, em 1961. No ano que vem a Secretaria de Educação matriculará crianças de 6 anos, de acordo com a Constituição do Estado. O ensino médio ofereceu mais 20% de matrículas no ano passado. No próximo ano essas matrículas aumentarão 100%. [...] No ano que vem a Secretaria de Educação inaugurará mais 20 escolas, sendo 9 da FOM.

(Tribuna da Imprensa, p.7, 05 dez.1961)

O ensino primário se tornou obrigatório no estado da Guanabara, de acordo com a Constituição estadual, o artigo *“Ensino Primário é obrigatório na Guanabara”* explicita que

a partir de hoje, todas as crianças da Guanabara, de 7 anos em diante, terão ensino primário obrigatório. A medida foi determinada pelo governador Carlos Lacerda, ao regulamentar, ontem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O decreto estabelece que não poderá exercer função pública, autárquica, em sociedade de economia mixta ou em concessionária de serviços públicos o pai ou responsável por criança em idade escolar que não fizer prova de cumprimento dessa determinação. O governo assinou o decreto em cerimônia realizada no Palácio Guanabara, na presença de secretários do Estado, diretores de escolas e chefes de distritos educacionais.

(Tribuna da Imprensa, p. 1, 10 jan.1962)

Ainda neste exemplar, o Caderno 2, na página inicial, dava continuidade ao tema, afirmando que “a Guanabara é pioneira na regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Desde hoje, o ensino primário no Estado

é obrigatório a partir dos 7 anos de idade para todos os habitantes do Rio”. O artigo discorre ainda sobre todo o processo de constituição da LDB.

É preciso observar, no entanto, que em 2 de julho de 1962, o decreto nº 1083 do governo estadual, que normatizava a obrigatoriedade escolar mudou o conteúdo em relação à legislação federal. A obrigatoriedade deixou de referir-se ao nível de ensino, isto é, à escolarização primária, para se referir à faixa etária, isto é, à escolarização em qualquer nível de ensino para aqueles abrangidos pela idade entre 7 e 14 anos. Esse deslocamento do sentido da obrigatoriedade do nível de ensino para a faixa etária passaria a ser festejado como um incentivo à democratização da educação para parcelas maiores da população e em níveis escolares mais altos, mas de fato funcionou como mecanismo que promoveu o repasse das verbas públicas para o setor privado via bolsas de estudo. (SANTOS, 1994, p. 124-126).

Santos (1994, p. 193) ressalta que as posturas de Lacerda durante as discussões da LDB e as características da expansão escolar primária e média ocorrida na Guanabara evidenciam uma coerência biográfica que marcou também as relações entre o poder público e o ensino privado locais. A parceria do governo estadual deixou de ser realizada com as escolas particulares de ensino primário, mediante os alunos excedentes, para se consolidar com as escolas que atendiam à clientela do ensino médio.

O Fundo Estadual de Educação e Cultura deveria receber 22% da receita tributária, mas conforme Dominguez Perez (2007, p. 244) este valor ficava abaixo do previsto na lei. Os recursos financeiros para a merenda escolar vinham de parte da arrecadação da Loteria Estadual. Outra fonte era decorrente do Salário-Educação, previsto na Constituição de 1946, que obrigava as empresas a darem escola aos filhos de seus funcionários e que passaram a transferir recursos para a Fundação Otávio Mangabeira (FOM). Contava também com outras contribuições do governo federal, previstas no Orçamento.

No início do ano letivo de 1962, no artigo “*Governo contrata professores secundários*”,

o governo Carlos Lacerda assinou decreto autorizando a Secretaria de Educação a contratar, por um ano, professores para os estabelecimentos de ensino médio, selecionados por meio de prova a ser realizada na Escola de Serviço Público da Secretaria de Administração. O decreto recomenda que o concurso seja realizado imediatamente, de modo a permitir que os novos professores sejam aproveitados já no mês de março. (Tribuna da Imprensa, p. 6, 8 de fev. 1962)

Também neste início de ano, o artigo “*Empossado o Conselho Federal de Educação*” anunciava que

o sr. Oliveira Brito, ministro da Educação, empossou ontem às 16:30 horas, os membros do CFE, criado a 21 de janeiro para dinamizar a Lei de Diretrizes e Bases. Os mandatos são de 2, 4 e 6 anos. São eles: Antonio Ferreira Almeida Junior, Abgar Renault, Dom Hélder Câmara, Josué Montello, Francisco Brochado da Rocha, Antônio Balbino Filho, Anísio Teixeira e Alceu de Amoroso Lima (6 anos); Dom Cândido Padim, Joaquim Faria Góes Filho, Maurício Rocha e Silva, Hermes Lima, Pe. José Vieira Vasconcelos, Edgard Rego Santos, Newton Sucupira e Clóvis Salgado (4 anos); José Borges dos Santos. José Barreto Filho, Celso Ferreira da cunha, João Brusa Netto, Pe. Francisco Maffei, Roberto Acioli, Deolindo Couto e Raimundo Waldir Cavalcanti (2 anos). [...] Entre as suas maiores atribuições, acentuou, está a de modernizar a escola que atualmente só ensina a ler e a escrever. A escola média precisa sair do ensino meramente acadêmico; o superior terá de formar mais profissionais, nesta era de alta especialização. [...] Após a leitura do termo de posse, falou o professor Antonio Ferreira de Almeida Junior, membro do CFE, que atribui a deficiência do ensino à excessiva centralização dos problemas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases, esclareceu, destruirá a hipertrofia do nosso sistema educacional. Ela vinha sendo pedida desde 1930, através da Associação Brasileira de Educação, mas só agora sua aplicação se tornará uma realidade. (Tribuna da Imprensa, p. 8, 13 fev.1962)

Ainda em fevereiro, o artigo “*Revolução no ensino primário da Guanabara*”, na T. I. de 20 de fevereiro de 1962, em primeira página, destacava que o secretário de Educação Flexa Ribeiro anunciava um novo sistema de ensino primário com quatro pontos principais: graduação escolar por idade; programas diferenciados; promoção progressiva; modificação dos objetivos das provas.

Lacerda em seu discurso também lembrava que “essa revolução consiste em por as crianças da Guanabara no nível de evolução pedagógica a que só algumas nações das mais evoluídas e avançadas”.

A charge da Hilde (Figura 13) simboliza bem o momento em que o governo vinha apresentando suas conquistas no campo educacional.

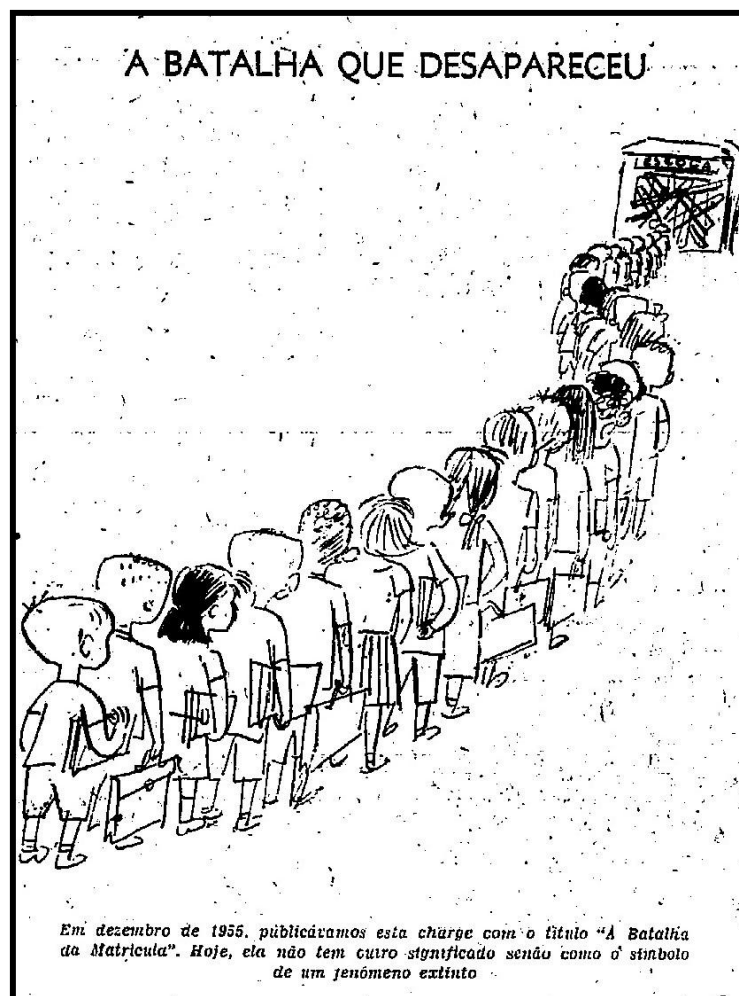


Figura 13 – Tribuna da Imprensa, p. 4, 21 fev. 1962.

Continuando a divulgação da construção e inauguração de escolas, a matéria *“Governo inaugura mais uma escola da FOM: 16<sup>a</sup>”* na T. I. de 18 de maio de 1962, na página 6, informava sobre a inauguração da 16<sup>a</sup> escola construída através da FOM, a Escola Miguel Angel, em Vicente de Carvalho, com 5 salas de aula, para tender 200 alunos por turno. Essa indicação pressupõe que o quantitativo de alunos por turma ainda era alto, apesar das frequentes referências do governador à necessidade da melhoria da qualidade da educação pública no estado.



Figura 14 - Lacerda em visita a um Jardim de infância, s.l., s.d.

O artigo *“FOM: mais 40 escolas até o fim de 62”*, na T. I. de 21 de junho de 1962, na página 6, noticiava que a FOM entregaria, nos próximos 4 meses, mais 40 escolas, sendo 20 de alumínio pré-fabricadas (fundação e piso de concreto, montagem e estrutura metálica, cobertura de alumínio, painéis de Eternit com plástico, pisos das salas de plástico, esquadrias de alumínio e forro de Eucatex acústico) com um custo unitário de Cr\$12 milhões, e tinham capacidade para 200 alunos por turno e 20 de alvenaria, que ainda não tinha havido concorrência pública. Apresentou também um levantamento de que em um ano já havia construído 24 escolas, das quais 13 foram pré-fabricadas e 11 de alvenaria.

De acordo com Vasconcellos (1972, p. 75), tem-se em 1960, um total de 1.167 professoras formadas nas escolas oficiais da Guanabara; em 1961 houve um decréscimo de 8,3%; em 1962 já houve um significativo aumento de 49%; em 1963 um decréscimo de 23,7%; em 1964 um aumento elevado de 70% e em 1965 um pequeno aumento de 5,8%. Provavelmente estes totais não seguiram um nível

equilibrado, pois a demanda necessária decorrente da construção de escolas era também bastante aleatória a cada ano.

Em 1962, a Lei nº 280 previa a reclassificação do magistério primário que passou, merecidamente, segundo Lacerda (1965, p. 55) a ser o mais bem pago do país. O piso salarial era de 2,6 salários mínimos, com reajuste de 10% sobre vencimento anterior a cada três anos.

Em 1963 foi instituída a aposentaria do magistério estadual com 25 anos de serviço. Porém, Carlos Lacerda teceu críticas quanto ao excesso de aposentadorias e que as pessoas estavam “*indo para casa*” muito cedo.

Conforme “*Mensagem à Assembleia: 5 anos de governo*”, apresentada em 1965, o estado da Guanabara contava até junho deste ano com um total de 550 escolas, 4.512 salas de aula, 14.936 professores e 421.593 alunos.

Conforme Quadro em anexo, foram criadas 200 escolas durante o governo de Carlos Lacerda, sendo que somente 6,5% (13) das escolas construídas nos bairros da zona sul. A região priorizada para receber escolas foi a zona oeste, que teve 34% (68) de escolas construídas.

Em relação ao ensino médio, houve um acréscimo de 100% no total de escolas. Além dos 19 ginásios existentes foram construídos mais 19, porém ainda houve a necessidade de concessão de bolsas de estudo neste segmento de ensino. A família escolhia a escola e, através do Banco do Estado da Guanabara (BEG), recebia a bolsa. Esta medida cumpria o estabelecido na Lei nº 4.024/1961 - LDB, contemplando o conceito de liberdade de ensino, em que à família cabia escolher a escola e ao poder público pagar por ela. Os artigos 2º e 3º do Título II da referida Lei estavam plenamente atendidos, conforme abaixo,

## TÍTULO II

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos



da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

O investimento do BEG, financiando bolsas de estudo para as escolas privadas de ensino médio, foi significativo durante o governo Lacerda. Em 1962 havia um total de 7.761 bolsas financiadas e em 1965 passou para 45.900 bolsas. Nesse mesmo período, as matrículas da rede pública de ensino médio pouco mais que duplicaram, enquanto as matrículas da rede privada sustentadas por bolsas de estudo multiplicaram-se por quase seis vezes. Em 1962, o percentual de matrículas na rede pública é de 82%, enquanto as bolsas de estudo totalizam 18%. Em 1965 já há um decréscimo, a relação é de 63% na rede pública e de 37% para as bolsas de estudo.

O Anuário Brasileiro de Educação 1965-1966 aponta, em 1965, o estado da Guanabara como líder na oferta de bolsas de estudos de ensino médio (49.794 bolsas), seguido de São Paulo (32.338 bolsas) e Rio Grande do Sul (17.300 bolsas) (SANTOS, 1994, p. 131-133).

Durante a gestão de Lacerda, houve um aumento de 15.851 servidores públicos, pois assim exigia a administração com a criação do novo estado para o atendimento de serviços à população. Desse total, mais da metade, 52% foram de professores, em função da expansão da rede pública primária de ensino.

A situação financeira do estado da Guanabara enfrentou sérias dificuldades. Em setembro de 1965, em plena campanha eleitoral para sucessão de seu governo, Lacerda se viu sem condições de arcar com o pagamento do funcionalismo público. Provavelmente, este foi um fator importante a ser considerado no desfecho do processo eleitoral de outubro de 1965. Aliada a uma conjuntura política nacional adversa, o governador Carlos Lacerda não conseguiu fazer do candidato da UDN, o ex-secretário de Educação da Guanabara, professor Carlos Flexa Ribeiro, seu sucessor.

A seguir, no discurso *“O que penso e o que farei”* (Lacerda, 1965, p. 32), de aceitação de sua candidatura à Presidência da República, pronunciado na cerimônia de encerramento da convenção da UDN em São Paulo, em 08 de novembro de 1964, mais uma vez o político, ao mencionar o tema Educação, reportou-se às realizações do setor na Guanabara, afirmando que

O Direito à Educação é uma exigência elementar. Um programa intensivo e extensivo de escolarização deve ter absoluta prioridade. É possível, em pouco

tempo, atingir no Brasil, em matéria de escolas, resultado semelhante ao que conseguimos na Guanabara, onde não há mais criança sem lugar na escola.

### 3.2 Adesão e resistência ao projeto educacional da Guanabara de Lacerda

Reacionário por quê? Golpista por quê? A que interesses serviu? Sua trajetória na vida pública demonstrou o oposto. [...] desde a educação até a habitação popular, o alvo foi atender, no tempo, à totalidade da população. Oito anos de escola para todos.[...] Em vez de vaga na escola pública por pistolão, vaga para todos, sem fila, com naturalidade, o banal reconhecimento de um direito impostergável da cidadania.<sup>9</sup> (DOMINGUEZ PERES, 2007, p. 21-22)

A disputa no campo político no novo estado da Guanabara antecedeu o apoio ou não ao projeto educacional realizado pelo governador Carlos Lacerda. Conforme Sarmiento (1999, p.68),

Era evidente que o controle político sobre a terra carioca, mesmo desprovida da condição de sede do poder federal, representaria um enorme capital. A fase de redefinição dos destinos do antigo Distrito Federal foi também um período em que os principais operadores políticos ensaiaram seus lances futuros e alinharam apostas sobre uma mesa de jogo ainda indefinida.

Portanto, examinar a trajetória da política educacional da Guanabara de Lacerda exigiu realizar a referência aos educadores, intelectuais e políticos que dela participaram direta ou indiretamente. Nesse sentido, deve-se dizer que a reconstrução das trajetórias desses sujeitos, seus princípios e suas articulações no campo político e social possibilitam uma melhor compreensão da conjuntura.

O cenário em que se deram as manifestações a favor e contrárias às ações educacionais no governo de Lacerda expunha suas relações políticas. A resistência a suas propostas educacionais não surgiram a partir de suas ações no âmbito administrativo estadual, mas já existia desde sua inserção na Câmara Federal nos meandros da elaboração da legislação educacional nacional.

O último substitutivo ao projeto da LDB apresentado por Lacerda, de tendência privatista acabou se tornando a espinha dorsal da lei aprovada em 1960. Atendia aos interesses das escolas particulares, sobretudo às instituições confessionais.

<sup>9</sup> Trecho de texto introdutório *“Imagem a Restaurar”* de Raphael de Almeida Magalhães.

E contra essa aprovação no Legislativo Federal, a representação mais emblemática foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, em 1959, que exigia que o Estado assumisse sua função educadora e garantisse a sobrevivência da escola pública. Participaram vários educadores da geração de 30, ligados ao Manifesto dos Pioneiros de 32 e novos professores, dentre outros, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Almeida Jr., Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, como também intelectuais de vários setores e lideranças sindicais.

Infere-se, pois que pode-se considerar os signatários desse Manifesto as matrizes para a difusão de diversos grupos de resistência a esta vertente educacional em todo o país. Nesse sentido, deve-se observar que muitos desses intelectuais e educadores influenciaram as críticas ao projeto educacional da Guanabara, na medida em que o identificava imediatamente às ideias de seu representante no Executivo.

A título de exemplificação, pode-se lembrar Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo de João Goulart, que travou vários embates com Lacerda. Em julho de 1963, após mais uma “*carta ao povo*” em que Lacerda alardeava uma possível intervenção federal na Guanabara, Darcy o advertiu de que não haveria um segundo 24 de agosto <sup>10</sup>. Este incidente não se referia a uma divergência explícita à questão educacional, mas Darcy Ribeiro representava o outro lado de uma política educacional, que não só advogava o aumento de matrículas ou de construção de escolas, mas que inseria a Educação num amplo projeto de nação, na formulação de um conjunto de ideias articuladas que configurassem um novo modelo passível de promover mudanças estruturais no país.

Em 21 de abril de 1962, Darcy havia inaugurado a Universidade de Brasília, um novo modelo de universidade, que objetivava romper com os padrões até então estabelecidos. Enfrentou resistência de Israel Pinheiro, que comandava as obras de construção de Brasília, pois defendia que Brasília não deveria ter fábricas ou universidades, pois assim afastaria do centro de poder as possíveis greves e agitações. Também lutou no legislativo para que o projeto fosse aprovado até ser sancionado pelo presidente João Goulart – Lei nº 3.998.

---

<sup>10</sup> Em 24 de agosto de 1954, Vargas suicidou-se no Palácio do Catete com um tiro no peito, deixando uma carta testamento. Seus últimos dias de governo foram marcados por forte pressão política por parte da imprensa e dos militares, além da desfavorável situação econômica do país.

Por outro lado, Lacerda contava com o apoio de intelectuais católicos que compartilhavam de seu pensamento liberal em conformidade, principalmente, aos anseios das escolas privadas.

Entre seus aliados, ninguém melhor do que seus colaboradores para apresentar uma visão direta sobre os acontecimentos de sua administração. Assim, ressalta-se a entrevista com a professora Terezinha Saraiva, realizada em 21 de maio de 1996 <sup>11</sup>, que teve como objetivo aprofundar o caráter qualitativo da investigação que possibilitasse a obtenção de informações relevantes junto a profissionais que tiveram efetiva participação na gestão e/ou no funcionamento da escola pública da Guanabara no governo Lacerda.

tratar a documentação fabricada pelas entrevistas orais, tão rica em possibilidades, como se trata um escrito memorialístico. Com atenção, com certeza da riqueza que encerra e também com a capacidade de relativização e crítica com que tratamos um escrito memorialístico. Eu acho que seria interessante fazer esta tríplice operação que eu propus aqui e perguntar o que "destila" minha entrevista oral? Quais são as seleções feitas pelo entrevistando? Prestar atenção nos silêncios, que, às vezes, dizem muito mais do que o que está dito. Os silêncios – sobretudo os voluntários – nas entrevistas são sumamente expressivos. (NEVES, 2011, p. 8)

O uso da História Oral introduz o pesquisador na construção da versão, no controle sobre a produção da própria fonte. É considerada um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas e que de certa forma se aproximam do objeto de estudo.

Através dessa ferramenta se produz uma importante fonte de consulta que, com o registro de relatos e depoimentos, se tornou um método mais utilizado, apesar de seu uso desde a Antiguidade Greco-romana e no medievo. Somente com a história positivista do século XIX que seu uso foi relegado a segundo plano, pois esta abordagem histórica privilegiava o documento escrito e o alto nível de subjetividade dos relatos não satisfazia a seus pressupostos de visão totalizante do passado.

Na segunda metade do século XX, com o recurso do gravador, as entrevistas passaram a ter estatuto de documento, mediante o cumprimento de certas exigências. As entrevistas se tornaram apenas uma versão fundamental do passado, pois o registro não garantia a verdade do que efetivamente havia ocorrido. Essas fontes possibilitavam a compreensão da sociedade através de múltiplos olhares de

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida à autora da dissertação em seu projeto inicial de 1993, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

diferentes sujeitos. As falhas de memória ou as distorções dos fatos se tornaram indícios preciosos para melhor entender as diversas concepções, as lacunas e os silêncios de atores sociais contemporâneos. É importante salientar a importante contribuição da história oral como incorporação da subjetividade na investigação histórica.

A professora Terezinha Saraiva, professora e pedagoga, iniciou a carreira como professora primária em uma escola no Morro do Salgueiro, no Rio. Foi secretária de Educação do governo da Guanabara nos últimos meses do governo de Carlos Lacerda, quando da saída do então secretário Flexa Ribeiro, que se desencompabilizou do cargo de secretário para se candidatar ao cargo de governador para o próximo mandato. Como bem nos lembra Lôbo (2008, p. 308), “a primeira mulher que assumiu a direção de uma Secretaria de Estado de Educação foi a Professora Terezinha Saraiva no antigo estado da Guanabara”.

Em 1996 era consultora da área de Educação do SENAI. Anteriormente dirigiu o setor de tele educação da Fundação Roquete Pinto, o MOBREAL, a FUNABEM. Foi secretária municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, na década de 1970, no governo de Marcos Tamoyo, apesar de ter se aposentado ao final do governo de Carlos Lacerda, em 1965. É reconhecida também por sua contribuição em importantes projetos do Ministério da Educação, como o Operação Escola e o Carta Escolar, adotados em todo país. Membro da Academia Brasileira de Educação (ABE), além de ter sido membro também do Conselho Federal de Educação.

Ao iniciar sua entrevista, a professora afirma que é difícil dissociar o político da figura humana de Carlos Lacerda, sobretudo para quem privou de sua convivência. Considera-o a principal referência de pessoa inteligente e culta de sua geração, pois abordava qualquer assunto, era um exímio leitor, além de ter em suas viagens uma fonte inesgotável de cultura.

A professora afirma não se sentir à vontade para fazer uma análise do político Lacerda, por não se considerar política, numa perspectiva partidária, função que nunca teve interesse em exercer. Mesmo assim afirma que ele foi muito radical em suas posições, considera legítima sua luta pelos cargos que almejava, mas que a força de suas palavras o traía, pois ao mesmo que construía, demolia, não tendo paciência “por esperar sua vez”. Considera que o Brasil perdeu um grande presidente, pois seu espírito empreendedor fez com que tenha realizado muito pelo

estado da Guanabara, pela atual cidade do Rio de Janeiro. Fala sobre sua excelente administração no governo do estado a partir de sua visão prospectiva, reconhecendo que em termos políticos houve acertos e erros.

Também rememora quando conheceu Carlos Lacerda, durante sua campanha política ao governo em 20 de agosto de 1960. Enfatizou ainda que o futuro governador, apesar de não ter concluído nenhum curso superior, era um autodidata, um livre discente e que, através de seu jornal Tribuna da Imprensa, formou uma geração de jornalistas. Afirma que Lacerda lutou muito contra a transferência da capital para Brasília por acreditar que haveria um esvaziamento cultural e político do Distrito Federal com a criação do novo estado. Apesar de ter se candidatado ao governo e acreditar que este foi o melhor governador que a Guanabara tivera.

Ao relembrar o processo de elaboração da LDB, destaca sua importante participação, afirmando que o então deputado apresentou um substitutivo que teve colaboração de Sandra Cavalcanti e Flexa Ribeiro. Comenta que talvez tenha sido essa proximidade com Flexa Ribeiro, como dono do Colégio Andrews, que o tenham vinculado ao ensino particular, mas que isso não condizia com a verdade, pois em sua administração na Guanabara este deu muita importância ao ensino público e procurou cumprir todos os pressupostos da Lei nº 4.024 – a LDB, lembrando que o novo governo começara praticamente no mesmo período de sua aprovação.

Em cumprimento à lei estadual nº 151, de 13 de julho de 1962, que estabelecia o Conselho Estadual de Educação (CEE) como um órgão normativo do sistema, conforme previsto na LDB, o Conselho foi formado com nomes conhecidos e respeitados. Dos vinte componentes, a professora ressalta Dom Lourenço de Almeida Prado e Edília Coelho Garcia. Lacerda dava muita importância ao CEE, tanto que pessoalmente empossou este primeiro Conselho no Palácio da Guanabara. Era presidido pelo secretário de Educação, professor Flexa Ribeiro e o vice-presidente era o Padre Alonso, que efetivamente presidia o Conselho diante das exigências que o secretariado impunha a seu ocupante. De acordo com seu ponto de vista, foi um Conselho que auxiliou a implantação do sistema de ensino do novo estado, que tinha o melhor sistema de ensino do Brasil. Informa que a qualidade no sistema educacional foi mantida com grande prioridade para o ensino oficial. Afirma que Carlos Lacerda defendia a educação como um direito de todos,

considerando-a um serviço público prestado quer pela rede oficial quer pela rede particular; e a iniciativa particular como liberdade de escolha da família. A professora pondera que nos dias atuais<sup>12</sup> a opção pelo ensino particular é decorrente da má qualidade do ensino oficial e não uma alternativa para as famílias.

A professora também partilha da ideia de Carlos Lacerda do benefício que significava a concessão de bolsas de estudo, alegando ter sido realizada com esta medida uma democratização da escola particular. O Estado pagava bolsas de estudo em escolas particulares para alunos que não podiam pagar. Estas bolsas de estudo já eram concedidas anteriormente pelo governo federal e no governo de Lacerda foi criada mais um tipo -- a bolsa do ISS. As instituições escolares transformavam este imposto que deveriam recolher em bolsas de estudo. A diferença entre o período anterior e a forma que passou a vigorar no governo Lacerda, segundo a professora, era o critério estabelecido para sua concessão. Afirmar que o critério “político” foi substituído pela aplicação de uma fórmula que estabelecia a falta de recursos e a necessidade de uma bolsa de estudos. Precisava caracterizar que o aluno precisava de apoio e que não havia vaga numa escola pública perto de sua casa. E para isso, afirma que o Conselho foi de extrema importância e que o CEE da Guanabara foi considerado o melhor Conselho de Educação que o Brasil teve à época de iniciação da vida dos conselhos estaduais e que os Pareceres dos conselheiros da época podem comprovar tal afirmação.

A Mensagem nº 42, de 1963, do Poder Executivo, previa a Organização do Sistema Estadual de Ensino, numa perspectiva de parceria entre escola oficial e escola particular, além do órgão normativo – o CEE.

A questão dos três turnos nas escolas públicas, implantado em 1948 no Distrito Federal na tentativa de suprir a carência de vagas é lembrada pela professora como uma medida tomada por Anísio Teixeira para aumentar as oportunidades de educação. Relata que mesmo antes de ocupar os cargos de diretora do Departamento de Educação Primária e de chefe do Distrito Educacional, enfatizando ter tido a “oportunidade feliz de subir degrau a degrau”, havia participado de um grupo de expansão do ensino primário com Maria Luiza Larquê, Diva Moura Diniz, Inês Bokel e Evangelina Batista que estudava a capacidade física de cada escola do Rio de Janeiro e a demanda por vagas. Informa que no início do

---

<sup>12</sup> Meados da década de 1990.

governo havia 35 mil excedentes, pessoas pagando escolas particulares por não terem acesso às escolas públicas, e 100 mil crianças fora da escola. Era preciso um plano a curto, médio e longo prazo para dar escola a todos. A meta de Carlos Lacerda era cumprir a obrigatoriedade escolar e que todos do governo deviam perseguir “sem trégua um minuto”.

O terceiro turno implantado desde 1948 em caráter provisório então se manteve, apesar da intenção, segundo a professora, de eliminá-lo e aumentar o período de permanência do aluno na escola. O dilema entre “*dar mais tempo a alguns e nada a outros*” fez com que além da implementação do rodízio da folga semanal tenha havido também o aumento do número de escolas em três turnos para “poder trazer as crianças para a escola”.

A ideia do rodízio foi do professor Flexa Ribeiro e de Juraci Silveira, que levara essa sugestão a ele. Naquele tempo, as folgas eram às quintas-feiras e com o deslocamento para os diversos dias da semana, haveria uma sala vaga a cada dia e num conjunto de cinco salas a possibilidade de mais uma turma com trinta alunos, em cada turno. Com esta medida, pode-se absorver todos os alunos excedentes, além da construção de mais de trezentas salas de aula que permitiu atender também aos que estavam fora da escola.

Também afirmou que em 1962 já não havia mais filas nas portas das escolas e sim um cartaz escrito “*Há vagas nesta escola*”. Portanto, mesmo com estas medidas e a construção a médio e longo prazo de novas escolas, o terceiro turno permaneceu até o final do governo para que se pudesse garantir “*escola a todos*”. Em contrapartida, a professora relata que a Guanabara foi o primeiro estado brasileiro a cumprir a obrigatoriedade escolar, desde o Decreto de Carlos Lacerda em 1962.

Teresinha Saraiva faz a defesa de Carlos Lacerda, afirmando que era um equívoco considerá-lo um defensor da escola particular, pois ele havia demonstrado ser um defensor da escola pública, que ele havia dado escola a todos na Guanabara. Argumenta que ele também buscou a qualidade de ensino e fez com que os alunos permanecessem na escola “até os anos que tinham direito”. A educação obrigatória era a educação primária, que na Guanabara tinha a duração de cinco anos, diferentemente do restante do país que era de quatro anos, além da diminuição da idade para entrada na escola, que passou a ser de seis anos. A



professora assinala que Lacerda deu importância à escola particular como uma opção da família e a boa convivência com a escola pública.

De acordo com a Constituição do estado da Guanabara de 1961, no artigo 55 do capítulo II que trata da Educação e Cultura, seria criado um Fundo Estadual de Educação e Cultura com 22% das rendas tributárias do Estado, que serviu não só para a concessão de bolsas de estudo, “mas até construção de escolas também”.

No artigo 57 da Constituição ficava estabelecida a ajuda financeira à escola particular através de financiamentos do Banco do Estado. Quanto a esta questão, a professora observa que os recursos só foram utilizados mesmo para conceder bolsas de estudo em escolas particulares.

A Constituição também previa em um de seus artigos a construção de escolas oficiais de ensino médio de acordo com o critério de localização nos bairros cuja população fosse superior a 25 mil habitantes. Teresinha Saraiva discorre que um fator preponderante para construção de escolas foi o Censo Escolar, mas que o primeiro só foi realizado em 1964 e o segundo em 1965. Inicialmente, no governo, as diretoras, as chefes de Distrito Educacional foram procurando nas suas áreas terrenos vazios que pertencessem ao Estado para que se pudesse construir as escolas primárias, que foram mais de duzentas e quarenta ginásios. Inúmeras praças foram transformadas em escolas e com isso houve muita crítica dos urbanistas. Porém, assinala que, na realidade, eram áreas sem nenhuma urbanização. Apesar da grande necessidade de novas escolas, havia o critério racional para a prioridade nas construções que se referiam aos distritos que tinham o maior número de excedentes e de bolsistas.

Outra questão relevante e polêmica diz respeito à Lei nº 280, de 28 de dezembro de 1962, que organizava a carreira do magistério e permitia um tratamento diferenciado à categoria. Essa legislação permitiu que fossem dados aumentos salariais aos professores sem que esse benefício fosse estendido a outras categorias dos servidores municipais.

Em relação à merenda escolar, a professora salienta que durante o governo a qualidade da merenda foi melhorando e que esta passou a ser oferecida a todos, pois em anos anteriores era oferecida somente aos mais carentes. Destaca que a Aliança para o Progresso ajudou no fornecimento de leite em pó.

Além de buscar outras parcerias para a construção de escolas, Lacerda também fez um convênio com a USAID, em 1964, para a construção de 28 grandes

escolas primárias, de dez salas. Teceu considerações que, graças à boa utilização desses recursos, foi convidada, em 1969, a conhecer a educação dos EUA e fazer um curso durante três meses na Universidade de San Diego.

As parcerias com empresários para a construção de escolas ocorreram através da Fundação Otávio Mangabeira, que construiu as chamadas “*escolas de Eucatex*”, que apesar de terem sido bastante criticadas, “até hoje elas estão aí, até hoje”, salienta a professora.

Havia algumas escolas localizadas em favelas, como a que a professora Terezinha Saraiva dirigiu no Morro do Salgueiro, que se chamava Tchecoslováquia<sup>13</sup> e rebatizada com o nome de Bombeiro Geraldo Dias, em homenagem a um bombeiro que havia morrido ao salvar uma criança. A referência a um país comunista pode ter motivado Lacerda a tal atitude, diante de sua contundente crítica ao comunismo. O governador à época solicitou à diretora que escrevesse um plano para as escolas de favela, que foi financiado pela Fundação Ford, para a formação profissional dos alunos através de oficinas.

Em relação à formação de professores, houve a ampliação do número de escolas normais. Além das já existentes – Instituto de Educação (I. E.), E. N. Carmela Dutra e a E. N. Júlia Kubitschek, houve a criação da E. N. Azevedo do Amaral. Destaca que o governador tinha grande apreço pelas escolas normais, mas que ele havia acabado com a cátedra no I. E. e que isso causou um grande descontentamento. Em virtude da realização do primeiro concurso para professores de ensino médio, o governador decidiu acabar com privilégio do I. E. de ter somente a categoria de professores catedráticos. Achava que era um “*tratamento de elite*” que não se justificava no sistema de ensino.

O acesso à docência do ensino primário permaneceu sendo automático para os que se formavam nas escolas normais oficiais. Apesar dessa situação, Terezinha Saraiva explana que em 1965 houve uma festa única de formatura de todas as professoras das seis escolas normais, em que o governador foi o paraninfo e ela a oradora oficial, “*como se fora aluna porque eu era professora primária*”.

Ao ser indagada sobre sua opinião diante das críticas de Lacerda a Anísio Teixeira, além da forma desrespeitosa ao fazer referência a ele, chamando-o de “*burocrata da pedagogia*”, “*mandarim do Ministério da Educação*”, “*educador*

---

<sup>13</sup> Referência ao país que, entre 1960 e 1990, foi um Estado comunista -- República Socialista Checoslovaca.

*ultrapassado*”, “*ateu militante*” ou “*instrumento dos comunistas*”, a professora desenvolve muitas considerações. Sugere que foi um erro de visão de Carlos Lacerda e que tinha certeza de que ele havia mudado ao longo dos tempos. Ressalta que o governador tinha grande admiração pelo Anísio, inicialmente. Acredita que foi um erro político muito grande, pois Anísio Teixeira era um grande educador, que seus escritos de 50 anos atrás eram na atualidade de uma clareza e de uma objetividade que nem os contemporâneos possuíam. Justifica a atitude de Lacerda em virtude do acirramento do debate durante o processo de tramitação da LDB e das acusações que Anísio desferia a Lacerda de que este defendia a escola particular. Alega que Lacerda não tinha “*nem esse pensamento nem esse sentimento*”. Observa ainda que Anísio também tinha uma posição muito radical em sua defesa da escola pública, pois ela também entendia, como Lacerda, que as duas iniciativas – pública e privada – eram importantes, pois a família deveria poder escolher o tipo de educação para seu filho.

Comenta ainda que Anísio também foi injustiçado, pois era considerado “*americanófilo*”, com ideias importadas. No entanto, a seu ver, ele era um homem extraordinário. “Era o tempo [...], essas situações todas [...], faziam com que ele [Lacerda] girasse a metralhadora dele para todos os cantos.”

Assinala que Carlos Lacerda cumpriu seu programa de governo -- “Escola para Todos”, enfatizando o ensino técnico e a profissionalização do jovem e a difusão da cultura, na medida em que ele priorizou muito a educação. Ressalta que o governador foi “um secretário de cada pasta um pouco, tal maneira ele se envolvia nos assuntos das diversas áreas de composição do governo”. Relembra que em 11 de setembro de 1965, ele resolveu fazer um programa de televisão, com duração de 10 horas, para contar sobre todas as realizações de seu governo. Ele inicialmente reuniu todo o secretariado e pediu que cada um organizasse um relatório em fichas para a apresentação, mas poucos dias antes do programa, reuniu novamente os secretários e falou que como nem todos tinham facilidade em se expressar e alguma dificuldade diante da câmera de televisão, e nesses casos ele mesmo exporia sobre determinadas áreas do governo. Solicitou a presença de todos para que, em caso de necessidade, as informações fossem repassadas. O programa foi realizado no Palácio Guanabara, com stands montados no jardim, em diversas salas e no salão. Ele iniciou o programa, que tinha um cronograma rigorosamente fechado, em que cada secretário que fosse expor sobre a realização do setor teria

um determinado tempo, no sentido de totalizar as dez horas programadas. O programa iniciou com uma breve introdução de Lacerda, que passou a palavra para o secretário de Fazenda, Mário Lorenzo Fernandes; depois para o presidente do BEG, Almeida Braga; em seguida o secretário de Governo, Célio Borja e depois a secretária de Educação, Terezinha Saraiva, cujos stands estavam no jardim do Palácio. O governador conhecia todos os assuntos e completava a explanação de todos os secretários com até mais detalhes do que os donos das pastas.

A professora Terezinha relata que havia levado o cartaz da propaganda de governo *“Moço, eu quero escola”* e a partir dele começou sua explanação, apresentando as etapas e as ações do setor educacional e terminou com o cartaz que dizia: *“Moço, obrigado, eu já tenho escola”*, referente também à charge da Hilde publicada na Tribuna da Imprensa durante a campanha eleitoral e no início do governo, conforme já apresentada anteriormente no presente trabalho.

Logo no início de sua apresentação o governador fez algumas intervenções, mas não impediu que a professora falasse por uma hora assim que conseguiu tirar a palavra do governador, conforme havia sido solicitada pelo assessor de Comunicação Social, depois assessor de Imprensa, Válter Cunto, dizendo “Você tem de tirar a palavra dele e falar durante uma hora, porque ele [Lacerda] furou todos os horários e isso não vai fechar. Você tira a palavra dele que depois eu falo com ele.” Assim, quando o governador chegou em seu stand, este começou a falar que a havia conhecido na escola do morro do Salgueiro, fez menção a sua família, elogiou seu profissionalismo etc. Perguntou sobre o cartaz e ao responder encontrou a “deixa” para expor por uma hora as realizações no campo educacional do governo e assim também recompôs o cronograma previsto para a realização do programa.

O programa que havia iniciado no sábado terminou no domingo pela manhã. Há até uma gravação intitulada *“A Fala da Manhã que Nasce”* com a gravação deste programa. Na segunda-feira seguinte houve um encontro de avaliação e o governador a interpelou perguntando: “Professora, eu estive ontem almoçando na casa do Silveirinha, em Bangu, e a conversa era só a sua apresentação. A senhora já trabalhou em televisão?” A professora então respondeu: “Não, foi a primeira vez que eu falei na televisão. Mas eu tenho tanto amor pelo que eu faço e conheço tão bem, que foi muito fácil para mim.” Os jornais da época relataram sobre o destaque

especial que a secretária de Educação havia tido na apresentação das realizações educacionais do governo.

A professora encerrou sua entrevista reiterando sua posição de participação política não partidária, comentando que foi sondada muitas vezes para participar da eleição à Câmara Federal, após 1965, mas que nunca se interessou.

Na oportunidade, a professora Teresinha Saraiva disponibilizou para este estudo cópia da gravação de um programa na rádio Roquete Pinto, em setembro de 1965, às vésperas da eleição para a sucessão de Carlos Lacerda no governo da Guanabara, referente à Prestação de Contas do governo em relação ao setor da Educação, conforme Documento em Anexo. Este documento apresenta as principais medidas tomadas pelo secretário Flexa Ribeiro para solucionar a grave crise de falta de vagas na rede pública de ensino da Guanabara; as ações realizadas; os dados quantitativos referentes à construção de escolas e ao efetivo de professores; à promulgação de leis que possibilitassem adequar as necessidades da concessão de bolsas de estudo e a tornar o ensino obrigatório de 7 a 14 anos; à reforma do ensino pautada em quatro eixos: graduação escolar por idade, classificação dos alunos por avanços progressivos, modificação dos objetivos das provas e utilização de programas diferenciados; à melhoria da oferta da merenda escolar através do Instituto de Nutrição da SED e outros assuntos afins. O documento é finalizado com a conclamação dos cariocas a votar no candidato de Lacerda – Flexa Ribeiro, para sucedê-lo no Palácio Guanabara.

este governo foi uma escola de honestidade, de trabalho, de lutas mas de muitas vitórias. Todos trabalharam por amor aos cariocas e hoje, quando na mão desses cariocas está o destino de nosso Estado, é preciso meditar e escolher: ou desejamos que este esforço continue para que nossos filhos tenham um caminho de esperança e um futuro feliz, ou queremos que a Guanabara volte ao que era, em que nossos filhos esperavam um oportunidade para estudar e, por isso, tinham diante de si um caminho sombrio e um futuro incerto. Votem com amor, por amor à Guanabara, e por amor ao futuro de seus filhos.

(Anexo B - Discurso Terezinha Saraiva, 1965, p. 11)

Outro documento apresentado pela professora Terezinha Saraiva, também em anexo, diz respeito a uma carta de Carlos Lacerda ao diretor do Jornal de Brasília, de 22 de julho de 1976, em agradecimento à publicação da retificação a opiniões de Bárbara Freitag sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e fornecendo alguns outros esclarecimentos.

Nesta carta, Carlos Lacerda retomava, cerca de um ano antes da sua morte, algumas discussões sobre a LDB, como a afirmação de que

o projeto enviado pelo ministro Clemente Mariani, que tivera a colaboração de educadores eminentes, como Anísio Teixeira, foi considerado inconveniente pelo seu eminente antecessor, o ex-ministro Gustavo Capanema. Este na Câmara, com seu talento e força aliciadora, conseguiu procrastinar a decisão da matéria durante mais de 10 anos.

Em suas memórias, destaca a resistência a suas ideias dos “*anticlericais, os laicistas fanáticos*”, dentre eles cita Julio Mesquita Filho, Almeida Junior,

meu inesquecível amigo Fernando de Azevedo, signatário do Manifesto inspirado pelo professor e jornalista, espírita de convicção e amigo inexcusável, Nóbrega da Cunha, com Cecília Meireles, Sud Menucci, Lourenço Filho e tantos outros – encabeçados afinal pelo meu querido Anísio Teixeira, espécie de religioso ‘défroqué’, empenhado em americanizar o ensino, convertendo-o segundo as concepções de John Dewey, para a experiência que afinal se revelou trágica, nos Estados Unidos, de laicização sistemática da escola.

Ao longo da carta, Lacerda tece comentários sobre o processo de construção da LDB, seus debates e seus principais pontos de divergência entre os educadores e intelectuais envolvidos. Afirma que “*Já na Pontifícia Universidade Católica – de onde precisamente, partira o apelo para que fizéssemos a lei como a fizemos – uma tese há tempos sustentou a inverdade de que o nosso projeto era o que agora lhe atribuiu essa senhora [Bárbara Freitag] do simpósio*”.

Desta forma, foram apresentados os principais aspectos que podem denotar os enfrentamentos ocorridos no campo político-educacional, na década de 1960, que mobilizaram a sociedade na luta inveterada por uma educação que oportunizasse a emancipação e concedesse cidadania a todos.

As adesões e as resistências precisam ser analisadas a partir de seus próprios contextos, como sujeitos históricos num debate de idéias envolvendo defensores e adversários dessa política educacional. O projeto educacional implementado por Lacerda não significa a inexistência de opiniões contrárias e a ausência de conflitos.

Resta, finalmente, registrar que é preciso considerar as ideias políticas a partir da dimensão conflituosa do debate político e não como mero registro e expressão de uma posição hegemônica. Logo, o campo político é essencialmente um campo conflituoso, pois corresponde à expressão de posições divergentes, que se constitui num importante viés da construção histórica.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – a guisa de uma conclusão

Ao fim e ao cabo, partilhando do pensamento de Le Goff (1985), de que a História é um conhecimento em construção, mediado pela interpretação de documentos segundo referências conceituais presentes, compreende-se a História como uma forma de conhecimento que reivindica não somente uma metodologia, associada ao uso de fontes históricas, mas uma postura crítica em relação às formas como o passado é reconstruído, considerando-se também seu impacto no futuro.

Deste modo, o conhecimento histórico do passado é realizado através da interpretação de documentos de acordo com critérios e conceitos definidos por historiadores. Por conseguinte, a História pode ser considerada um conhecimento em construção sempre precário e sujeito às redefinições, quer pela descoberta de novas evidências, ou fontes históricas, ou novos problemas que o presente sugere ao passado.

A apresentação destas “*provisórias*” conclusões sobre a escola na Guanabara de Lacerda perpassa os momentos de transformação e de implantação de medidas emergenciais na busca de soluções para os muitos problemas existentes.

O presente trabalho visou apontar em linhas gerais a política educacional do período, as medidas tomadas para a resolução dos problemas no recém criado estado da Guanabara, refletindo sobre a importância dessas transformações, a partir do contexto educacional nacional e das tomadas de decisão e das ações em nível local no campo educacional.

As questões abordadas buscaram identificar aspectos privilegiados pela secretaria de Educação na prestação de contas do governo carioca de 1960 a 1965, em que foi alegado um “*estrondoso sucesso*” na área educacional, mas que não teve ressonância nas urnas para a sucessão de Carlos Lacerda, mesmo tendo como candidato o então secretário de Educação, professor Carlos Flexa Ribeiro.

O relatório oficial do governo da Guanabara se estruturava a partir de alguns temas, que ao mesmo tempo em que mobilizaram a realização do presente estudo, ainda permanecem como possíveis questões a serem futuramente enfrentadas ou aprofundadas. As indagações possíveis se referem em que medida a escola pública

primária atendeu o déficit escolar existente no estado e ampliou o ensino médio oficial.

Outro aspecto a ser ainda melhor analisado seria o da “*renovação estrutural*” dos cursos primário e médio, assim como aprofundada a análise entre a relação entre quantidade e qualidade da escola pública neste período.

Também podemos apontar a questão que ainda permanece sobre a valorização do professor. O concurso público para o magistério e a melhoria salarial no governo Lacerda garantiram tal avanço para a categoria?

Ao mesmo tempo, parafraseando Neves (2011) em uma exposição num Seminário de Pesquisa em março de 2002,

*Não são triviais os problemas de contextualização da documentação que utilizamos em nosso trabalho de pesquisa, sobretudo se consideramos que essa contextualização não é uma simples moldura factual que permite situar o texto no tempo cronológico, mas é expressão do tempo histórico, denso, complexo, contraditório e, de certa forma, constitutivo do texto. É preciso tenacidade para preencher os vazios de informações lacunares, é fundamental saber que os silêncios podem ser mais eloqüentes que as palavras, e sensibilidade para reconhecer feridas ainda abertas e que é preciso respeitar.*

Ao longo da pesquisa, nosso olhar retrospectivo sobre a política educacional no estado da Guanabara pode ser um aliado à construção de caminhos que precisamos trilhar para superar nossas mazelas educacionais. A reflexão sobre os avanços e os retrocessos no processo histórico tem a função pedagógica de nos tornar sujeitos históricos mais críticos e, conseqüentemente, mais preparados para enfrentar os desafios cotidianos.

Outra questão importante que não se pode deixar de lembrar e por que não comemorar, é a passagem do cinquentenário da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poderiam argumentar alguns que não há o que comemorar, mas será que podemos nos esquecer ou deixar que sejam esquecidos os movimentos em Defesa da Escola Pública que também fizeram parte deste processo?

Mais uma vez, Neves nos aponta que

*uma comemoração é uma operação de construção de memória. Inclusive do ponto de vista etimológico, comemorar é fazer memória, já que sua origem latina co memorare, implica a operação de solenizar recordando e também a dimensão coletiva dessa ação memorialística, já que supõe um conjunto de ações destinadas a fazer memória junto. No caso das celebrações comemorativas, o grande desafio é, sem deixar de reconhecer os méritos (...) do homenageado, escapar da tentação hagiográfica que, por vezes, tende a situar aquele ou aquela que queremos comemorar num pedestal intangível, longe dos conflitos que tecem a história e a trajetória pessoal de todos nós. (NEVES, 2011, p. 2)*



Ademais, o cinquentenário de nossa primeira LDB recupera sentidos e significados e reconhece a importância do processo em prol de uma educação pública democrática. As lutas não se tornam inglórias por não contemplarem a totalidade das reivindicações necessárias sob nosso ponto de vista, tornando-se necessário ressaltar que foi a LDB possível no contexto dos anos de 1950 e 1960, mas que não invalida toda a luta no campo da educação, de educadores e intelectuais que enfrentaram os conflitos de seu tempo.

Deste modo, muitas perguntas ainda se encontram sem respostas e poderiam se transformar em inquietantes objetos de estudo. Dentre elas, pensar em que medida a participação dos representantes das escolas católicas foi garantia de aprovação das principais diretrizes de nossa primeira LDB. Como os interesses privatistas conseguiram a garantia de recursos públicos numa conjuntura em que o poder público não possuía recursos para expandir a rede pública de ensino e com isso quase metade da população não tinha acesso à escola? Como as forças políticas de oposição conseguiram a vitória de suas propostas mais polêmicas no processo de elaboração da LDB? O que levou o presidente João Goulart a sancionar uma LDB que contrariava tanto os anseios populares quanto as necessidades de um novo modelo de educação para o desenvolvimento do país?

Lacerda construiu vários projetos em sua trajetória pessoal e política, mas o que se evidencia ao longo deste estudo é que, na realidade, todos catalisavam seu projeto maior, o de concorrer ao cargo da presidência da República do Brasil e ser eleito presidente, em 1965.

Aquela década de 1960 não foi aliada de Carlos Lacerda e seus anseios políticos se desmoronaram feito castelos de areia. Todo o seu vigor na defesa da ética e da moralidade com a coisa pública e seu rigor com os adversários culminaram numa triste adesão ao Golpe Militar de 1964, sepultando inexoravelmente o seu maior intento - o de ocupar o cargo máximo do país. Os anos de chumbo, que inicialmente lhe pareceram a oportunidade de realização de seu projeto político, na realidade, lhe trouxeram amargos momentos, até sua morte em 1977.

O que a pesquisa assinala é que o tema da Educação era um dos três pilares que balizaram seu programa de governo. Tão importante quanto a questão educacional foram a realização de obras que solucionassem o problema de

abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, como também a organização do espaço urbano da cidade.

A década de 1960 ainda assistia a antiga capital da República, o Distrito Federal, e a partir de então estado da Guanabara, que contava com uma das maiores redes públicas de ensino, sofrer com a questão da carência de vagas. Estes problemas ocupavam as páginas dos jornais de maneira recorrente, apresentando críticas referentes às filas de pais em busca de vagas nas escolas para seus filhos e queixas de moradores de determinadas regiões da cidade que tinham um número bastante reduzido de escolas, como por exemplo a zona oeste.

O entendimento de que a primeira metade da década de 1960 com o governo Lacerda representou um período áureo da escola pública, devido principalmente à expansão do número de escolas públicas, faz parte do imaginário coletivo da sociedade carioca até os dias atuais. Ampliava-se assim a ideia de que a educação era um importante elemento para o desenvolvimento econômico de um país e para que a sociedade alcançasse o progresso ninguém poderia ficar fora dela.

Diante dessa perspectiva do pensamento econômico liberal aliada à política da Guerra Fria e os consequentes programas implementados pelos EUA, tais como a Aliança para o Progresso, o que se vivenciou foi o “boom” escolar quantitativo. A perspectiva pedagógica libertadora de Paulo Freire, contemporânea a Lacerda, não fez parte de sua proposta educacional.

É importante ainda salientar que mesmo com toda a expansão realizada nos cinco anos de governo, a escola pública da Guanabara de Lacerda ainda era a escola pública para poucos, em que uma pequena parcela da camada popular a ela tinha acesso.

Carlos Lacerda morreu em 21 de maio de 1977 e passou os últimos nove anos de sua vida com seus direitos políticos cassados pela ditadura militar. Nem a sua direta participação na deflagração do golpe militar de 1964 o tornou ileso às arbitrariedades do regime e do qual viria a se tornar um dos principais opositores, formando a Frente Ampla com Juscelino Kubitschek e João Goulart, em 1966.

Assim, Lacerda apoiou o golpe acreditando que a permanência dos militares no poder seria breve e que as eleições do ano seguinte estariam asseguradas. Liderou, em São Paulo, a “*Marcha da Família com Deus para a Liberdade*”, com o objetivo de estimular o sentimento anticomunista. Era candidato, pela UDN, à Presidência da República.

As eleições não aconteceram em 1965 e, em 1967, Lacerda já era proibido de aparecer na TV. Com o AI-5, em dezembro de 1968, é preso e tem seus direitos políticos cassados por dez anos, além da Frente Ampla ter sido impedida de atuar. A partir de 1969 voltou a se dedicar ao jornalismo, tornando-se correspondente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* na Europa e na África.

Concluindo, é preciso apontar que para a realização de futuros trabalhos que se pretendam focar o político Carlos Lacerda, há um importante acervo, que foi doado à Universidade de Brasília – UnB, em 1979, como parte do processo de compra de sua biblioteca, dois anos após a sua morte. É composto de aproximadamente sessenta mil itens que durante vinte anos ficaram guardados em caixas e foram utilizados apenas por pesquisadores que sabiam de sua existência. Somente a partir de dezembro de 1999, tendo como patrocinadora a Fundação 18 de Março – Fundamar, o material veio a público e se transformou no Arquivo Carlos Lacerda, que fica na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Um vasto material está disponível ao público: 159.240 folhas de documentos textuais, 4.426 fotos, 266 slides, 86 discos de vinil e duas fitas de áudio. Esses documentos, referentes à sua administração, foram guardados pelo próprio governador.

O presente trabalho considerou de fundamental importância propiciar o encontro de diversas obras, de diferentes características, para que através do diálogo entre elas, as possíveis afinidades e oposições se evidenciassem.

Nesta perspectiva, a imprensa, através principalmente do jornal *Tribuna da Imprensa*, foi utilizada como estratégia de poder que constrói um mito, no enfrentamento de líderes ou partidos políticos adversários. Muitos de seus artigos vislumbram no horizonte acontecimentos políticos, mas também silenciamentos de temas e assuntos que não interessavam a seu proprietário e sua rede de sociabilidade – seus afetos e desafetos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mônica H. P. de. *Carlos Lacerda: pensamento e ação (1955/1968)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

AINDA há 30 mil vagas nas escolas primárias. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 1 mar. 1961.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da história: diálogos contemporâneos. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v.1, n. 2, p. 30-53, ago./nov. 2007.

AZANHA, José Mário Pires. Roque Spencer Maciel de Barros defensor da escola pública. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 25, n. 1, jun. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97021999000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 dez. 2010.

BARREIRA, Luiz Carlos (Org.) Estudo de periódicos: possibilidades para a História da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. (Org.) *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos ; GATTI JR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: Edufu; Campinas: Autores Associados, 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

BENEVIDES, M. Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, [s.d.].

BOAVENTURA, Edivaldo M. A Educação na Constituinte de 1946: comentários. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 50. In: *O Brasil de JK*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos\\_1950](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos_1950)>. Acesso em: 20 set. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. ; AMADO, J. (Orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024compilado.htm)>. Acesso em: 4 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivos da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948. *Diário do Congresso Nacional* (13/11/1948). Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948)>. Acesso em: 4 maio 2010.

\_\_\_\_\_. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 25 set. 2010.

BUFA, Ester. O conflito centralização/descentralização na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61). *Cadernos ANPEd*, n. 2, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ideologia em conflito: escola pública e a escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A Imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*. São Paulo: Ed. USP. Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha/MG, 1905-1922*. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARVALHO, C. H., SOUZA ARAUJO, J. ; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: SOUZA ARAÚJO, J. ; GATTI JUNIOR, D. (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002.

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. *A Campanha em defesa da escola pública em São Paulo (1960-1961)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

COSTA, Messias. *A educação nas constituições do Brasil: dados e direções*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTINHO, M. A. da G. C. As professoras primárias da Guanabara de Lacerda: a construção do tipo antropológico. *Eccos*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 136-156, jan./jun. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio ; GOÉS, Moacyr de. *O golpe na educação*. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e renovadores*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

DAVIES, Nicholas. *Os conflitos durante a tramitação do projeto que resultou na primeira LDB (a lei 4024): conflitos apenas educacionais ou de projeto de sociedade?* Disponível em: [www.uff.br/facedu/departamentos/docs.../LDB4024tramita.doc](http://www.uff.br/facedu/departamentos/docs.../LDB4024tramita.doc). Acesso em: 29 ago. 2010.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo (A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DELGADO, Lucília Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In. DELGADO, Lucília Neves ; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

DIRETORES: escola de hoje exige orientador. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 nov. 1961.

DIRETRIZES o que é. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1960.

DOMINGUEZ PEREZ, Maurício. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007.

DOZE dias de governo na Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 17-18 dez. 1960.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EDUCAÇÃO. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, Suplemento da Vitória, p. 12, 31 out. 1960.

EICHENBERG, Fernando. *Entrevista com o historiador britânico Ian Kershaw em 11/05/2009*. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3757061-EI6782,00-O+mito+Hitler+por+Ian+Kershaw.html>>. Acesso em 9 fev. 2011.

ENNE, Ana Lucia; TAVARES, Cristiane. Memória, identidade e discurso midiático. Disponível em: <[www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/.../memoria2.doc](http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/.../memoria2.doc)>. Acesso em 2 out. 2009.

EMPOSSADO o Conselho Federal de Educação. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 fev. 1962.

ENSINO obrigatório. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 mar. 1961.

ENSINO primário é obrigatório na Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1962.

ESCOLA-barraco não tem vaga. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 set. 1960.

ESCOLA-barraco. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 14, 27 jul. 1960.

ESCOLAS terão terceiro turno por enquanto. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jul. 1960.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero – Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v.24, n. 2, p. 269-280, dez.1998.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. A recepção regional ao debate que precedeu a LDB 4.024/1961. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.85-94, dez. 2008.

FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FAZENDA, Ivani C. A. *Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

FIM às filas nas escolas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 30 jun. 1960.

FOM: mais 40 escolas até o fim de 62. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 jun. 1962.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.  
GATTI Junior, Décio ; INÁCIO Filho, Geraldo (Orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo. Cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.

GONÇALVES, Mauro Castilho. A Imprensa católica em Taubaté, SP, na década de 1950 : o Jornal O Lábaro. In: ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUIER, Analete Regina (Orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza ;GATTI Jr., Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GOVERNO contrata professores secundários. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 8 fev. 1962.

GOVERNO inaugura mais uma escola da FOM: 16ª. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 maio 1962.

GOVERNO revolucionou a Educação na Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 7, 5 dez. 1961.

GUANABARA. A Constituição do estado da Guanabara. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 94-124, maio/ago. 1961.

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembleia: 5 anos de governo*. Guanabara, 1965.

GUANABARA terá escolas pré-fabricadas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr. 1961.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IBRAHIM surpreende Lacerda na TV: que é uma rosa? *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3. 9, jun. 1960.



INTELECTUAIS cariocas dão apoio a Lacerda. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 24-25 set. 1960.

ISTO eu prometo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 jun. 1960.

JÁ em vigor o rodízio de folgas nas escolas: mais 48 mil vagas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 fev. 1961.

JÂNIO deu a mão à Guanabara: aprovação em massa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 1-2 jul. 1961.

KENNEDY promete usinas e escolas à América Latina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 nov. 1960.

KERSHAW, Ian. *Hitler: um perfil do poder*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

LACERDA, Carlos. A Escola pública e a campanha contra nós. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 maio 1960.

LACERDA, Carlos. A mais justa das causas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1959.

LACERDA, Carlos. *Substitutivo apresentado à Comissão de Educação e Cultura a 26.11.1958*. "Primeiro Substitutivo de Carlos Lacerda" ao Projeto 2222-A de 1957, acompanhado de "Justificação", assinado também por Perilo Teixeira (UDN, CE). Diário do Congresso Nacional, s. I, 29 nov.1958, p. 7622-7627.

\_\_\_\_\_. "Segundo Substitutivo Lacerda", apresentado a 15.01.1959. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Distrito Federal, s/v. 1959, p. 112-124.

\_\_\_\_\_. *Retrato da cidade devastada e sua reconstrução*. Rio de Janeiro: Editora Rio-São Paulo, 1960.

\_\_\_\_\_. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

\_\_\_\_\_. *Palavras e ação*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

\_\_\_\_\_. *Em vez: crônicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares: seleta Carlos Lacerda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LACERDA, Carlos; MESQUITA, Ruy. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LACERDA, Claudio. *Carlos Lacerda: 10 anos Depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

\_\_\_\_\_. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LACERDA apresenta programa para o estado da Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 16-17 jul. 1960.

LACERDA explica diretrizes e bases. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 9-10 jul. 1960.

LACERDA fala sobre o funcionalismo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 3 jun. 1960.

LACERDA no morro. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 jul. 1960.

LACERDA vai dizer hoje na TV como dará escolas para todos. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 ago. 1960.

LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

LE GOFF, Jacques. História. In: *Memória-história*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1985.( Einaudi, v. 1).

\_\_\_\_\_. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. ; AMADO, J (Orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *Os descaminhos da democracia: a lei nº 4024/1961 (poder político, classes sociais e educação no Brasil)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2000. Disponível: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-uma-historia-politica-da-educacao>>. Acesso em 29 set. 2010.

LÔBO, Yolanda ; FARIA, Lia (Orgs.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

LOBO NETO, Francisco J. da S. *Há cinquenta anos: o debate sobre a primeira LDB*. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN08%20LOBO%20NETO,%20F.J.%20S.%20memoria%20e%20documento.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LOMBARDI, José C.; SANFELICE, José L. (Orgs.) *Liberalismo e educação em debate*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2007.

LOPES, Sonia de Castro. Imagens de um lugar de memória da educação nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 84-97, jan./abr. 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade (entrevista). *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.

MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda : o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARIANI, Clemente. Exposição de motivos da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948. *Diário do Congresso Nacional* (13/11/1948), p. 11.616.

Disponível em:

<[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=13/11/1948)>. Acesso em: 17 jan. 2011.

MATOS, Heloísa Maria Leiras. *Análise do ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro: caracterização sócio-político-pedagógica de três administrações públicas 1946-51, 1960-65 e 1975-79*. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

MENEZES, Sylvia Regina Sayão. *Propostas para a educação brasileira na década de 60: uma reflexão crítica numa perspectiva histórica*. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

MOÇO, eu quero escola! *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 3 out. 1960.

MOÇO, eu quero escola. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 8 jul. 1960.

MONÓLOGO do governo no rádio e TV acabou . *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 maio 1960.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. *A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação*. Rio de Janeiro, I Jornada Discente do PPHPBC/ Programa de Pós-Graduação CPDOC/FGV, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *A LDB de 1961: conceitos, representações e confrontos no campo político-pedagógico*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV, Rio de Janeiro, 2011.

MORRO do Salgueiro aclama Lacerda como seu candidato. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 ago. 1960

MOTTA, Marly Silva da. *A estratégia da ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1997. (Texto CPDOC nº 25).

\_\_\_\_\_. Carlos Lacerda, o tribuno da capital. In: MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo ; SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro em três perfis*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. . *Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: ALERJ/FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_.; FREIRE, Américo; MOTTA, Marly ; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de cidade. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-75, maio, 2005.

\_\_\_\_\_. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos Históricos : cultura política*, Rio de Janeiro, v.13, n. 24, p.351-376, 1999. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/612.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/612.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

NEVES, Margarida de Souza. *História, memória e memorialística*. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/meireles/historiamemorialistica.htm>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice ; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Pierre Bourdieu : Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: *Projeto de História*. PUC-SP, p. 7-29,1993.

NÓVOA, Antônio. A Imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*, São Paulo: Escrituras, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1992.

PAIVA, Adriana Gomes de. *A queda de Ícaro*. Ascensão e declínio na trajetória de Carlos Lacerda. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PENTEADO FILHO, Paulo de Arruda. *O público e o privado nas políticas sociais*. Disponível em: <[http://www.followscience.com/library\\_uploads/69c4c6025d7e3e64ca6699a205ceb7a6/363/o\\_publico\\_e\\_o\\_privado\\_nas\\_politicas\\_sociais.pdf](http://www.followscience.com/library_uploads/69c4c6025d7e3e64ca6699a205ceb7a6/363/o_publico_e_o_privado_nas_politicas_sociais.pdf)>, Acesso em: 18 jan. 2011.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROFESSORAS de 1960 vão ser logo nomeadas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 17 jan. 1961.

400 sem escola: PDF não deu prédio novo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 1 abr. 1960.

REVOLUÇÃO no ensino primário na Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 fev. 1962.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1990.

SAIA da fila! *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 ago. 1960.

SANDRA defende diretrizes da educação na TV. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 28-29 maio 1960.

SANTOS, Irene; PRESTES, Reulcinéia ; VALE, Antonio. Brasil, 1930-1961: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR, On-line*, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006.

SANTOS, Paula Martini. *A expansão escolar pública primária e seus significados no estado da Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SARAIVA, Terezinha. *Entrevista concedida a Maria de Fátima Lavrador de Castro*. Rio de Janeiro, 21 maio 1996.

SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, ALERJ, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano*. Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Gislene. Imaginário Coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 244-252, set. / dez. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. *A nova lei de diretrizes e bases: um anacronismo educacional?* *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XXXIII, nº 76, outubro-dezembro de 1959.

\_\_\_\_\_. Anísio. A educação e a unidade nacional. In. \_\_\_\_\_. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005 (Coleção Anísio Teixeira, v. 5).

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ÚLTIMO discurso: defesa da Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jul. 1960.

UM MILHÃO para escolas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 dez. 1960.

VASCONCELLOS, Hedy S. R. de. *O professor primário da Guanabara : evasão e permanência*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 16, jan./abr. 2008.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade*. São Paulo: Pioneira Editora, EDUSP, 1969.

VIRTUDES e defeitos da Constituição da Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 7, 25-26 mar. 1961.

VIÑAO, Antonio. *Las autobiografías, memorias y diarios como fuentes histórico-educativa: tipología y usos*. Teias, n.1, p. 82-97, jun. 2000,.

XAVIER, Libânia Nacif. O público e o privado na educação brasileira: Apresentação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 191-194, jan./jun. 2003,.

\_\_\_\_\_. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira.

*Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 233-251, jan./jun. 2003.

XAVIER, M. Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino: 1931-1961*. Campinas: Papyrus, 1990.

ANEXO A – RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE  
DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE 1965

RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE DE 1965

DATA DE INAUGURAÇÃO	DESIGNAÇÃO	TÍTULO	NOME	Designação Antiga
01/01/60	0208013		MARIO DA VEIGA CABRAL	14.08.014
01/04/60	0313008	DOUTOR	MARIO AUGUSTO T. DE FREITAS	13.13.009
23/05/60	0209019		AFRANIO PEIXOTO	14.09.020
26/08/60	0514008		MARIA BAPTISTINA D. T. LOTT	08.14.008
27/08/60	1019010		JOSE DE MELLO	18.19.010
13/09/60	0206022		LUCIA MIGUEL PEREIRA	03.06.024
01/10/60	0622026		CLAUDIO GANNS	10.22.027
01/10/60	0625021		OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA	09.25.021
25/10/60	0817001	MADRE	BENEDITA	10.17.001
01/01/61	0918023		CAMPO GRANDE	20.18.023
01/03/61	0420019		RODRIGO OTAVIO	04.20.019
06/03/61	0204006		ANA FRANK	01.04.006
02/04/61	0716028	C.C. PAROQUIAL	NOSSA SENHORA DO LORETO	16.16.029
04/04/61	0817038	RAINHA	FABIOLA	22.17.031
03/08/61	0430006		ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	05.30.006
07/08/61	0209001		BENEDITO OTTONI	14.09.001
01/09/61	0208011	JORNALISTA	BRITO BROCA	14.08.011
14/02/62	0206007		EDNA PONCIONE FERREIRA	03.06.008
18/02/62	0313019		AFFONSO TAUNAY	13.13.020
02/03/62	0206005		GEORGE PFISTERER	03.06.006
13/03/62	0918060		JORGE DE LIMA	21.18.019
13/03/62	0918062		LUIZ EDMUNDO	21.18.021
14/03/62	0515006		GUSTAVO LESSA	11.15.006
15/03/62	0515024		CERVANTES	11.15.024
06/04/62	0622003		ABRAHAM LINCOLN	10.22.003
06/04/62	0625022		MANUEL DE ABREU	09.25.022
10/04/62	0817052		VILLA-LOBOS	23.17.006
12/04/62	0515031		FERNAO DIAS	11.15.031
12/04/62	0625023		THOMAS JEFFERSON	09.25.023
24/04/62	0817092		CHURCHILL	24.17.008
08/05/62	0411003		SÃO VICENTE	07.11.003
12/05/62	0410017		LAI NETTO DOS REIS	05.10.017
14/05/62	0411051		ANDRADE NEVES	08.11.002
18/05/62	0411021		MIGUEL ANGELO	07.11.021
21/05/62	0206010		CAPISTRANO DE ABREU	03.06.012
22/05/62	0410019	CORONEL	ASSUNCAO	05.10.019
22/05/62	0411027		GOETHE	07.11.028
24/05/62	0716037		JULIO VERNE	17.16.004
25/05/62	0514007		ALBERT SABIN	08.14.007
30/05/62	0312002		ALCIDE DE GASPERI	06.12.002



**RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE DE 1965**

DATA DE INAUGURAÇÃO	DESIGNAÇÃO	TÍTULO	NOME	
30/05/62	0817118		RONDON	24.17.036
12/06/62	0411014		JOAO DE DEUS	07.11.014
14/06/62	0312024	C.C.	DOMINGOS BEBIANO	06.12.024
19/06/62	0206017		ARTUR RAMOS	03.06.019
25/06/62	0411018	PROFESSOR	ARY QUINTELLA	07.11.018
05/07/62	0312005	D.	JOAO VI	08.12.005
12/07/62	0625024		ALEXANDRE DE GUSMAO	09.25.024
16/07/62	0817017		LEONARDO DA VINCI	22.17.010
13/08/62	0817037	PRESIDENTE	WILSON	22.17.030
14/08/62	0622018		BADEN POWELL	10.22.019
20/08/62	0312018		NICOLAU ANTONIO TAUNNAY	06.12.018
23/08/62	0514017		RODOLFO GARCIA	08.14.017
27/08/62	0716058		EVARISTO DA VEIGA	17.16.025
27/08/62	0817098		CORYNTHO DA FONSECA	24.17.015
28/08/62	0817089	VISCONDE DE	PORTO SEGURO	24.17.005
30/08/62	0430007		NOVA HOLANDA	05.30.005
04/09/62	0205006	DOM	AQUINO CORREA	03.05.006
24/09/62	0209011		NOEL ROSA	14.09.011
27/09/62	0515005		OSWALDO ARANHA	11.15.005
27/09/62	0515056		LUIS CARLOS DA FONSECA	12.15.023
27/09/62	0625001		ALIPIO MIRANDA RIBEIRO	09.25.001
28/09/62	0622013		ANTONIO FRANCISCO LISBOA	10.22.014
02/10/62	0411045		JORGE DE GOUVEA	07.11.046
03/10/62	0411013		FERNANDO TUDE DE SOUZA	07.11.013
03/10/62	0514020		JOSE DO PATROCINIO	08.14.020
03/10/62	0625016	MESTRE	VALENTIM	09.25.016
04/10/62	0817042		THOME DE SOUZA	22.17.035
04/10/62	0817119		MIGUEL RAMALHO NOVO	24.17.037
05/10/62	0411033		ODILON BRAGA	07.11.034
06/10/62	0515061	ASPIRANTE	CARLOS ALFREDO	12.15.028
05/12/62	0918071		CHARLES DICKENS	21.18.030
14/12/62	0716038		PEDRO AMERICO	17.16.005
18/12/62	0313027		JEAN MERMOZ	13.13.028
20/12/62	0622008		NARBAL FONTES	10.22.008
22/12/62	0716039		VITOR MEIRELES	17.16.006
01/01/63	0206006	C.C.	SANTOS ANJOS	03.06.007
05/02/63	0410018		BERLIM	05.10.018
06/02/63	0411015		SUICA	07.11.015
08/02/63	0411007		ARIOSTO ESPINHEIRA	07.11.007
13/02/63	0918044		ERNESTO NAZARETH	21.18.003

**RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE DE 1965**

DATA DE INAUGURAÇÃO	DESIGNAÇÃO	TÍTULO	NOME	
29/03/63	0209012		MARIO DE ANDRADE	14.09.012
16/04/63	0817069		RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA	23.17.023
30/04/63	0515033		OSWALDO GOELDI	11.15.005
30/04/63	0817015	CONSELHEIRO	ZACARIAS DE GOIS	22.17.008
30/04/63	0918059		HALFELD	21.18.018
15/05/63	0716002		LUIZ CAMILLO	16.16.002
15/05/63	0716034		ALINA DE BRITTO	17.16.001
19/06/63	0420016		SUN-YAT-SEN	04.20.016
19/06/63	0420028	COMANDANTE	GUILHERME FISCHER PRESSER	04.20.028
27/07/63	0515046		ADELMAR TAVARES	12.15.012
23/08/63	0313043		TAGORE	13.13.044
11/10/63	0420010		COSTA RICA	04.20.010
22/10/63	0313001	C.C. DO	14° DSUP	13.13.001
05/11/63	0716063		SOBRAL PINTO	17.16.030
05/12/63	0205007		PENEDO	03.05.007
05/12/63	0312003		ORDEM E PROGRESSO	06.12.003
01/01/64	0817107		AZUL E BRANCO	24.17.025
14/01/64	0515032		LEONOR POSADA	11.15.032
28/01/64	0622019		EMILIO CARLOS	10.22.020
03/03/64	0411011	PROFESSOR	AUGUSTO MOTTA	07.11.011
22/03/64	0622010		NORONHA SANTOS	10.22.010
24/03/64	0208021		MARIO FACCINI	14.08.022
07/04/64	0716066		JOSE HENRIQUE RODO	17.16.034
10/04/64	0411022		MARCILIO DIAS	07.11.022
10/04/64	0411024		ARY BARROSO	07.11.025
10/04/64	0817101	PINTOR	LAZAR SEGALL	24.17.018
10/04/64	0918009		ROMULO GALLEGOS	20.18.009
13/04/64	0817066	PRACINHA	JOAO DA SILVA	23.17.021
13/04/64	0817074	MARECHAL	ALCIDES ETCHEGOYEN	23.17.028
17/04/64	0313028		GEORGE BERNANOS	13.13.029
30/04/64	0514012		J. CARLOS	08.14.012
05/05/64	0918050		EUSTORGIO WANDERLEY	21.18.009
05/05/64	0918055		CHARLES PEGUY	21.18.014
11/05/64	1019023		PESTALOZZI	18.19.023
11/05/64	1019034		RIBEIRO COUTO	18.19.005
13/05/64	1019026		NELSON ROMERO	18.19.026
15/05/64	0817008	FREI	VICENTE DO SALVADOR	22.17.001
15/05/64	0817012		ANTONIO AUSTREGESILLO	22.17.005
15/05/64	0817106		GABRIEL SOARES DE SOUZA	24.17.024
29/05/64	0313004	PRESIDENTE	KENNEDY	13.13.004

**RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE DE 1965**

DATA DE INAUGURAÇÃO	DESIGNAÇÃO	TÍTULO	NOME	
04/06/64	0312029		JOSE MARTI	06.12.029
05/06/64	0411016		EDMUNDO DA LUZ PINTO	07.11.016
06/06/64	0411046		ALFREDO VALLADAO	07.11.047
12/06/64	0410011		EDMUNDO LINS	05.10.011
15/06/64	0918003		IVA GOMES RIBEIRO	20.18.003
15/06/64	1019007		ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	18.19.007
15/06/64	1019027		FELIPE CAMARAO	18.19.027
18/06/64	0514033		PAULA FONSECA	08.14.035
18/06/64	0514034		JOSE ALPOIM	08.14.036
18/06/64	0515007		FRANCISCO FRIAS DE MESQUITA	11.15.007
22/06/64	0515057		RUGENDAS	12.15.024
22/06/64	0622001		GUILHERME TELL	10.22.001
25/06/64	0209026	PROFESSOR	LOURENCO FILHO	14.09.027
26/06/64	0716011	MARECHAL	CANROBERT PEREIRA DA COSTA	16.16.012
30/06/64	0101002		ANTONIO RAPOSO TAVARES	02.01.002
01/07/64	0204005		JOSE DE ALENCAR	01.04.005
01/07/64	0410002		ALBINO SOUZA CRUZ	05.10.002
23/07/64	0411041		JOSEPH BLOCH	07.11.042
06/08/64	0817093		ARACY MUNIZ FREIRE	24.17.009
20/08/64	0716064		DEBRET	17.16.032
04/09/64	0622002		ANTONIO MACEO	10.22.002
09/09/64	0716060	DOM	ARMANDO LOMBARDI	17.16.026
24/09/64	1019013		BENTO DO AMARAL COUTINHO	18.19.013
27/09/64	0313009		SENEGAL	13.13.010
28/09/64	0101005	GENERAL	MITRE	02.01.005
29/09/64	0206011		SHAKESPEARE	03.06.013
15/10/64	0716012		VICTOR HUGO	16.16.013
23/10/64	0103006		JENNY GOMES	02.03.006
28/10/64	0817068	PROFESSOR	FIRMINO COSTA	23.17.022
03/11/64	1026009	PADRE	JOSE MAURICIO	18.26.009
01/12/64	0817047		BANGU	23.17.001
03/12/64	0918008		ALBERTO NEPOMUCENO	20.18.008
04/12/64	0817049		EUSEBIO DE QUEIROZ	23.17.003
04/12/64	1019049		MERALINA DE CASTRO	19.19.022
05/12/64	0205001	SAO	TOMAS DE AQUINO	03.05.001
07/12/64	0515008		PIO XII	11.15.008
15/12/64	0716055	MAESTRO	LORENZO FERNANDES	17.16.022
23/12/64	0312013		SAO DOMINGOS	06.12.013
05/02/65	0817010		LAURO MULLER	22.17.003
09/02/65	0817021		O'HIGGINS	22.17.014

**RELAÇÃO DE ESCOLAS INAUGURADAS NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1960 A DEZEMBRO DE 1965**

DATA DE INAUGURAÇÃO	DESIGNAÇÃO	TÍTULO	NOME	
09/02/65	0817113	BARONESA DE	SAAVEDRA	24.17.031
10/02/65	0724018		SAO SEBASTIAO	15.24.018
11/02/65	0625017		GRANDJEAN DE MONTIGNY	09.25.017
17/03/65	0313037		AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT	13.13.038
24/03/65	0716022		JOAQUIM FONTES	16.16.023
24/03/65	0716042	MARECHAL	THAUMATURGO DE AZEVEDO	17.16.009
30/03/65	0515047	FREI	LEOPOLDO	12.15.013
30/03/65	0724021		PEROLA BYINGTON	15.24.021
30/03/65	0817031	ENGENHEIRO	PIRES DO RIO	22.17.024
30/03/65	0918049		RIO GRANDE DO NORTE	21.18.008
20/04/65	0313053		SUECIA	13.13.054
30/04/65	0918057		TOQUIO	21.18.016
03/05/65	0101006	C.C.	FRANCISCO BENJAMIN GALLOTTI	02.01.006
08/05/65	0209013		FRANCISCO MANUEL	14.09.013
09/06/65	0514021		NUNALVARES PEREIRA	08.14.021
11/06/65	0208008	ALMIRANTE	BARROSO	14.08.008
21/06/65	0411004		LEONOR COELHO PEREIRA	07.11.004
24/06/65	0918004		ATENAS	20.18.004
11/07/65	0918025		MIGUEL DE LARREINAGA	20.18.025
11/08/65	0625011	PROFESSOR	ESCRAGNOLLE DORIA	09.25.011
16/08/65	0817103		GIL VICENTE	24.17.020
17/08/65	0410024		MIGUEL COUTO	05.10.024
20/08/65	0514035		AMAPA	08.14.035
24/08/65	0625015		MAX FLEIUSS	09.25.015
30/08/65	0514013		ADLAI STEVENSON	08.14.013
03/09/65	0206012		CAMILO CASTELO BRANCO	03.06.012
03/09/65	0313038		LONDRES	13.13.038
13/09/65	0515015	PADRE	DEHON	11.15.015
14/09/65	0716043		GASTAO MONTEIRO MOUTINHO	17.16.010
15/09/65	0918072	C.C.	GUANDU	21.18.031
17/09/65	0205008		ROMA	03.05.008
22/09/65	0514014		LUXEMBURGO	08.14.014
25/09/65	1019014	CORONEL	BERTHIER	18.19.014
27/09/65	0410012		CLOTILDE GUIMARAES	05.10.012
28/09/65	0208020		DIOGO FEIJO	14.08.021
28/09/65	0209006		FRIEDENREICH	14.09.006
22/10/65	0817059		JOANA ANGELICA	23.17.013
29/10/65	0107006	MARECHAL	TROMPOWSKY	02.07.006
05/11/65	0817060		JOAO DAUDT DE OLIVEIRA	23.17.014

ANEXO B – Discurso de prestação de contas do governo de Carlos Lacerda, proferido pela secretária de educação Teresinha Saraiva, em setembro de 1965, na Rádio Roquette Pinto.

gravação na Roquette Pinto  
setembro - 1965



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Há 4 anos e 9 meses começava na Guanabara uma luta inédita: a luta pela educação de nossos filhos.

Durante 4 anos e meio esta batalha teve como comandante o Prof. Flexa Ribeiro, e contou com aliados poderosos:

- o apoio do Governador da Guanabara, que deu prioridade aos problemas educacionais;

- a compreensão do povo, que viu renascer a esperança;
- o devotamento do magistério que, com dedicação e entusiasmo, realizou a maior obra educacional do Brasil.

Tudo que se fez em Educação, neste Governo, foi planejado - e pode-se dizer, mesmo, que esta obra tem um enredo.

Inicialmente foi feito um levantamento da realidade educacional da GB. Focalizarei primeiro o ensino primário.

Encontramos, em dezembro de 1960, 362 escolas públicas primárias onde estudavam 232.000 alunos. 35 mil excedentes tinham seus estudos pagos pelo Estado em escolas particulares, pois a rede pública não tinha vagas. Mais de 100 mil crianças - de mãozinhas estendidas e de olhos espantados diante do portão fechado de uma escola - aguardavam a oportunidade de estudar.

A Constituição diz, em seu Artigo 168, que "o ensino primário é obrigatório e gratuito". Mas nenhum Estado da Federação tinha cumprido, até então, esse artigo. De braços cruzados as autoridades assistiam ser negado aos jovens o direito da Educação.

Mas este Governo propôs-se a resolver o problema.

Medidas administrativas foram tomadas:

- 1) O rodízio da folga semanal - uma idéia simples, mas inédita, do Prof. Flexa Ribeiro. Com o simples deslocar da folga fixa (que até então era às 5<sup>as</sup> feiras) para qualquer dia da semana, mantendo a folga a que alunos e professores têm direito, recuperamos uma turma para cada cinco salas. Com esta primeira medida atendemos, já em janeiro de 1961 - com um mês de Governo - 11 % das crianças sem escola.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

2) Construção imediata de 373 salas de aula como acréscimo a escolas já existentes e em locais de densidade de população infantil;

3) Classes em Cooperação, ou seja, a instalação de salas de aula em locais cedidos por entidades religiosas, sociais, através convênios com a SED.

Em salas de prédios cedidos colocamos mobiliário, merenda, professoras do Estado mas, sobretudo, centenas de crianças. Atualmente mantemos 44 Classes em Cooperação, num total de 195 salas de aula;

4) Plano de construção de escolas através da FOM e da ECC, com recursos orçamentários da SED e de convênios com a AID e o MEC.

Já construímos em 4 anos e 9 meses - e entregamos ao povo da Guanabara - 177 escolas. Mais 47 estão em construção, fazendo um total de 224 novas escolas.

É oportuno lembrar que, quando candidato, o Governador da GB prometeu aos cariocas construir 100 escolas. Cumpriu, portanto, o que prometeu - e em dobro;

5) Cumprimento da Lei federal nº 135, de 27/12/61, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 834, de 15/1/62, que estabeleceu a manutenção de ensino primário por empresas industriais, comerciais e agrícolas que tenham mais de 100 funcionários, para seus servidores e filhos destes.

Estas empresas podem escolher a maneira de cumprir a Lei entre 3 hipóteses: a) construção de escola própria e manutenção da mesma a sua exclusiva expensa; b) depósito da quantia relativa ao número de empregados que constituiu a fonte de recursos para a construção de escolas pela FOM; c) regime de bolsas em escolas particulares, através de convênio;

6) Aproveitamento de professorandos em efetiva regência de classes - os alunos do último ano das 6 Escolas Normais Oficiais regem turmas nas escolas primárias da GB realizando, assim, a mais perfeita e real prática de ensino.

Aumentamos o número de vagas para o Curso Normal, para aumentar o número de professores, atendendo assim ao aumento do número de alunos. As 910 oportunidades para o Curso Normal, em 1960,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

foram ampliadas para 2.387.

Todas estas providências administrativas foram tomadas simultaneamente e vale acrescentar que, em dezembro de 1961, absorvemos na rede pública os 35 mil excedentes.

Temos, então, em números comparativos - que bem caracterizam a obra educacional deste Governo, relativa à expansão do ensino primário - o seguinte quadro:

- em 1960 - 362 escolas; em 5/9/65, 557 escolas e 47 em construção. Portanto, até dezembro, 604 escolas;
- em 1960 - 2.960 salas de aula; em 5/9/65, 4.579 salas. Até dezembro, 5.026 salas de aula;
- em 1960 - 232 mil alunos; em 1965, 428 mil alunos;
- em 1960 - 8.893 professores; em 1965, 17.213 profes.

Saindo, assim, de uma situação de privilégio para alguns, a educação primária passou a ser, na Guanabara, neste Governo, um direito assegurado a todos.

Em 9 de janeiro de 1962, o Decreto Estadual nº 808 tornou compulsório o ensino primário na GB e regulamentou a sua obrigatoriedade. A Guanabara deu, naquele momento, um exemplo ao Brasil, mostrando o que pode um Governo honesto, humano e democrata. De uma situação anti-democrática - em dezembro de 60 - quando só alguns podiam estudar, em um ano, com imenso esforço de muitos e uma vontade férrea do então Secretário de Educação, Professor Flexa Ribeiro - apoiado integralmente pelo Governador Carlos Lacerda - a GB decretava a obrigatoriedade do ensino primário no seu território.

A partir de então, anualmente a SED baixa Edital de chamada da população infantil para a matrícula. É como se fora uma convocação para o serviço militar.

Na fachada das escolas públicas primárias, a partir de 1962, é visto - com surpresa para alguns e com orgulho, para muitos - um cartaz que diz: "há vagas nesta Escola".

Em maio de 1964, cumprindo o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi realizado o 1º Censo Escolar da GB. Em abril de 65, realizamos o 2º Censo. Dez mil professores visitaram cerca de um milhão de domicílios,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

levantando a população de 5 a 14 anos, para saber quantos e quais ainda não estavam estudando, para que fôssemos buscá-los.

Em decorrência do Censo, foi instituído pela SED o encargo de Inspetor da Obrigatoriedade Escolar, que é exercido por professoras primárias e que, através de visitas domiciliares, procede à chamada dos responsáveis que não tenham cumprido o dever de trazer seus filhos à escola.

Atualmente, 150 inspetoras fazem um trabalho humano e social extraordinário, quebrando a barreira do som entre lar e escola.

Em 22/1/65, pelo Decreto 353, o Governo tornou obrigatória na GB a educação dos menores entre 7 e 14 anos, independente do grau de ensino.

A par da luta pela educação primária - pela extraordinária competência do Prof. Flexa Ribeiro, acompanhado do trabalho incansável de todas as autoridades da Educação e do entusiasmo dos professores - o Governo lançou-se na solução do problema do ensino médio. Assim, também nesse nível de ensino o Estado dá início ao cumprimento do dever de assegurar o acesso à escola ao maior número possível de educandos, como previsto no artigo 93 da Lei de Diretrizes e Bases e no artigo 62 da Constituição do Estado.

Os números mostram bem o que foi o aumento na rede de ginásios do Estado:

- em 1960, 32 ginásios e 6 Escolas Normais; em 1965, 71 ginásios e 6 Escolas Normais;

- em 1960, 19.815 alunos nos ginásios e escolas normais; em 1965, 122.640 alunos em ginásios e esc. normais.

Desses 122.640, 45.900 estudam com bolsas distribuídas pela SED. O Estado passou a distribuir, a partir de 1962, bolsas gratuitas para custeio parcial de estudos em ginásios, de acordo com o Decreto 799, de 3/1/62. Além dessas bolsas de complementação, o Estado promove o financiamento de estudos, através de bolsas reembolsáveis, de acordo com o artigo 94 da Lei de Diretrizes e Bases.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Pela Lei 263, de 24/12/62, ficou determinado que este financiamento seja levado a efeito através do BEG.

Assim, a SED oferece dois tipos de bolsas: gratuitas e financiadas ou de reembolso. E quem tem direito à bolsa gratuita?

Alunos que estando matriculados em estabelecimentos particulares de ensino médio, preencham duas condições:

- a) provar insuficiência ou falta de recursos;
- b) demonstrar capacidade para os estudos em nível

ginasial.

A falta ou insuficiência de recursos é verificada através da seguinte fórmula:

aluguel da casa + salário mínimo mensal x o nº de dependentes

Por exemplo: o responsável por um candidato à bolsa de estudo paga, digamos, Cr\$40 mil cruzeiros de aluguel de casa. Tem 5 dependentes. Aplicando-se a fórmula, temos:

$$40.000 + (66.000 \times 5) =$$

$$40.000 + 330.000 = 370.000$$

Isto quer dizer, no exemplo dado, que se o responsável tiver rendimento mensal = ou inferior a 370 mil cruzeiros ficou provada a insuficiência de recursos, e o candidato terá direito à bolsa.

Há ainda outras exigências para a concessão da bolsa:

- residir no Estado da Guanabara
- ter menos de 21 anos
- não ter outra bolsa de estudo fornecida por qualquer entidade pública ou particular
- não estar matriculado em colégio oficial
- não estar matriculado em ginásio particular, oficialmente reconhecido, onde já tenha gratuidade total ou parcial

Assim, este Governo atende realmente os que precisam.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

A Reforma do Ensino apoia-se em 4 colunas:

- graduação escolar por idade
- classificação dos alunos por avanços progressivos
- modificação dos objetivos das provas
- utilização de programas diferenciados

A organização das turmas, no atual sistema, atende um critério conjugado de idade e aproveitamento escolar. Assim, juntamos crianças com os mesmos interesses, a mesma bagagem de experiência e conhecimentos.

Sabemos que as crianças não são iguais - assim, os alunos se desenvolvem em ritmo diferente. Logo, sua classificação obedece a essa realidade. Quando ocorre retardamento na aprendizagem e o aluno chega ao fim do ano sem ter dominado o programa respectivo, recebe de sua professora uma classificação que determinará, no ano seguinte, atividades de recuperação nas áreas do programa do ano anterior, em que revelou insuficiência.

No nosso atual sistema, a promoção é automática em relação ao ano escolar e progressiva em relação à aprendizagem.

O ano escolar ~~termina~~ determina o tempo de permanência de uma criança na escola e a passagem de um ano para outro é automática. Assim, uma criança que entrou para a escola em 65 e ficou classificada no 1º ano escolar, automaticamente, em 1966, irá para o 2º ano escolar.

Entretanto, em relação ao nível de escolaridade que determina a aprendizagem, a promoção é progressiva: ele só mudará de nível se a professora propor, ao final do ano letivo, depois de uma cuidadosa observação, essa promoção.

Assim, uma criança que em 1965 estiver no nível 3, em 1966 só irá para o nível 4 se a professora assim propuser.

Num regime como o de avanços progressivos, os testes ou provas usados para verificar o quanto o aluno aprendeu daquilo que lhe foi ensinado durante o ano letivo, a fim de aprová-lo, não têm mais sentido.

Antes, ao final do ano, uma única e igual prova era aplicada a todos, aprovando ou reprovando. Uma única medida definia



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

assim um ano na vida de um escolar, nada se levava em conta: suas limitações, o esforço dispendido, uma pequena área do programa não assimilada, aplicava-se à criança uma sanção desmoralizadora: a reprovação.

A promoção do aluno, perde, pois, aquela rigidez que a caracteriza no sistema seriado, estimula e conduz a novos êxitos, tem influência positiva na formação da personalidade.

A escola primária deixou de ser seletiva. É hoje, uma escola democrática, dando iguais oportunidades a todos.

Assim, os testes e provas servem agora a outros fins: diagnóstico das dificuldades dos alunos e orientação ao professor para planejamento das atividades futuras.

Os alunos diferem muito entre si. Foi necessário a utilização de programas graduados. Os programas usados foram construídos para esse fim.

O básico é destinado às turmas dos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem. Inclui conhecimentos básicos, tendo-se em vista o valor social que apresentam.

O programa regular procura atender às necessidades do aluno cujo progresso é considerado normal para a sua idade. E o programa regular, enriquecido pelo professor diferentes métodos adapta-se às exigências dos alunos bem dotados.

Em outras palavras, explicando a reforma do ensino, eu diria:

Quando o seu time de pelada precisa jogar mais, melhorar a tática é uma boa idéia. Nós também mudamos a tática para que o time de 428 mil alunos das escolas primárias aprendesse melhor.

Como? Igualzinho ao time de futebol.

Os elementos avançados recebem mais passes. Os médios têm jogo de ligação. Os zagueiros recebem instruções de chutar para a frente.

Fazemos um jogo limpo. Nós não ~~paranhamos~~ aprendemos a bola. Suamos a camisa e respeitamos nosso juiz, que é você.

Porque nossa meta é ensinar a tática certa.

Para vencer.

No grande jogo da vida.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Está explicado porque adaptamos nossos ~~met~~ métodos de ensino à capacidade de aprendizagem e ao aproveitamento dos alunos.

Em relação à merenda, o esforço foi também extraordinário. Este ano distribuimos 50 milhões de refeições, porque não se pode mais chamar de merenda o que se distribui hoje nas escolas.

Planejada pelo Instituto de Nutrição, da SED, as crianças hoje recebem nas escolas uma refeição <sup>com</sup> nos calorias e proteínas necessárias a sua fase de crescimento.

Peixe, carne, massas, farinhas, leite, feijão, melado, tudo isto constitui alimentação dos nossos escolares.

Aumentou a quantidade, melhorou a quantidade, todos têm merenda.

Lembro-me de que há alguns anos atrás o quadro era muito diferente.

Trabalhei 15 anos na escola do Morro do Salgueiro, que hoje tem o nome de Bombeiro Geraldo Dias.

Lembro-me, bem, que à hora do recreio, a diretora chegava à porta das salas de aula e pedia:

- Professora, escolha 10 alunos que hoje receberão merenda. Um prato de mingau ou um sanduíche.

E nós, constrangidamente, diante daquelas crianças sub-nutridas, que precisavam receber tudo da escola, pedíamos com um travo na alma que levantassem a braço aqueles que não tinham trazido merenda de casa. 30,40 braços se levantavam e nós escolhíamos 10 que, naquele dia, iam merendar.

Hoje, à hora do recreio, uma campainha toca estridente e feliz e todas as crianças saem para receber merenda, até mesmo os que tenham trazido de casa. E podem repetir.

À hora da entrada na escola, o aluno recebe um copo de leite enriquecido, complementando a refeição que vai receber à hora do recreio. Visitem as escolas onde seus filhos estudam. Peçam licença ao Diretor e vejam o preparo da merenda e a distribuição à hora do recreio.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico está promovendo uma exposição intitulada "Do Rio Antigo ao Novo Rio". É uma exposição itinerante, que está percorrendo todas as Regiões Administrativas. Compõe-se de material da Divisão de Patrimônio e de acervo histórico cedido pela comunidade e que tem dado a estas exposições valor cultural extraordinário.

E este esforço precisa continuar. Precisamos - com a mesma dedicação, o mesmo entusiasmo, a mesma honestidade - assegurar a todos os jovens, 10 anos, no mínimo, de educação (6 de primário e 4 de ginásio). Há muito, ainda, o que fazer.

Precisamos continuar trabalhando para terminarmos com o regime de 3 turnos, instituído em 1933 pelo eminente professor Anísio Teixeira em regime de emergência.

Poderíamos ter terminado neste Governo se não recebêssemos todos que nos procuraram. Mas achamos mais democrático atender todos, embora alguns em três horas e meia em vez de quatro horas e meia para alguns.

Entretanto, já incluímos no orçamento para 1966 a construção de 44 escolas de 10 salas de aula, o que permitirá terminar no final de 1966 com o regime de 3 turnos que há 32 anos desafiava as autoridades da Educação. Mas para isto é preciso que os cariocas saibam escolher.

O Governo Carlos Lacerda, tendo durante 4 anos e meio à frente da SED o professor Flexa Ribeiro, educador lúcido, planejador firme e audaz, executor rigoroso de um plano educacional por ele estabelecido, com o apoio e a dedicação de todos os professores, tornou a obra da Educação na GB um exemplo para todos o Brasil e um motivo de gratidão de todos os cariocas.

Isto é o que pode realizar um Governo honesto e trabalhador - e este Governo foi uma escola de honestidade, de trabalho, de lutas mas de muitas vitórias. Todos trabalharam por amor aos cariocas e hoje, quando na mão desses cariocas está o destino de nosso Estado, é preciso meditar e escolher: ou desejamos que este esforço continue para que nossos filhos tenham um caminho de esperança e um futuro feliz, ou queremos que a Guanabara volte ao que era, em que nossos filhos esperavam uma oportunidade para estudar e, por isso, tinham diante de si um caminho sombrio e um futuro incerto.\*

votem com amor, por amor a Guanabara,  
e por amor ao futuro de seus filhos.

ANEXO C – Carta de Carlos Lacerda ao diretor do Jornal de Brasília em resposta à Declaração de Bárbara Freitag, em 22 de julho de 1976.

**CARLOS LACERDA**

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1976.

Sr. Diretor do  
JORNAL DE BRASÍLIA  
Brasília - DF

Senhor Diretor,

Agradeço a publicação da retificação que pedi a opiniões de uma estudiosa sobre a lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dado o interesse público da questão talvez seja útil divulgar alguns esclarecimentos complementares. Sem espírito polêmico. Precisamente para evitar que se arme a habitual confusão dessas matérias. Não estou longe de crer que, no caso, o problema é de ignorância que leva a conclusões apressadas, e não de má fé, que gera conclusões tendenciosas. O que importa é esclarecer, para que a juventude de Brasília não seja desinformada por quem se arvora em seu guia em matéria de história e sentido da Educação no Brasil.

A Constituição de 1946 determinava a elaboração de uma lei fixando bases e diretrizes à educação nacional. Isto não foi possível porque no governo Dutra o projeto enviado pelo ministro Clemente Mariani, que tivera a colaboração de educadores eminentes, como Anísio Teixeira, foi considerado inconveniente pelo seu eminente antecessor, o ex-ministro Gustavo Capanema. Este na Câmara, com seu talento e força aliciadora, conseguiu procrastinar a decisão da matéria durante mais de 10 anos. Finalmente, quando cheguei à Câmara, apurei que o próprio autógrafo presidencial, isto é, o texto da Mensagem do presidente Dutra, havia desaparecido. Evidentemente não por artes do deputado e meu caro amigo Capanema, mas pelo longo período decorrido. Foi o que me informou o então presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Tive de fazer copiar de um velho Diário do Congresso o projeto e copiei - o literalmente, apresentando-o com a minha assinatura, para declaradamente, abertamente, reapresentar o projeto Mariani depois de 10 anos de protelação.

Dadas as resistências encontradas, e também algumas divergências doutrinárias, tomamos a peito fixar num substitutivo as nossas próprias diretrizes, na matéria. Contamos, então, com a boa vontade e dedicada colaboração de deputados como Coelho de Souza, do Partido Libertador, do Rio Grande do Sul.

Trabalhamos, o professor Flexa Ribeiro, a professora Sandra Cavalcanti, e vários outros educadores, aos quais dei a minha colaboração, dias e noites a fio. Finalmente apresentamos o projeto. Eles estão aí, vivos, e não foram cassados, portanto podem depor na Universidade de Brasília. O primeiro, filho de uma grande educadora e educador ele próprio, foi o principal responsável por uma grande obra de educação pública na



Guanabara. Ele poderá dizer se é justo armar um quadro anacrônico e odioso de incompatibilidades entre ensino oficial e não-oficial. A segunda, tem também uma tribuna que até o momento está aberta. Isto para não mencionar milhares de pessoas que poderiam dar à depoente do Simpósio de Brasília o que ela não ficou sabendo enquanto estucava em Berlim.

Em linhas gerais nosso substitutivo manteve o principal do projeto Mariani, com duas alterações fundamentais:

1ª - Alívio nos controles estatais. Isto porque o sistema educacional brasileiro, sobre ainda se ressentir da concepção fascistizante do Estado Novo, era sobretudo democrático.

Não víamos e não vemos incompatibilidade no ensino pela natureza de quem provê a escola e sim pelo que ali se ensina.

2ª - Sem prejuízo do prestígio dado ao ensino público, gratuito e universal, entendemos que o poder público não podia abrir mão nem rejeitar a participação da iniciativa privada - religiosa ou leiga - na formação educacional da infância e da juventude.

Por isto, não só permitimos supletivamente como admitimos expressamente a contribuição do Estado no ensino livre.

Pela primeira razão, fomos alvo de uma campanha sistemática movida pela burocracia da educação, que durante tantos anos NADA FEZ pelo ensino EM PROPORÇÃO COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES NACIONAIS. Os mandarins não queriam perder o controle que exerciam sobre a escola.

Pela segunda razão, surgiu-nos pela frente uma dupla resistência, curiosamente acoplada. Os anti-clericais, os laicistas fanáticos, pretenderam importar para o Brasil a velha querela francesa que data de Emile Combes e da "école laïque", da luta anti-religiosa na França. Entre eles incluíam-se homens eminentes, como Julio Mesquita Filho, orientado pelo professor Almeida Junior, pelo próprio e meu inesquecível amigo Fernando Azevedo, signatário do Manifesto inspirado pelo professor e jornalista, espartano de convicção e amigo inexcedível, Nóbrega da Cunha, com Cecília Meireles, Sud Menucci, Lourenço Filho e tantos outros - encaixados afinal pelo meu querido Anísio Teixeira, espécie de religioso "défroqué", empenhado em americanizar o ensino, convertendo-o segundo as concepções de John Dewey, para a experiência que afinal se revelou trágica, nos Estados Unidos, de laicização sistemática da escola - como quiz Bismark para construir o Estado militarista na Prússia. Pois foi essa a escola pública e gratuita, tanto quanto laica e agressivamente materialista, prussiana, que deu ao povo alemão ao mesmo tempo a técnica avançada, o "know-how" extraordinário mas a falta de sensibilidade política, a desumanização, a despiritualização que lhe permitiu aceitar e ainda mais, aderir entusiasticamente à monstruosidade que foi o nazismo, esse estupro da alma alemã.

É espantoso que essa moça não tenha apren

dido isso em Berlim - pois isso aprendi do deputado democrata-cristão que presidiu a Comissão de Educação do Bunderhaus, em Bonn. O caráter da escola pública bismarkiana preparou a Alemanha para aceitar o totalitarismo. Isto é que é preciso evitar. Quanto ao meu amor pelo ensino - digam os que receberam ensino primário e secundário no Rio. Se querem fazer honesto exame do assunto, consultem as fontes - e seja mais humilde a dama de Berlim, na sua suficiência. Vá, por exemplo, ao campus da Universidade do Estado, no Rio, e saiba que ali, antes, era a favela do Esqueleto. Nós acabamos com a favela e doamos o terreno para o campus da Universidade. Não encontrará lá o meu nome. Mas, encontrará o campus. Pergunte quantas escolas públicas havia e quantas passou a haver cinco anos depois. Pergunte qual o primeiro Estado do Brasil onde a expressão ensino público primário e obrigatório deixou de ser uma palavra. Pergunte como passamos de 12.000 (doze mil) vagas para estudantes secundários gratuitos para mais de 300.000 (trezentas mil) em ginásios públicos e em bolsas em ginásios livres. Não se trata de gloriola pessoal mas sim de não permitir que a juventude de Brasília seja desinformada e lhe venham mentir, por ignorância de fatos elementares.

Tivemos, durante quase dois anos, de procurar esclarecer o país, de ponta a ponta, em conferências, debates, simpósios, mesas redondas, tudo quanto é forma de comunicação. Afinal, após exaustivos trabalhos na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, conseguimos um substitutivo do substitutivo. Para obter o voto da bancada do Partido Trabalhista, naquela época infensa ao autor mais do que ao projeto, concordei em sacrificar qualquer atribuição de autoria minha ao projeto - e este passou a ser subscrito pela Comissão, antes mesmo de aprovado por esta. Na Comissão, enquanto nós defendíamos maior liberdade para a Universidade, por exemplo, um professor universitário esforçava-se, com seu talento e com argumentos também respeitáveis, por manter os privilégios dos catedráticos. Esse professor era o líder do Partido Trabalhista. Chamava-se Santiago Dantas.

Finalmente, a lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada com o voto de todos os partidos e emendas de deputados que representavam todas as correntes do Congresso. O presidente João Goulart foi levado a vetar alguns artigos. Sabe quais? Precisamente, a não ser um caso ou dois, os que surgiram do seio da Comissão e não os do nosso projeto primitivo.

Se a lei foi mal aplicada, ou esquecida, ou até superada, é outra questão. Se a outros, que estão na vida pública, compete defender os princípios que ali firmamos, e que estão de pé - em vez da estúpida divisão da educação entre pública e privada, como a certa altura do século passado na França, ou a qual quer altura deste século nos países totalitários que se apossam da educação para dominar e modelar à vontade a juventude, não é problema que dependa de mim...

Já na Pontifícia Universidade Católica - de onde precisamente, partira o apelo para que fizéssemos a lei como a fizemos - uma tese há tempos sustentou a inverdade de que o nosso projeto era o que agora lhe atribuiu essa senhora do simpósio

que o "Jornal de Brasília" noticiou. Oportunamente, numa nota ao pé da tradução do livro "As Superstições da Psicanálise", procurei esclarecer essa confusão - supondo sempre que se trata de uma confusão feita de boa fé por pessoas a quem a ideologia não deixa ver os fatos.

Eis que agora, em Brasília - onde tantas coisas se passam no campo da educação assim como noutros sem que no resto do Brasil se possa levá-las em conta ou sequer avaliá-las, por essa espécie de segregação a que fomos condenados, eu individualmente, e a cultura brasileira como um todo, segmentada, fragmentada, tumultuada, ocupada por autoridades improvisadas, que, por fazerem um curso no estrangeiro se julgam habilitadas a pronunciamentos dogmáticos sobre fatos que desconhecem, e pretendem ensinar antes de aprender - volta essa distorsão.

Não pretendo polêmicas nem tenho condições para entretê-las. Nem gosto por esse tipo de reivindicação, que parece pessoal embora não seja. Mas, a desagregação promovida pela ideologia vem agravar a desaceleração promovida pela simples ignorância. Se ninguém diz nada, é preciso que ao menos os que não podem falar digam algo - antes que passe em julgado a teoria de uma suposta incompatibilidade entre ensino público e ensino livre, um suposto dever do Estado de concentrar todos os seus recursos na formação de consciências unívocas, de vozes uníssonas. Não, Sr. Redator, tal incompatibilidade não existe. O problema da educação no Brasil continua a ser de quantidade e de qualidade, e não de ser o ensino somente público, isto é, dado em escola encarada como órgão do poder público. Os órgãos de que se forma uma comunidade têm direito a se organizar para ministrar ensino a seus filhos. Os pais têm direito de escolher o modelo de educação que querem dar a seus filhos. Estes, apenas atingida a idade da razão, têm também o direito de escolher. Ao Estado cabe fiscalizar essa outra modalidade de educação, para que haja coerência entre as duas. Mas, nunca exercer o monopólio do ensino.

Foi isto o que procuramos firmar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e então, a partir de certo momento, inclusive através de um debate civilizado e polido, com a participação de algumas das melhores vozes de todas as bancadas (já citei algumas, poderia acrescentar tantas outras!). É triste e, para dizer o menos, melancólico ver uma pessoa apresentada como preparada na Alemanha, mostrar tanta ignorância da matéria sobre a qual pretende dar lições. Não lhe nego, é claro, o direito de ter opinião diversa da minha. O que nego é o direito de me atribuir opiniões que não tenho para poder disfarçar as suas.

É preciso contribuir sempre, e cada vez mais, para impedir que o preconceito ideológico, afastando-nos da realidade, desvirtue os fatos e acabe por criar uma realidade postígia sobre a qual se constroi a utopia - e a tirania do espírito, que é a pior de todas.

Atenciosamente,

*cc*

Carlos Lacerda